

Mário Sérgio Pollastri de Castro e Almeida

Castrioto Lusitano: História, Encômio e “Tirania” no Nordeste colonial

**Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
2011**

Mário Sérgio Pollastri de Castro e Almeida

Castrioto Lusitano: História, Encômio e “Tirania” no Nordeste colonial

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Linha de pesquisa: História e Culturas políticas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta.

**Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
2011**

**Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em _____ de
_____ de 2011, pela banca examinadora constituída pelos
professores:**

**Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta
(FAFICH-UFMG – Orientador)**

**Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves
(UFPB)**

**Prof. Dr. Sérgio Alcides
(FALE-UFMG)**

Agradecimentos

Antes de mais nada, agradeço ao professor Dr. Luiz Carlos Villalta, por ter me acolhido como orientando, e ter se disposto a percorrer comigo, em tão pouco tempo, esse caminho que finalizo com esta dissertação – muito obrigado Villalta. Ao escrever os agradecimentos comuns às dissertações, percebi claramente, que nesse caso, no meu caso, teria primeiro que empreender a geografia de uma vida. A geografia da minha vida, vida da qual esta dissertação derivou, e por momentos assumiu quase a condição de protagonista. Nesse percurso que me vejo impelido a re-fazer, minha família e meus amigos foram as balizas imprescindíveis para que eu não me perdesse. Afinal, durante esses quase três anos, jamais senti com tanta intensidade, e a um só tempo, o desprendimento de mim mesmo e a minha presença no mundo. Desprendimento de mim mesmo ao abandonar-me à leituras, à divagações, à escrita, ao desespero. E volta a um mundo no qual meus afetos me lembravam quem eu era, o que de fato é importante e com quem de fato podia contar. Penso que ao longo de nossas vidas, convivemos com muitas idéias e, no entanto, somente algumas dessas se tornam familiares a nós. Duas ou três. E aí nós as polimos e transformamos. São necessários anos para termos uma ideia bem nossa e sobre a qual possamos falar. Naturalmente isso poderia soar um pouco desencorajador. E por vezes é. Contudo, podemos contar com algo para além de nós, e que de nós faz parte, podemos contar com nossas amizades, com as pessoas por quem temos e de quem recebemos amor. É a elas todas que dedico esse agradecimento. Agradeço aos meus pais, Sávio e Maria Aparecida, por aceitarem e respeitarem minhas escolhas, e me amarem por elas e à despeito delas. Aos meus irmãos Pedro, Sávio Jr. e Rogério, pela sorte de tê-los não só como irmãos, mas como amigos, parceiros e confidentes. Às minhas irmãs, Amália, Mariana, Thaís, pelo amor, amizade, respeito e pela perspectiva de uma família sempre em crescendo na forma do Heitor, Davi e Bernardo. Agradeço de coração à minha tia Beatriz pelo mundo de oportunidades que me permitiu ter. À Elaine, por tudo o que só nós dois sabemos. À minha companheira de graduação e de pós-graduação, Gislayne Sampaio. À Renata Moreira, pelo carinho e pelas palavras que, talvez sem saber, não me deixaram desistir. Ao professor, sempre mestre e amigo Luis Arnaut. Aos amigos e companheiros do GETHL, pelas discussões, trocas e pelo incentivo ao crescimento intelectual – Alexandre, Camila, Felipe, Igor, Leandro, Lívia, Márcio, Mariana, Olívia, Pedro. À Priscila Carlos Brandão. Aos amigos e amigas, Amanda Martins, Arthur Freitas, Lucas Carvalho, Lucas Mendes, Luís Fernando, às

Camilas – Borges, Bussard, Menezes; Clê, Cleuber – meu super amigo; Emilly, Iaiá, pelo café e pelo carinho, Iara Souto, Isabel Leite, Isabella Figueira, Júlia, Luísa Kattaoui, Mara Cristina - pelas conversas, cafés e carinho; Nina, Sussu Maria. Ao Robson Cachos, com carinho. Sei que muito não foi dito nesse curto espaço, mas, à guisa de complemento, finalizo com Albert Camus, “seria necessário, entretanto, acrescentar algo mais. Pois ainda não foi dito que a felicidade deve ser inseparável do otimismo, custe o que custar. Ela está ligada ao amor – o que não é a mesma coisa. Pois conheço certos momentos e lugares em que a felicidade pode parecer-nos tão amarga que preferimos apenas sua promessa.” Graças a todos vocês, pude experimentar felicidade menos acre, obrigado.

RESUMO

Esta dissertação centra-se na análise de uma narrativa sobre a Invasão Holandesa ao Nordeste Colonial, o livro intitulado *Castrioto Lusitano. Empresa e Restauração de Pernambuco & das Capitánias Confinantes. Vários e Bélicos Sucessos Entre Portugueses e Belgas. Acontecidos pelo Decurso de Vinte e Quatro Anos, e tirados de notícias, relações e memórias certas. Composto em forma de história pelo muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei Raphael de Jesus, Natural da muito nobre & sempre Leal Vila de Guimarães. Religioso da Ordem do Príncipe dos Patriarcas São Bento. Professo na sua reformada congregação de Portugal, & nela D. Abade do Insigne Mosteiro de São Bento de Lisboa este presente Ano de 1679. Oferecidos a João Fernandes Vieira, Castrioto Lusitano e por ele dedicados ao Sereníssimo Príncipe D. Pedro Nosso Senhor, Regente da Lusitana Monarquia.* Esse livro, escrito em 1676 pelo monge beneditino Raphael de Jesus, tem João Fernandes Vieira, senhor de engenho de Pernambuco, como financiador e protagonista. A narrativa em questão, uma história, está em consonância com as preceptivas retórico-poéticas que regulavam a escrita erudita à época e, por meio do ideário formado no entorno daquela guerra – e entrevisto no livro – permite-nos visualizar como a Escolástica se mantinha como concepção filosófica dominante e estruturante do mundo político lusitano. Nessa perspectiva, a análise do livro será feita pelo confronto com as regras neo-escolásticas, que então condicionavam sua inteligibilidade à observação da racionalidade de Corte da “política católica” lusa do século XVII. Porque é uma história que nos informa sobre um episódio da Guerra contra os Países Baixos, acontecido no Nordeste, liderado por João Fernandes Vieira, um vassalo do rei de Portugal e, acima de tudo, católico, o *Castrioto Lusitano* também nos traz um relato sobre um vassalo que se pretende um guerreiro e súdito ideal, que luta pela manutenção da *República Cristã* e pelo *Bem Comum*. Ao tentar apresentar João Fernandes Vieira como um vassalo perfeito, Raphael de Jesus, por meio da retórica, usa artimanhas com o fim de ocultar aspectos fundamentais sobre sua vida, como seu passado de mercancia e sua ascendência duvidosa, bem como ações não nobres.

ABSTRACT

This work's goal is focused on the story about the Dutch invasion in Brazilian's northeast, the book called *Castrioto Lusitano Castrioto Lusitano. Empresa e Restauração de Pernambuco & das Capitãncias Confinantes. Vários e Bélicos Sucessos Entre Portugueses e Belgas. Acontecidos pelo Decurso de Vinte e Quatro Anos, e tirados de notícias, relações e memórias certas. Composto em forma de história pelo muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei Raphael de Jesus, Natural da muito nobre & sempre Leal Vila de Guimarães. Religioso da Ordem do Príncipe dos Patriarcas São Bento. Professo na sua reformada congregação de Portugal, & nela D. Abade do Insigne Mosteiro de São Bento de Lisboa este presente Ano de 1679. Oferecidos a João Fernandes Vieira, Castrioto Lusitano e por ele dedicados ao Sereníssimo Príncipe D. Pedro Nosso Senhor, Regente da Lusitana Monarquia.* This book, written in 1676 by the Benedictine monk Raphael de Jesus, has João Fernandes Vieira, plantation owner in Pernambuco, funded and protagonist. The story, a history, is in agreement with the rhetorical-poetry conceptions that ruled the classical style at that time, and, by the ideal created in the vicinity of that war – and showed in the book – allow us to visualize how the scholasticism had been the philosophical conception that dominated and structured the Lusitanian political world. Following this perspective, the book analyses will go over the confrontations between the neo-scholastic rules that conditioned their intelligibility and the observation of the rationality of the "Catholic political" Lusitanian Court on the seventeenth century. Because it is a history book that tells us about one episode of the war against Netherlands happened in the Northeast, headed by Portugal king's vassal, catholic – João Fernandes Vieira – the *Castrioto Lusitano* also tells us about a vassal who pretends to be an ideal warrior and subordinate who fights for the conservation of the Christian Republic and for the common well. When presenting João Fernandes Vieira as a perfect vassal, Raphael de Jesus, in his rhetoric, uses tricks to hide fundamental aspects of his life, like his merchandised past and his doubtful ancestry, as well as his non-nobles actions.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I: O palco da guerra	29
1.1 Uma Nova Lusitânia	29
1.2 As Capitâneas de Cima ou um Nordeste em construção	31
1.3 A construção de uma sociedade	38
1.4 Aproximações necessárias: Reino e Colônia	43
1.5 A colônia às vésperas da invasão	53
Capítulo II: A escrita de uma História	63
2.1 Aspectos antigos da História Moderna	63
2.2 A divisão de gêneros aristotélica	66
2.3 Raphael de Jesus e sua História seiscentista	69
2.4 A Moderna História de um Antigo Portugal	72
2.5 Novos mundos, novas Histórias	79
2.6 Uma História bem marcada	91
2.7 Campos discursivos, Campos de Batalhas	96
Capítulo III: A escritura de um “novo” passado	109
3.1 Os Desvãos da História	109
3.2 O decalque a partir de um original	110
3.3 A Guerra da Liberdade Divina, ou como se livrar das dívidas lutando contra os “hereges”	115
3.4 A escrita das virtudes	122
3.5 A Pena e a Espada	136
3.6 O súdito ideal – guerreiro valoroso, liberal e senhor de suas emoções	142
Conclusão	152
Fontes e Bibliografia	157
Fonte Primária	157
Fontes complementares	157
Artigos, capítulos, dissertações e teses	158
Livros	162

Introdução

No ano de 1630, uma invasão à praia do Pau Amarelo marcaria a chegada dos holandeses ao Nordeste colonial. Em meio a batalhas, com a tomada de Olinda, posteriormente de toda a Capitania de Pernambuco e das demais “capitanias confinantes”, os flamengos firmariam praça e ocupariam o Nordeste durante 24 anos.

Essa ocupação de parte do Nordeste pelos holandeses, na primeira metade do seiscentos, deu-se no contexto de uma guerra, em escala mundial, entre os Países Baixos e a Espanha. A guerra contra as possessões hispânicas foi travada em quatro continentes e nos sete mares. A longa guerra colonial foi uma guerra por domínio do comércio de especiarias no Oriente, por escravos na costa africana e pelo açúcar na costa atlântica do Nordeste luso-hispânico.

Este estudo pretende analisar uma história que trata dessa invasão holandesa ao Nordeste: *O Castrioto Lusitano. Empresa e Restauração de Pernambuco & das Capitanias Confinantes. Vários e Bélicos Sucessos Entre Portugueses e Belgas. Acontecidos pelo Decurso de Vinte e Quatro Anos, e tirados de notícias, relações e memórias certas. Composto em forma de História pelo muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei Raphael de Jesus, Natural da muito nobre & sempre Leal Vila de Guimarães. Religioso da Ordem do Príncipe dos Patriarcas São Bento. Professo na sua reformada congregação de Portugal, & nela D. Abade do Insigne Mosteiro de São Bento de Lisboa este presente Ano de 1679. Oferecidos a João Fernandes Vieira, Castrioto Lusitano e por ele dedicados ao Sereníssimo Príncipe D. Pedro Nosso Senhor, Regente da Lusitana Monarquia.* Esse livro tem como palco parte do vasto império talássico português, o Nordeste colonial¹.

¹ Entendemos o Nordeste, o local onde se narram a maioria dos feitos dos “heróis” restauradores, conforme a época, o primeiro quartel do século XVII, como as capitanias de cima, como eram

O livro, escrito em 1676 pelo frei Raphael de Jesus, religioso da Ordem do Patriarca São Bento, Pregador Geral e abade do seu mosteiro de Lisboa, além de futuro cronista-mor do Reino, tem como financiador e protagonista o senhor de engenho João Fernandes Vieira, chamado na história de *Capitão da Liberdade Divina*.

O período a que se refere este trabalho compreende um momento de particular interesse para a história portuguesa e da colônia do Brasil². Diz respeito a alguns dos anos de domínio filipino (1624-1640), bem como àqueles que se seguem à Restauração, até a publicação da obra (1640-1679). Nesse período, Portugal veria parte de sua colônia americana invadida por “hereges” inimigos de Espanha, os batavos, como as fontes analisadas os chamam.

Os anos de 1580 a 1640 são de capital importância para o reino português e suas colônias ultramarinas. Marcam o início da submissão da coroa portuguesa e de toda a sua política diplomática à coroa espanhola, com a União Ibérica, bem como seu final, com a Restauração Lusitana, em 1640. Este estudo pretende analisar uma história que tem como pano de fundo parte da sociedade do Nordeste colonial que, em razão da submissão de Portugal à Espanha, ver-se-á invadida por “hereges”, em

chamadas, segundo Evaldo Cabral de Mello. No **Capítulo I** pretendemos aprofundar a discussão sobre o que se entendia por Nordeste à época, nos apoiando em autores como Evaldo Cabral de Mello, Regina Célia Gonçalves, dentre outros. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada – Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. P. 72.

² “Brasil” nomeava, à época, segundo João Adolfo Hansen, o Estado do Brasil, um território correspondente à Bahia e às capitanias sob jurisdição do governador-geral sediado em Salvador. O Estado do Brasil formava, então, o domínio colonial português na América, juntamente com o Estado do Maranhão e o Estado do Grão-Pará. HANSEN, João Adolfo. Padre Antônio Vieira – Sermões. In: *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. Organização de Lourenço Dantas Mota. 4ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 2004. p. 25.

virtude da luta travada pelos Países Baixos contra a Espanha, a Guerra dos Oitenta Anos³.

Entendemos que, ainda que voltada para um campo geográfico d'além mar, esta pesquisa trata da história de Portugal, visto que as estratégias políticas efetuadas por João Fernandes Vieira, que nos propomos a analisar, referem-se não a um espaço geográfico especificamente delimitante e delimitado, mas, sim, àquele referido nas letras dos séculos XVI e XVII, e que, partes de um todo, “são capazes de ser considerados, do ponto de vista moral como único todo unificado”⁴, de acordo com Francisco Suárez.

Para aquela sociedade marcada por preceitos neo-escolásticos, o Estado, visto por um prisma ideal, perfeito, seria:

*Não uma entidade distinta, transcendente aos cidadãos; e o bem comum não é o bem desta entidade, ao serviço da qual os indivíduos estariam ordenados como meios em vista de um fim. O bem comum é o bem das pessoas que vivem em comunidade; daí que o bem de todos seja o bem de cada um. Todavia, para além deste bem comum a todos, os interesses particulares das pessoas podem ser e são muitas vezes divergentes: pertence então ao Estado conciliá-los segundo as regras da justiça.*⁵

Pretendemos desenvolver a defesa da idéia de que a expulsão dos holandeses do Nordeste colonial. como nos é apresentada pelo *Castrioto Lusitano*, é, sim, parte da história de Portugal Restaurado. Essa história visava à divulgação, por meio da narrativa do frei, de um Estado que voltava à ordem anterior, pretendida como ideal, ótima, seja pela ascensão dos Bragança ao trono em 1640, seja pela tomada do Nordeste. até então perdido para os holandeses.

³ Para esse momento conturbado da restauração da relação entre Espanha e Holanda, ver: MELLO, Evaldo Cabral de, *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2ª edição, 1998. Do mesmo autor, *Olinda Restaurada, op. cit.* Além das obras de Evaldo Cabral de Mello, ver: LOPEZ, Adriana. *Guerra, açúcar e religião no Brasil dos holandeses*. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

⁴ Cit. Por SKINNER, Quentin. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 165.

⁵ STEENBERGHEN, F. Van. *O tomismo*. Trad. J.M. da Cruz Pontes. Lisboa: Gradiva. 1995 p. 145 (grifos do autor).

Destarte, parte daquele todo, como se fosse algo próximo a um reflexo no além-mar das agruras e sucessos reinóis, a narrativa sobre João Fernandes Vieira defenderá a idéia do quão inserida na história lusitana estava a história do Nordeste, porque se tratava, segundo o autor, da história do Reino de Portugal e que em “nada deve a América a glória que a nação Portuguesa adquiriu na África, na Ásia e na Europa”⁶, entendimento compartilhado pelo censor Gregório de Jesus, que analisa a obra, e segundo o qual o livro seria “digníssimo para a glória da Nação Portuguesa, por ser para todas as mais, um assombro”⁷.

Ao longo da pesquisa, tentamos responder ou nos aproximar de respostas para algumas questões pertinentes à nossa hipótese sobre como se deu a relação entre a construção de uma história encomiástica e os anseios de nobilitação daquele que na obra é encomiado. Estas questões são relativas ao meio intelectual, físico e social de onde emergem nossos dois protagonistas – frei Raphael de Jesus e João Fernandes Vieira – e para onde confluem as ações efetuadas pelos dois. Quem eram os súditos lusos durante o seiscentos? Quais eram suas ligações sociais, familiares, mercantis e políticas? Quem eram os doutos, ou homens de letras? E os demais escritores? Como era a sociedade na qual viviam? Quais as clivagens em seu interior? Essas muitas perguntas podem ser resumidas a uma só: como, à escala de uma figura como João Fernandes Vieira, é possível compreender algumas situações que modelam a cultura política relacionada com o Brasil nesse período? A multiplicação dos registros comunicativos escritos, com descrições, elogios, pedidos, projetos etc.; as formas de guerra e de negociações com os holandeses; e, por fim, as relações entre ocupação territorial e as formas de mercantilização ensaiadas no bojo dessa expansão e fixação

⁶ JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano*. Lisboa, na Impressão de Antônio Craesbeeck, 1679. p. 3.

⁷ *Ibidem*, Licenças.

ao solo, são aspectos examinados nesta dissertação, para o fim de responder às questões supracitadas.

A invasão holandesa a Pernambuco, apresentada pela pena de Raphael de Jesus, permite-nos encontrar, na medida em que este último desenha seu protagonista, uma perspectiva não só daquela sociedade colonial, mas também da relação que se estabelecia com a coroa portuguesa no período da Restauração, após 1640. Usaremos o livro *O Castrioto Lusitano*, de 1679, para estudar as possíveis relações entre a sociedade colonial, representadas por um de seus “homens bons”⁸, João Fernandes Vieira, e a coroa, que então se firmava. João Fernandes Vieira faria de sua participação na guerra a sua bandeira para obter junto a el-Rei as mercês e demais honrarias que pudesse usar na tentativa de ascensão social. Ao mesmo tempo, El-Rei D. João IV necessitava do apoio dos luso-brasílicos para resolver o conflito contra os holandeses, conflito esse “herdado” de Espanha.

A sociedade colonial que estudamos é a sociedade localizada no Nordeste Colonial e que se estruturava em torno do lucrativo negócio do açúcar, o que a levava a expandir-se territorialmente, fazendo frente aos ataques indígenas, aos ataques de franceses. Tal sociedade, ao mesmo tempo em que se estruturava, consolida-se como comunidade colonial, marcada por regras e normas vindas do Reino.

Esse exercício de adaptação ao solo brasílico será melhor estudado no **Capítulo I**, no qual apresentaremos a formação daquela sociedade e como ela se estruturava dentro do contexto do Antigo Regime. Considerando que a fonte desse estudo é um documento escrito, impresso, ela representa, por conseguinte, uma

⁸ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª ed.rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.p. 135

“tradução” de ações e intenções em conceitos e atos de fala que não se resumiam apenas àqueles eventos a que se refere, mediados que eram pela linguagem, pela obediência às preceptivas, pelos interesses do financiador e pelo próprio tecido narrativo. Dessa forma, julgamos ser necessário um melhor entendimento dos conceitos, com o objetivo de realizar uma análise mais precisa daquela sociedade. Ao mesmo tempo, a compreensão desses conceitos nos obriga a fazer o exame do contexto extralingüístico e da relação havida entre o saber, os contextos social e político, sem tomarmos contexto aqui como algo passivo, mas, sim, dinâmico. Para tanto, analisaremos estudos de vários autores, dentre os quais se destacam Luiz Felipe Alencastro, Stuart Schwartz, Maria Beatriz Nizza da Silva, Antônio Manuel Hespanha, Laura de Mello e Souza, Ilana Blaj, Luís Reis Torgal, Nuno Gonçalo Monteiro, dentre outros.

Neste trabalho, objetivamos buscar os motivos que perpassam a escrita de Raphael de Jesus, que pretendia um efeito com sua escrita. Sua escrita, uma arma, perseguia uma estratégia; Raphael de Jesus, com seu *Castrioto Lusitano*, deixa-nos entrever que um “pensador político não procura refletir o seu tempo e sociedade; quer produzir efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto”⁹.

Como arma que é, o texto possui um alvo, os leitores. Poderíamos indagar: que leitor João Fernandes Vieira pretende afetar com o texto por ele financiado? Essa pergunta nos ajuda na tarefa de, pensando a escrita em questão, entendermos as regras das quais o frei Rafael de Jesus, o autor, se vale, regras atinentes à feitura de um discurso como aquele¹⁰. O *Castrioto Lusitano* é uma história e, como tal, pertence ao gênero demonstrativo, segundo a divisão genérica proposta por

⁹ RIBEIRO, Renato Janine. A Filosofia Política na história. In: *Ao leitor sem medo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 347.

¹⁰ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. *Op.cit.*, p. 93.

Aristóteles¹¹. Traz também os objetivos políticos intrínsecos a esse gênero no qual podemos classificá-lo. O gênero demonstrativo ou encomiástico¹² destina-se ao elogio ou vitupério de determinada pessoa e “trata de tudo o que tem a ver com a nobreza e a virtude. Discutem-se as virtudes e os conceitos do belo, do nobre, do honesto e seus contrários”¹³. A análise da história feita pelo frei Raphael de Jesus é importante para que possamos tentar elucidar o lugar de onde fala, e para quem fala, com quais intuítos. Nesse sentido, pretendemos recuperar no **Capítulo II**, o sistema de normas ou convenções retóricas que definia a geração histórica na qual o frei se encontrava. Nosso entendimento aqui é que a obra do frei é uma escrita epidítica, um elogio que deve ser visto também como súplica/consagração de um favorecimento e, por conseguinte, é um elemento que busca promover (por meio da súplica e do atendimento real a esta) mobilidade no interior de estamentos ou entre estamentos contíguos. A análise discursiva servirá, portanto, como uma maneira diferente de enxergarmos os mecanismos de nobilitação e a relação entre os súditos e o soberano, na tentativa de alcançar um entendimento mais acertado sobre o processo nobilitante.

Tal hipótese será melhor desenvolvida no **Capítulo III**, no qual tentaremos articular os meios retóricos dos quais se valeu o autor em questão para apresentar, segundo normas sociais cortesãs, o seu protagonista. O texto de que tratamos integra o gênero do retrato encomiástico, cuja construção se dá segundo normas político-

¹¹ Aristóteles divide em três os gêneros retóricos: o judiciário, o deliberativo e o epidítico. “Judicial ou forense, deliberativo ou político, e demonstrativo ou epidítico, esta divisão proposta pelo estagirita será melhor desenvolvida no **Capítulo II**. ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Junior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1998. p. 25.

¹² O gênero epidítico, na passagem do grego ao latim, ficará conhecido em português como demonstrativo. Dessa forma, neste trabalho, gênero demonstrativo ou epidítico são sinônimos de discursos elogiosos ou vituperantes. SILVA, Ana Paula. *Góngora e Gregório de Matos: O gênero epidítico em três pares de sonetos*. Dissertação (Mestrado) - USP/FFLCH/Departamento de História. São Paulo. 2009. p. 20.

¹³ ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Junior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. p. 26.

retóricas. Nosso objetivo, no **Capítulo III**, é reconstituir esse sistema de normas que, de certa maneira, define uma geração histórica, aquela na qual o frei Raphael de Jesus se encontrava, normas das quais se utilizava para a redação do encômio a Fernandes Vieira. Tal análise deve ser modelada por práticas discursivas, como *aemulatio*, agudeza, engenho e discrição, e deve ter a teologia-política neo-escolástica em seu horizonte de avaliação, sendo que tudo isto condiciona para nós, leitores do século XXI, a inteligibilidade daqueles textos obedientes à racionalidade de Corte da “política católica” lusa do século XVII.

Com esse objetivo, é mister analisarmos alguns escritos da retórica aristotélica e algumas de suas re-leituras latinas e neo-escolásticas, italianas e ibéricas, bem como a visão teológica-política católica corporativa, que marcava a sociedade lusitana de então, seus aspectos anti-luteranos, anti-maquievélicos¹⁴, apoiados em pensadores como Suárez e Botero. Assim, pressuposta a obediência às normas retórico-poéticas, tratamos de analisar o texto escrito por Raphael de Jesus, seu processo de elaboração elocutiva, intencionando fazer não o relato de uma história tantas vezes contada como a Guerra de Pernambuco; com efeito, importa-nos desvendar a construção daquela narrativa que Raphael de Jesus nos apresenta no *Castrioto Lusitano*, observar como essa história é contada e por que é contada.

Ao analisarmos a história construída por Raphael de Jesus tentaremos

¹⁴ Para “os ‘filósofos políticos’ lusitanos dos séculos XVI e XVII, a razão de Estado constitui doutrina pestífera. A condenação da *razão de Estado*, no sentido em que se ligou este conceito a Maquiavel, é correlativa e conseqüência lógica da condenação do Florentino. Como oposta quer à ordem divina quer à ordem ética e jurídica nos aparece estigmatizada na generalidade dos autores [...] A *ratio status*, como supremo interesse, era pois geralmente repudiada, e quando se adotava a fórmula *razão de Estado* fixavam-se-lhe fronteiras divinas e humanas; postulava-se a sujeição do poder estatal ao comando divino, pelo que não se pressupunha a cisão da moral e da política e se afirmava a plena vigência na esfera do governo do direito anterior e superior ao Estado – o *ius divinum, naturale et gentium* – bem como, via de regra, também do próprio direito positivo, com a negação do *princeps legibus solutus*” ALBUQUERQUE, Martim. “Política, moral e direito na construção do conceito do Estado em Portugal”. In: *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1983. pp. 96-97.

deslindar como o monge opera com a escolha dos *topoi* na configuração da invenção retórica dos discursos, tendo em mente que conceitos como originalidade e plágio são anacrônicos, não aplicáveis, portanto, aos escritores do século XVII. Nesse sentido, cumpre lembrar que o ato da escritura pressupõe a imitação das autoridades antigas ou contemporâneas dos escritores, na obediência à *imitatio* aristotélica ou à *aemulatio*. De acordo com Hansen, durante o século XVII (mas não só, dado que a prática é antiga e comum mesmo na literatura latina), os preceptistas propunham como louvável, no sentido da *Emulação* ou *aemulatio*, a imitação de modelos consagrados¹⁵.

Os discursos que tratam direta ou indiretamente de situações ou assuntos políticos, em geral, são criados por meio de diálogos com discursos outros; com textos e escritos próximos a eles quanto ao conteúdo, e, conforme nos ensina Pocock

O autor [de um texto político] habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá efetuar-las¹⁶.

Assim sendo, para que um enunciado político faça sentido, é fundamental que se saiba de qual linguagem o escritor se vale, quais são os interlocutores desse enunciado, quais são os antagonistas, e por fim, qual é a matriz de pensamento que confirma tal enunciado.

Uma matriz de forte ascendência sobre os discursos políticos ibéricos do seiscentos – e que vinha sendo recuperada no contexto da Contra-Reforma Católica – é a Segunda Escolástica¹⁷, principalmente no contexto da Reforma Católica.

¹⁵ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho* Op. cit., p. 76

¹⁶ POCOCK, J. G. A. Introdução: O Estado da Arte. In: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 27-28.

¹⁷ TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1982. 2 v. pp. 12-13.

Resgatando a filosofia de São Tomás de Aquino, os teóricos da neo-escolástica valorizavam alguns dos princípios do pensamento medieval. Um desses princípios era considerar indispensáveis todos os ramos da sociedade para a composição da ordem política. Aquela filosofia, para a formulação de seu ideário, baseava-se também na concepção de uma ordem estatal em que imperava a autonomia político-jurídica dos corpos sociais e, ainda, na qual a justiça constituía o fim lógico do poder político¹⁸. Tais idéias iriam encontrar fundamento a partir de uma reinterpretação do pensamento escolástico, que defendia a existência de uma ordem natural das coisas, harmonizando-se em função do *Bem Supremo* e sujeita a uma regulação cósmica para se desenvolver como filosofia em meio ao Concílio de Trento, mais precisamente vinculada aos dominicanos e jesuítas¹⁹.

É fundamental, entretanto, que tenhamos em mente o caráter ideal que perpassava a concepção neo-escolástica de sociedade. Somente assim poderemos buscar com propriedade as balizas teóricas das quais se serviu Raphael de Jesus para a escrita de seu *Castrioto Lusitano*. Para tanto, para que possamos entender os marcos teóricos dos quais se serve Raphael de Jesus para a escrita de seu livro, há que atentarmos para a concepção que se tinha de história à época e para as regras que marcavam sua escrita. Esses tópicos, ou regras, não apenas diziam respeito à construção daquela narrativa, mas remetiam a todo um ideário derivado do corporativismo da Segunda Escolástica, ideário esse que definia a política lusa por um viés teológico. Nesse sentido, a influência da escolástica medieval no Portugal de quinhentos e seiscentos foi decisiva na constituição de pensamentos políticos e

¹⁸ XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. A concepção corporativa da sociedade. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. Vol. 2. p. 221.

¹⁹ HESPANHA, António M. *Panorama histórico da cultura jurídica europeia*. 2ª edição. Sintra: Publicações Europa-América, 1998. p. 143.

sociais²⁰.

A história era entendida como a realização dos desígnios divinos pelos homens, ou seja, a ação política implicava a manutenção da ordem existente no mundo ou um retorno à chamada boa ordem, à ordem percebida como divinamente estabelecida. Disso decorria o papel do poder político. O afastamento das leis naturais (momentos de tirania ou revolução) era exceção; a constituição natural sempre retornaria. Essa concepção cíclica de história, herdeira da tradição antiga, valorizava a permanência em detrimento da mudança²¹. E será no **Capítulo II** que desenvolveremos melhor a relação da obra de Raphael de Jesus com outras do período e analisaremos como se dá a construção de sua história a partir das expectativas de construção daquele tipo de discurso. Para tanto, analisaremos não apenas escritores coevos (João de Barros, Barléus, Zurara), mas também alguns aspectos dos antigos (Aristóteles, Quintiliano, Heródoto, dentre outros), pois que serviram de exemplos para a escrita da história durante o período.

Na perspectiva da obra, momentos como a submissão do reino português ao trono espanhol (a União Ibérica) e a invasão dos holandeses no Nordeste do Brasil são situações específicas, que marcam uma atuação da Causa Primeira: são conduzidas pela Providência Divina, mesmo quando castigos, porque ensejam o retorno à ordem natural. No entender de Raphael de Jesus,

se os crimes e pecados dos homens provocam alguma vez os castigos do céu, podemos supor que as calamidades que sobrevieram à capitania de Pernambuco mais são devidas aos conselhos da Providência que às astúcias da política (...) sendo a mesma mão do pecado a que pegou do

²⁰ XAVIER, Ângela Barreto. *“El Rei aonde pôde, & não aonde quér”*: razões da política no Portugal seiscentista. Lisboa: Colibri, 1998. p. 120.

²¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 23-24.

açoute para executar o castigo, permitindo Deus que com a mesma diligência com que se tratava da conservação se executasse a ruína²².

Esse aspecto é fundamental, pois o discurso político-teológico passava por sua legitimação histórica através da explicação providencial da história. Dessa forma, a justificação jurídica e política do governo e mesmo a concepção da sociedade envolviam também a construção da própria história portuguesa, construção essa que era derivada de uma interpretação providencialista, em aliança com a imagem da sociedade como ordenada por Deus (e que guardava algumas particularidades).

Na passagem do século XV para o século XVI, as monarquias europeias se veriam em face de duas inovações de ordem política e institucional, segundo nos explica Nuno Gonçalo Monteiro. A primeira dessas inovações dizia respeito à estabilização e à supremacia das grandes sobre as pequenas monarquias e reinados. Já a outra seria o fim da unidade religiosa na Europa ocidental, com o fim da hegemonia do papado, já que, mesmo nas monarquias católicas, acentuar-se-ia o poder monárquico sobre as igrejas. Nesse sentido, percebem-se uma definição e uma estabilização das grandes unidades políticas europeias, a saber, França, Inglaterra, Espanha, Sacro Império, Rússia, e também das pequenas unidades, tais como Portugal, Dinamarca, Suécia e mesmo Holanda, que se definirá mais tardiamente²³.

Essa definição e a estabilização devem ser entendidas com base no conceito de *Estados Dinásticos*, e não deve ser confundida com o conceito de *Estados-nações*. Ainda de acordo com o historiador português supracitado, o sentido de atuação das monarquias europeias, até finais do século XVII, não se dava com base no fim de centralização, mas sim com o intuito de

²² JESUS, Raphael de. Op. cit. p. 18.

²³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites no poder: entre o antigo regime e o liberalismo*. 2.ed. rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 22.

reconhecimento inequívoco da sua autoridade dinástica, a garantia de sua perpetuação no tempo e a aquisição dos meios financeiros, administrativos e militares para a impor na cena internacional (Estado dinástico e burocracia)²⁴.

Com a passagem do século XVI, até fins do XIX, as monarquias européias deixariam a casa de muitas centenas de unidades políticas para cerca de duas dezenas apenas. Ao longo desse período, muitas dessas monarquias foram, segundo uma expressão de J. H. Elliot, “monarquias compósitas”: em outras palavras, essas monarquias integravam, sob uma mesma coroa, territórios com histórias distintas e com existência política anterior. Ainda para o pesquisador inglês, o termo teria fundamento para o caso hispânico, em razão das alianças matrimoniais, principalmente, que garantiam a manutenção de leis locais, levando a uma relação harmônica entre os reinos hispânicos e a estrutura administrativa daquele reino²⁵. Outros historiadores seguiram pela mesma vertente, enfatizando a pluralidade das jurisdições como um traço típico da constituição política na modernidade ibérica, tal como Albadaladejo, que sublinhou o papel exercido pelos quadros “ideológicos e institucionais impostos ao arbítrio do príncipe no seio da monarquia dos Áustria”²⁶.

Contudo, Nuno Gonçalo Monteiro tende a ver a formatação da estrutura monárquica lusa como uma exceção à quase regra que foi o século XVII, durante o qual “todas as principais monarquias européias eram, portanto, ‘monarquias compósitas’²⁷. Caso singular, a história do reino luso explicava o porquê de sua diferenciação (salvo a situação da união dinástica). Portugal não integrava comunidades político-institucionais pré-existentes. Tampouco existiam em seu

²⁴ Ibidem, p. 23.

²⁵ ELIOT, J. H. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, Oxford, England, (37) ,v.49, pp. 156-173.nov. 1992. p. 162.

²⁶ ALBADALADEJO, 1993, *apud* HESPANHA, A. M. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J. et alli (orgs.) *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização.pp.163-188. 2001.p. 170.

²⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Op. cit.*, p.24.

território direitos regionais, assim como não havia comunidades linguísticas acentuadamente diversificadas. Isso, aliado à inexistência de “corpos políticos intermédios” entre o centro e a esfera local, tornava Portugal um caso singular.

Ainda analisando o contexto português, Nuno Gonçalo tece alguns comentários discordantes sobre a análise que outro estudioso lusitano, Antônio Manuel Hespanha, faz do Portugal do Antigo Regime. Em *Às Vésperas do Leviathan*, livro de Hespanha, são colocadas em questão algumas ideias enraizadas na historiografia sobre a moderna constituição portuguesa, resultando num conceito novo de monarquia para Portugal, uma monarquia eminentemente corporativa, pelo menos até meados do XVIII²⁸. Antônio Manuel Hespanha, em seu estudo sobre Portugal do Antigo Regime, acaba por identificar a origem jurisdicional e política do reino luso. Faz um exame acurado sobre as relações de poder, relações essas que, mais do que conservarem características absolutistas intrínsecas, desvelam as redes clientelares nas quais se entrecruzam os órgãos administrativos do Reino; deixa claro como o poder régio decorre de um pacto estabelecido entre os mais importantes membros da sociedade²⁹.

Hespanha – de acordo com sua proposta de recuperação dos quadros mentais sob o *Ancien Regime*, segundo a qual, somente por essa perspectiva de recuperação, categorias como as de Antigo Regime se encaixariam e fariam sentido – entende que Portugal, à época Moderna, apresenta características particulares que seriam definidas a partir de um contexto próprio, específico. A especificidade do contexto diz respeito às teorias corporativas do pensamento escolástico e ao paradigma

²⁸ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político*. Portugal século XVII. Rio do Mouro: Artes Gráficas, 1986. p. 43.

²⁹ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan*. *Op. Cit.*, pp. 21-60.

jurisdicionalista, que fazem da sociedade uma idealização orgânica, como se fosse um corpo, um corpo sócio-político³⁰. Tendemos a concordar com Nuno Gonçalo Monteiro quando este rejeita essa *especificidade*, ou que a vitalidade dos poderes locais (relacionadas às teorias corporativas) seja uma “singularidade histórica portuguesa”, já que, para ele, o mesmo quadro explicativo levantado por Hespanha pode ser dito de outras unidades políticas e de outros contextos³¹.

Devido a essa inspiração no pensamento escolástico que o Antigo Regime português experimentou, alguns teóricos tratarão de propor como chave explicativa do contexto social o paradigma de inspiração medieval da sociedade estamental tripartida³². Assim, do ponto de vista normativo, a cada grupo estaria atribuída, devido à natureza da sociedade, uma tarefa particular; a cada um dos súditos deveriam ser garantidos, também, os meios para que suas funções fossem adequadamente desempenhadas. Cada função ou ofício social daria origem a um *status*, acompanhado por certos direitos e deveres, garantindo o desempenho dessa função³³. Além disso, também acarretava a consideração de que o desempenho de cada uma das funções sociais exigia certas qualidades, que eram próprias, por natureza, daqueles que faziam parte desses ofícios sociais³⁴.

Essa concepção orgânica, tradicional no pensamento cristão, forneceria à sociedade portuguesa uma chave de entendimento de mundo. Como na natureza, a ordem político-social deveria seguir uma estrutura, que não permitiria falhas. Se um

³⁰ Ibidem, p. 43.

³¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Op. cit.*, p. 28.

³² HERNANDEZ Ignácio Atienza. *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1987. p. 11.

³³ COSENTINO, Francisco Carlos. Enobrecimento, trajetórias sociais e remuneração de serviços no império português: a carreira de Gaspar de Sousa, governador geral do Estado do Brasil. *Revista Tempo*, UFF, Rio de Janeiro, RJ, nº26. pp. 225-253.2007. p. 231.

³⁴ HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982. p. 221.

corpo, para ser perfeito, necessitava do correto cumprimento das funções de cada um de seus membros, assim deveria ser com a sociedade – tal analogia era legitimada pela crença na semelhança estrutural dos planos da criação³⁵. Escolasticamente, a metáfora do corpo do Estado, presente nas letras do período, é o modo correspondente ao corpo humano, de acordo com Santo Tomás de Aquino e seus comentários sobre o livro V da *Metafísica* de Aristóteles³⁶.

Partes de um todo, os membros do corpo humano são instrumentos para um princípio maior: a alma. O pleno funcionamento de um corpo, fosse humano, fosse social, somente se dava quando os órgãos cumprissem os fins legítimos para o qual foram criados: Harmonia e Justiça. Unidade do corpo, pluralidade dos membros, diversidade das funções das distintas partes: são as três articulações com que Santo Tomás propõe o corpo, de modo que a integração de suas partes num todo harmônico é ordem³⁷.

Contudo, conforme apresentaremos no **Capítulo I** e no **Capítulo II**, a sociedade *ideal*, que constava nas releituras dos doutos sobre Santo Tomás de Aquino, distava-se em muito da sociedade que construímos a partir das fontes que nos servem de estudo³⁸. Mesmo João Fernandes Vieira, o protagonista da história escrita pelo frei, é apresentado como *ideal* porque claramente fugia daquela representação tida como *ótima* de um súdito e vassalo de el-Rei. João Fernandes Vieira, tal como nos é apresentado pelo frei Rafael de Jesus, pretende estar em

³⁵ HESPANHA, Antônio Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, UFF, RJ, v.06, nº17, p.121-143, Abril. 2006. p. 135.

³⁶ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenheiro*. *Op. cit.*, p. 266

³⁷ *Ibidem*, p. 267.

³⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A Sociedade”, in: _____ (coord.). *História de Portugal*. v.3. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.p. 482.

harmonia em seu corpo político, já que, quando se lança à luta, diz que em seu coração arderia

o fogo do Bem Comum, desde o dia em que inimigo se fez senhor de nossas fazendas, e de nossas liberdades; cresceu o incêndio com as opressões, cevando-se o fogo na continuação das tiranias, e no excesso das injúrias feitas, não só aos homens, senão também a Deus³⁹.

Veremos, principalmente no **Capítulo III**, como muitos outros motivos incitaram o senhor de engenhos a lutar contra os “hereges”, motivos esses que o distam da imagem ótima pretendida por seu panegirista. Porém, pela pena de Jesus, além de estar em harmonia, João Fernandes segue o padrão ótimo de súdito católico, por colaborar com a conservação do corpo lutando contra a ameaça herética.

Como é típico da representação seiscentista da experiência humana. no grande teatro do mundo, em que a hierarquia define uma máscara social para cada um, uma reputação⁴⁰, João Fernandes Vieira lança mão, por meio de Raphael de Jesus, do recurso retórico como forma de legar à posteridade seus feitos e de garantir, junto ao rei e a todos os que lessem o *Castrioto Lusitano*, a sua boa imagem, a sua aparência honrosa. Essa imagem de Fernandes Vieira, positivada por sua ação sempre irrepreensível, conforme nos apresenta seu panegirista, Raphael de Jesus, é a do súdito que luta pelo *Bem Comum*, a saber, a insurreição contra os hereges, na defesa da fé, contra uma situação de tirania e em prol da conservação do corpo político, cuja sobrevivência estava ameaçada.

A tópica comparativa, usada por Raphael de Jesus, típica na *aemulatio*, dá-se já no título que usa para sua história: *Castrioto Lusitano*. O frei beneditino valeu-se de *Jorge Castrioto*, novela de cavalaria famosa no quinhentos e seiscentos ibérico, como matriz. *Jorge Castrioto*, publicada em 1588, escrita por Marino Barlézio, narra

³⁹JESUS, Raphael de. *Op. Cit.* p. 202.

⁴⁰HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Op. cit.*, p. 136.

a expulsão dos muçulmanos do Épiro e da Albânia pelo príncipe cristão, Jorge Castrioto. Esse príncipe, cujo nome servirá ao frei para intitular sua obra, quando criança, viu o reino de seu pai ser invadido pelos turcos, e por eles fora criado, em meio à realeza e como nobre. Mas sempre mantivera sua fé na “verdadeira” religião, a religião católica. Por isso, um dia revolta-se e luta contra o domínio herege, libertando seu reino e seu povo.

Essa história, usada por Raphael de Jesus, serve-lhe perfeitamente como modelo comparativo para a vida de João Fernandes Vieira, que jovem, crescera junto aos holandeses, junto a eles fizera fortuna, mas que se lançara contra a tirania “herege” porque trazia nas “veias o sangue cristão”⁴¹.

No **Capítulo I**, conforme anunciamos, veremos o palco em que João Fernandes Vieira fez sua fortuna, o Nordeste colonial. Daquele cenário que favorecia tanto a mistura quanto a segregação, veremos as relações sociais, econômicas, políticas havidas entre os moradores: os *homens bons*, os comerciantes judeus novos, os habitantes empobrecidos, os indígenas, os escravos etc. Analisaremos como aquela sociedade, com larga base populacional, se estruturou em hierarquias sociais, econômicas e políticas, fazendo das diferenças, não barreiras fixas, mas, sim, possibilidades de usos contra membros indesejados. Dessa forma, a ascensão social somente seria efetivada se também fosse econômica e política, conforme o foi a de João Fernandes Vieira.

Mas para uma ascensão ser bem sucedida, fazia mister marcar como nobre, no tempo e na memória, a vida daquele que pretendia ascender socialmente, tornando-a digna de ser descrita. Para tanto, no **Capítulo II**, veremos como se deu o

⁴¹ JESUS, Raphael de. *Op. Cit.* p. 05.

registro de uma memória. A escrita da história, ação marcadamente política, seguia uma ordem e uma lógica, que era indissociável da realidade sócio-política lusa do seiscentos, conturbada pelo período da União Ibérica (1580-1640), pela Contra-Reforma (1545-1563), por movimentos messiânicos (Sebastianismo) e por guerras com nações distintas (Espanha, Países Baixos).

No **Capítulo III**, a escrita da história analisada no **Capítulo II**, será vista à luz das particularidades que o cenário colonial imprimia à vida dos homens dos territórios ultramarinos. A trajetória de João Fernandes Vieira, conforme algumas das fontes analisadas mostram, será contraposta àquela que o frei Raphael de Jesus apresenta. Dessa forma, o discurso do frei será ao mesmo tempo disfarce e pista para nós: disfarce, pelo que tenta esconder do passado de Fernandes Vieira, e pista, porque o que não revela ou disfarça é exatamente o que a nós interessa para chegarmos ao porquê da escrita dessa história.

Ao vivificar os feitos de João Fernandes Vieira, Raphael de Jesus os imortaliza, cinzela-os com a pena e ratifica o poder daquele Estado que aceita o encômio – e, aceitando o encômio, os feitos, as ações de Vieira, por sua vez, são recompensadas. Além disso, ao reunir os aspectos de defesa da honra de um povo, defesa da fé e do Reino, *O Castrioto Lusitano* soma, ao seu caráter de panegírico, uma composição na qual a celebração da glória de Deus se dá pelos feitos dos homens, já que Deus, pelos atos admiráveis de sua criação, manifestaria sua intenção.

Capítulo I: O palco da guerra

1.1 Uma Nova Lusitânia

Sobre guerras e batalhas funda-se a história contada pelo frei Raphael de Jesus, escrita em 1676, sob encomenda do senhor de engenho João Fernandes Vieira e dedicada ao Sereníssimo Príncipe Regente D. Pedro, intitulada *Castrioto Lusitano, Empresa e Restauração de Pernambuco e das Capitâneas Confinantes*, objeto desta dissertação. Essa obra noticia os feitos praticados na guerra de expulsão dos holandeses pelo senhor de engenho que financiara sua redação. Uma história que, escrita em Portugal, trata quase que exclusivamente do Nordeste Colonial. Quase que exclusivamente, porque a *guerra dos holandeses*, como ficou conhecido posteriormente o embate travado entre Portugal (e Espanha) e os Países Baixos, teve como palco não só a Colônia do Brasil, atingindo também a África e a Ásia. A expansão colonial dos Países Baixos pôs em xeque o outrora florescente e importante controle português do comércio do açúcar, da mão-de-obra escravizada africana e das especiarias, controle esse que ia da Índia até o Brasil, passando pela África⁴².

Os Países Baixos se lançariam contra o Nordeste brasileiro por duas vezes. Uma primeira, contra São Salvador, com um ano de permanência “herética” no solo do novo mundo português, permanência logo batida pela armada restauradora de D. Fradique de Toledo, em 1625. Já a segunda invasão, que durou 24 anos (1630-1654), foi entendida por muitos cronistas e escritores da época como um castigo divino, um flagelo herege lançado contra os cristãos⁴³. Com batalhas acontecidas na porção oriental do Atlântico, em Angola, e também em algumas porções do Império Luso na

⁴² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 52.

⁴³ Esse foi o entendimento, por exemplo, da história da Guerra de Pernambuco, de autoria de Diogo Lopes Santiago. SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE Editora, 2004.

Ásia, as lutas entre os portugueses e os flamengos foram descritas, narradas, contadas em muitas histórias, crônicas, diários e cartas.

E é sobre uma dessas histórias que esta dissertação se debruça, aquela, já citada, escrita pelo frei Raphael de Jesus. O frei-cronista jamais esteve no Brasil. Sua escrita se valeu em grande parte de outras obras que tratam do tema da expulsão dos flamengos⁴⁴. E por isso, a escrita de Raphael de Jesus, assim como outras do período, primeiramente, apresenta geograficamente seu tema, a saber, o Nordeste Colonial; re-produz histórica e socialmente um espaço, dele toma posse pela escrita e, pela escrita, marca essa posse na história.

Esse Nordeste, de que trata o livro por nós analisado, foi também descrito por muitos outros escritores, cronistas. Frei Raphael de Jesus, conforme dito, valeu-se dessas análises já feitas, e, nesse sentido, a descrição que o frei cronista faz do Nordeste Colonial, anterior à invasão flamenga, nada mais é do que uma compilação da escrita de muitos outros. Diferentemente dessa descrição, a narração e a análise da batalha feitas por Raphael de Jesus apresentam particularidades que as narrativas das quais se valeu não contêm.

Mas, para além da descrição feita por cronistas do período, cumpre-nos situar o campo de ação daqueles homens e mulheres cujos feitos são narrados, não apenas por Raphael de Jesus, mas por muitos outros cronistas seus contemporâneos: o Nordeste.

⁴⁴ Frei Rapahel de Jesus se valeu, principalmente, de dois livros, escritos por luso-brasílicos, um de autoria de Manuel Calado do Salvador, intitulado *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*, e um segundo, *história da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago. SANTIAGO, Diogo Lopes de. *Op. cit.* e SALVADOR, Manuel Calado. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 2ª ed., 2 vols. Pernambuco. 1942.

Entendemos o Nordeste como o local onde se narram a maioria dos feitos dos “heróis” restauradores, conforme a época, o primeiro quartel do século XVII, como as capitanias de cima, como eram chamadas.

Conforme dissemos anteriormente, e pela descrição que dele faz Evaldo Cabral de Mello, o Nordeste constituía-se apenas pela franja litorânea de disposição longitudinal que, de Natal, no Rio Grande do Norte, alcançava Penedo, às margens do São Francisco. O povoamento não ultrapassava, a oeste, os 70 quilômetros e, assim mesmo, ao longo dos rios, em particular a ribeira do Capibaribe, onde a penetração era mais acentuada⁴⁵.

Contudo, entendemos que o Nordeste de que tratamos aqui não se resume às balizas propostas por Evaldo Cabral de Mello, muito embora elas se revelem extremamente propositivas à nossa análise.

1.2 As Capitanias de Cima ou um Nordeste em construção

Desde fins do século XVI algumas das famílias mais proeminentes da Nova Lusitânia ou Pernambuco e Itamaracá se lançavam à conquista de parte oeste do Estado do Brasil. Segundo Regina Célia Gonçalves⁴⁶, a empresa de conquista demarca espaços de expedições quase que permanentes, com o intuito de apresamento e/ou extermínio da população indígena habitante daquela região. Isto porque atendendo aos interesses da agromanufatura açucareira, em franca expansão graças a uma conjuntura internacional extremamente favorável, caracterizada pelo alto preço do açúcar, a conquista da Paraíba, além de proporcionar terras, serviria como fonte de mão-de-obra. Além de necessárias para a expansão da produção

⁴⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada – Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p. 72.

⁴⁶ GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares. Política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630*. Bauru: Editora Edusc, 2007. p. 50.

açucareira dentro de um quadro de mercantilização cada vez mais intenso, a conquista e posse de terras pelos colonos se encaixavam na idéia que fundamentava o *status* do “homem bom”. E analisando mais profundamente a expansão leste-oeste efetuada pelas famílias principais de Pernambuco, há que pensarmos, de acordo com Ilana Blaj, que

quanto mais filhos e genros estabelecidos nas terras da família houvesse, maior seria o direito daquele clã a essas terras(...) Dar terras neste contexto era assim uma maneira de expandir as receitas da família, ressalva feita que a beneficiária não era a família nuclear dos pais mas o clã extenso⁴⁷

A posse de terras com o objetivo de lucro resultou, na América portuguesa, mais especificamente no Nordeste, na lavoura açucareira. Mesmo que outras atividades agro-manufatureiras fossem praticadas, a lavoura açucareira se manteve como a de maior lucratividade durante o seiscentos⁴⁸.

A implementação da atividade em larga escala no Nordeste se deu com Duarte Coelho, que muito possivelmente pôde ter conhecido o sistema na Madeira em suas viagens pelo Atlântico. Assim, a sociedade formada nos primórdios da Capitania⁴⁹ em torno do açúcar corresponde, sociológica e cronologicamente, de

⁴⁷ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.p. 302.

⁴⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2ª edição, 1998.p. 56.

⁴⁹ De acordo com Vainfas, o nome Novo Lusitânia lembrava o nome de Portugal, e poderia indicar um projeto de recriação da velha metrópole no ultramar luso. O autor ressalta ainda que, na América Espanhola, houve uma profusão de nomes que denunciavam uma expectativa hispanizadora no Novo Mundo, exemplos são os nomes *Nueva España e Nueva Granada*. É o que marcou a diferença entre um e outro projeto de nomenclatura foi o fato de que na América Espanhola a perspectiva dos colonos de fixarem-se ao solo poderia ser vista na construção de cidades e na interiorização precoce da colonização. Já no caso português, ao contrario, teria prevalecido uma ocupação litorânea, em razão talvez de uma nostalgia do Reino ou da vontade de enriquecimento rápido seguido de volta à metrópole, ao menos nos momentos iniciais da colonização. VAINFAS, Ronaldo (direção). *Dicionário do Brasil Colonial. (1500-1808)*.Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2000. p. 430. Evaldo Cabral de Mello defende que Duarte Coelho insistia na denominação de Nova Lusitânia instado pela sua pretensão inicial de fazer um outro Portugal naquelas terras. Mas a corrupção do nome indica a mutação que sofreria o programa do primeiro donatário em breve pervertido pelas circunstancias da colonização. MELLO, Evaldo Cabral de. “Uma Nova Lusitânia”. In: *Um imenso Portugal: História e Historiografia*. São Paulo: Ed.34, 2002. pp. 71-73.

acordo com Evaldo Cabral de Mello⁵⁰, à fase inicial da expansão açucareira no Atlântico. Tal expansão iniciou-se na Ilha da Madeira e nas Canárias, tendo migrado para o Atlântico ocidental – São Domingos, Brasil, São Tomé – até que, em meados do XVII, as colônias inglesas, francesas e holandesas situadas no Caribe deram início a uma nova fase na produção e comercialização do açúcar, sendo essa nova etapa caracterizada por escalas superiores de *plantation*⁵¹,

Em Pernambuco, a estruturação econômica em torno do açúcar dividia a capitania em dois setores principais: um primeiro, baseado no cultivo da cana e na produção do açúcar; e um segundo, que oferecia ao primeiro o cultivo de produtos demandados pela indústria açucareira, além do cultivo de fumo e a extração do pau-brasil. Esse segundo demandava menores investimentos e, por isso, servia como meio de fixar a população livre, mas pobre, ao solo⁵². Já o terceiro, o negócio do pau-brasil, monopólio da Coroa, assentava-se em duas modalidades: licenças concedidas a particulares, e a concessão do monopólio do tráfico a contratadores. A extração e venda do produto era de tal importância econômica que somente foi superada pela produção açucareira após a primeira metade do quinhentos⁵³. Dessa forma, o valor econômico da madeira fazia aportar um número considerável de corsários estrangeiros à costa da Colônia do Brasil, sem que a coroa lusa pudesse atuar de forma a extirpar definitivamente tais incursões.

Essas incursões, além de deletérias aos cofres da coroa de forma direta, pelo que privava aos lusos de mercadorias vendáveis, incidiam também indiretamente, uma vez que os estrangeiros, aliando-se aos gentios, insuflavam esses contra os

⁵⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Op .cit.*, 2007, p. 72.

⁵¹ *Ibidem*, loc. cit.

⁵² *Ibidem*, p. 72.

⁵³ GONÇALVES, Regina Célia. *Op. Cit.*, p. 50.

colonos brasílicos. Necessária à extração do pau-brasil era a mão-de-obra indígena, colaborativa ou não. No caso de armadores franceses, essa ajuda se dava sem coerções, ao contrário do que costumava acontecer com os lusos. A permuta que muitos armadores faziam – armas, em troca de serviços dos gentios – era, na opinião de Duarte Coelho Pereira, donatário de Pernambuco, deletéria às atividades agrárias mais interessantes ao desenvolvimento econômico (lavoura açucareira) e populacional da região. Essa opinião, expressa nas cartas enviadas pelo capitão donatário a El-Rey, fica mais clara e ganha novos contornos quando analisados outros documentos da época. Isso porque o fornecimento, pelos armadores franceses ou luso-brasílicos, de armas de fogo aos indígenas em troca de sua mão-de-obra, servia para reforçar os índios inimigos contra os quais Duarte Coelho vinha lutando desde o início de sua empresa colonial. Tal ação dificultava o apresamento dos gentios em *guerras justas*⁵⁴, já que estariam mais bem armados; além disso, os gentios amigos acabavam preferindo o trabalho de extração do pau-de-tinta em detrimento do serviço nas lavouras açucareiras⁵⁵. De acordo com Stuart Schwartz:

Evidentemente as culturas indígenas tinham capacidade de adaptação; todavia o que os portugueses demandavam ia de encontro a aspectos

⁵⁴ A *Guerra Justa* seria, de acordo com Luiz Felipe Alencastro, uma guerra consentida e determinada pelas autoridades régias, por períodos limitados, contra certas etnias. Ainda de acordo com o autor, leis sucessivamente editadas a partir do século XVI nos permitem ver três formas de apropriação dos indígenas; os *resgates*, os *cativeiros* e os *descimentos*. O primeiro tipo consistia na troca de mercadorias por índios aprisionados por outros índios e que estivessem à corda, isto é, já amarrados para serem mortos, esses indivíduos teriam cativeiro máximo de 10 anos. O segundo tipo de trabalho compulsório, cativeiro, dizia respeito à posse de indígenas aprisionados em *guerras justas*, e nesse tipo de relação, o cativeiro durava o quanto durasse a vida do cativo. Por fim, o último tipo, descimento, referia-se ao deslocamento forçado dos índios para as cercanias dos enclaves europeus, onde eram aldeados e tornavam-se trabalhadores mediante pagamento de salário, nos termos da lei. A privação de seus campos de caça e cultivo, a vizinhança com vilas, cidades e portos, o trabalho forçado, tudo isso contribuía para um ambiente epidemiológico hostil, que acabava fazendo esse último tipo de trabalho ser tão mortífero quanto as guerras empreendidas nos sertões. ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 119-121.

⁵⁵ Cartas de Duarte Coelho Pereira. In: MELLO, José Antonio Gonsalves; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (org.). *Cartas de Duarte Coelho a El Rey*. 2ed. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1997; e GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares*. Política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007. pp. 126.

fundamentais da vida e da mentalidade dos nativos. Para estes últimos, agricultura era ‘trabalho de mulher’. Se um homem conseguisse o suficiente para comer e algumas ferramentas e armas novas, por que haveria de desejar ou trabalhar por mais? Essa foi uma situação comum na era colonial, observada e comentada em muitos lugares. O índio – visivelmente capaz de grandes esforços – era considerado um preguiçoso nato e alguém com quem não se podia contar. Levados para os engenhos, recusavam-se a trabalhar; tornavam-se macambúzios e alheios, ou simplesmente fugiam. Recusavam-se a responder às condições objetivas de mercado criadas pelos portugueses. [...] Segundo Gandavo, ‘se os índios não fossem tão caprichosos e dados à fuga, a riqueza do Brasil seria incomparável’⁵⁶.

As ações luso-brasílicas, quase sempre violentas, envolvendo o extermínio e o cativo, acabariam por eliminar um dos grupos Tupi que habitavam aquela região, os Kaeté. O acontecimento foi oportunamente descrito por um contemporâneo, o padre José de Anchieta, que narrando a ação dos luso-brasílicos para com os índios, diz que, na Capitania de Pernambuco:

Nunca houve conversão de gentios: guerras muitas e alguns combates de Franceses em vida de Duarte Coelho, e muitas mais em tempo de seu filho Duarte Coelho [de Albuquerque], o qual deu tanta guerra aos Índios (...) que destruiu toda a sua Capitania e assim desde o rio de S. Francisco até lá, que são 50 léguas, não há povoação de Índios, e fica agora sem nenhuma ajuda deles, e é agora aquela Capitania como a de Itamaracá (...) mui molestada dos Índios Pitiguaras, moradores do rio chamado Paraíba (...) e não tem [os portugueses] Índios amigos que os ajudem porque destruíram todos⁵⁷.

Contudo, ainda que lucrativo às finanças reais, o pau-brasil acabaria por perder, paulatinamente, espaço para a lavoura açucareira nas atenções dispensadas pela Coroa. Mas o que se verificava, durante fins do quinhentos e começo do seiscentos, era a prática das duas atividades, sendo que uma (a extração do pau-brasil) acabava também colaborando para abrir novas frentes para a lavoura açucareira⁵⁸.

⁵⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. p. 45.

⁵⁷ ANCHIETA, Padre Jose de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1568)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.1998.p. 30.

⁵⁸ O açúcar ascende como produto mais lucrativo que o pau-brasil na segunda metade do quinhentos, e o preço do “pau de Pernambuco”, como também ficou conhecido o pau-brasil, tende a cair com o declínio de sua demanda. O declínio da demanda “coincide com a ocupação holandesa no Nordeste,

Todavia, a produção de açúcar, cada vez mais lucrativa, acabou criando demanda por mais terras para cultivo, demanda que não era atendida tão somente pelas frentes abertas pela extração madeireira. Para atender a essa demanda, os colonos se veriam lutando contra os gentios Potiguara, quase que principalmente. Isso porque, inicialmente habitada majoritariamente por grupos indígenas Tupi, a região Nordeste seria palco das alianças que esse enorme e fragmentado grupo faria com outros europeus que não os lusos, alguns mesmo contrários àqueles, os franceses por exemplo. Isto se explica por dois motivos, um primeiro que diz respeito à presença francesa no litoral nordeste (durante a primeira metade do XVI, chegava a rivalizar com a presença portuguesa). E uma segunda razão diz respeito à lógica e à dinâmica internas da organização social indígena, que lhes colocava em guerras constantes com os grupos rivais. Dessa forma, novos inimigos seriam os colonos do Reino de Portugal. Os vassalos da coroa lusa eram, por suas ações de extermínio e apreensão, inimigos de considerável importância. Assim, além de efetuarem ataques frequentes contra os colonos, os potiguares formariam uma aliança com os armadores franceses, já que unidos contra um inimigo em comum, embora com interesses distintos – um, a guerra e defesa de território; o outro, a exploração madeireira – poderiam lucrar mais juntos⁵⁹.

Exemplo claro dos atritos de interesses ocasionados pela expansão açucareira pode ser visto no “episódio de Trucunhaém”. Esse acontecimento serviria como justificativa para a série de ataques perpetrados pelos luso-brasílicos contra os

quando a dupla exploração – portuguesa e holandesa – aumentou extraordinariamente a oferta de produto no mercado (...) sem correspondente aumento da demanda”. COSTA, Cleonir Xavier Albuquerque da Graça e. *Receita e despesa do Estado do Brasil no período Filipino* – aspectos fiscais da administração colonial. Recife: Departamento de história da Universidade de Pernambuco, 1985 (Dissertação de Mestrado em história). p. 43.

⁵⁹ GONÇALVES, Regina Célia. *Op. cit.*, pp. 40-50.

potiguares, até que, em 1599, os Potiguara reconhecessem a derrota. O “episódio de Trucunhaém”, que serviria para deflagrar o ataque luso-brasílico, diz respeito a um massacre cometido pelos Potiguara contra um engenho de propriedade de Diogo Dias, no ano de 1574. O engenho, situado na fronteira que separava o sertão dos gentios Potiguara dos territórios ocupados pelos colonos, funcionava como cabeça-de-ponte, representando para os colonos um importante passo para a ocupação açucareira definitiva naquela região, enquanto que para a Nação Potiguara significava uma ameaça permanente ao seu domínio na Paraíba⁶⁰.

Contudo, mais do que um ato impeditivo para a expansão colonizadora, o massacre cometido pelos Potiguara no Engenho de Trucunhaém pode e deve ser visto não apenas pela ótica expansionista luso-brasílica, mas também pela ótica guerreira indígena. A identidade daqueles indígenas, respeitadas as diferenças inerentes a cada subgrupo Tupi, continha um elemento em comum de fundamental importância – a prática bélica. O complexo guerra-vingança-antropofagia regulava e balizava a relação que as nações indígenas tinham entre si. E essa relação entre os grupos era marcada por ligações de parentesco, consangüinidade, alianças em razão de interesses comuns, dentre outros. E essas alianças, da mesma forma que criavam e ou reforçavam afinidades, criavam também os grupos desafetos⁶¹.

O massacre de Trucunhaém fez voltar contra o gentio Potiguar diversos interesses: interesse da Coroa em afastar de vez a presença francesa e consolidar a Paraíba como domínio colonial; interesses dos senhores de engenhos por mais áreas de plantio e mão-de-obra, além do interesse de comerciantes instalados em Olinda, e

⁶⁰ Ibidem, p. 68.

⁶¹ Ibidem, p. 47. FAUSTO, Carlos. Fragmentos da história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP: SMC, 1992, pp. 381-396.

que representavam grupos mercantis sediados na Europa, cujo capital financiava a produção açucareira. Isso explica como nas campanhas para conquista da Paraíba encontravam-se representantes das mais diversas categorias da sociedade luso-brasílica de Pernambuco: senhores de engenhos, mercadores e financistas estabelecidos em Olinda. Muitos dos colonos que se ocupavam do apresamento de gentios estavam vinculados, como dito anteriormente, à casa donatarial de Pernambuco, além de outros que, endividados, viam nas campanhas uma forma de solverem suas dívidas. Muitos desses endividados ligavam-se por redes clientelares à casa de Duarte Coelho⁶².

Essas expedições deram ensejo à fixação de homens ao território-fronteira, sendo que grande parte desses primeiros habitantes estavam ligados à sociedade pernambucana por laços de sangue, compadrio, matrimônio ou clientelares. Esses homens que adentram o sertão eram, em sua quase maioria, filhos da nobreza da terra residente em Pernambuco e que, sem oportunidades de enriquecimento, quer na atividade econômica principal (produção do açúcar), quer em cargos administrativos, lançavam-se à exploração e ocupação do oeste, fosse em direção ao sertão, fosse em direção à costa. Com isso, estenderam as fronteiras da região nordeste que tratamos aqui, para bem além daquela proposta por Evaldo Cabral de Mello.

1.3 A construção de uma sociedade

O Pernambuco, que se ligou à Paraíba em razão das relações havidas entre seus moradores, tinha como motor principal para sua economia a lavoura da cana de açúcar e o beneficiamento desse produto, tido como uma das principais riquezas da terra. No livro *Diálogos da Grandeza do Brasil*, de 1618, de autoria de Ambrósio

⁶² GONÇALVES, Regina Célia. *Op. cit.*, p. 100.

Fernandes Brandão, Brandônio, um personagem-cronista, fornece uma explicação a Alviano, um outro personagem, sobre a atividade “com a qual seus povoadores ficam ricos”. Para o autor, seriam seis as atividades lucrativas, destacando-se a produção açucareira e o comércio daí derivado. O detalhamento de sua descrição sobre a produção açucareira⁶³ se rivaliza com a preocupação em analisar a atividade mercantil e o papel dos mercadores para a economia colonial. Segundo ele,

Muitos homens têm adquirido grande quantidade de dinheiro amoedado e de fazenda no Brasil pela mercancia posto que os mais se avantajam nela são os mercadores que vêm do Reino para esse efeito, os quais comerciam por dois modos, de que um deles é que vem de *ida por vinda*, e assim depois de venderem suas mercadorias, fazem o seu emprego, em açucares (...) e se tornam para o Reino nas mesmas naus (...) ou noutras. O segundo modo de mercadores são os que estão assistentes na terra com loja aberta (...) e ainda desses mercadores se formam outros (...) que vivem somente com se fazerem riquíssimos com comprarem essas fazendas aos mercadores assistentes nas vilas ou cidades, e as tornarem a levar e a vender pelos Engenhos e fazendas, que estão dali distantes, com ganharem muitas vezes nelas a mais por cento por cento⁶⁴.

Altissonante nos elogios às oportunidades surgidas na Colônia do Brasil, Brandônio nos oferece uma imagem interessante daquela sociedade surgida em torno do açúcar. Contudo, ao tratarmos daquela sociedade, a imagem de corpo social estável, do ponto de vista de sua classe privilegiada, do Pernambuco do *ante bellum*, para usarmos uma expressão de Evaldo Cabral de Mello, não procedia, conforme

⁶³ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p. 115. Segundo Brandônio, “o açúcar é a principal coisa com que todo este Brasil se enobrece e faz rico”, e existiriam duas formas de produzi-lo: através de engenhos de água e “trapiches que moem com bois”. As etapas da transformação da cana em açúcar foram descritas na seguinte ordem: “nestes tais engenhos, depois de a cana de açúcar moída, entre dois grande eixos que fazem mover uma roda (...) que fazem apertar (...) o tal bagaço todo o sumo que a cana tinha, o qual se ajunta em um tanque, e dali o lançam em grandes caldeiras de cobre, onde se limpa, coze, e apuram à força de fogo (...) depois do açúcar limpo e melado nas caldeiras, se passa umas tachas de cobre (...), aonde à força de fogo o fazem pôr no ponto necessário para ver de coalhar e criar corpo, e dali se lança em umas formas de barro, dentro nas quais se incorpora e endurece, e depois de estar frio o levam (...) a casa de purgar e nela sobre um taboado que esta furado se assentam as tais formas, com lhes abrirem um buraco que tem por baixo, por onde vão purgando o mel (...) e como as formas estão despedidas de todo o mel, lhe lançam em cima o barro desfeito e água, o qual é bastante para dar ao açúcar a brancura que nele vemos”. Ibidem, pp. 126-127.

⁶⁴ Ibidem, pp. 132-133.

parte da historiografia⁶⁵ quis crer. Assim como não era estável, a sociedade tampouco era majoritariamente composta pelos descendentes de Duarte Coelho, governador da Capitania, e de seus colonos contemporâneos. A instabilidade na composição da açucarocracia⁶⁶ do período estava em consonância com as crises pelas quais vinha passando a produção açucareira, fruto da alta dos preços dos escravos e da estabilização dos preços do açúcar no mercado internacional⁶⁷.

Essa instabilidade dos níveis sociais verificada por Evaldo Cabral de Mello punha em xeque a idéia de uma açucarocracia composta por pequenos fidalgos de província e pelos descendentes de Duarte Coelho e sua viúva. Segundo tal ideia, os moradores da Capitania eram homens de valores rotineiramente agrários, o que não se verifica quando analisamos a expansão territorial e a relação desses colonos com os indígenas⁶⁸. Além disso, outro aspecto dessa visão de uma açucarocracia estável e permanente diz respeito ao monopólio que esses mesmos moradores teriam feito com relação às oportunidades econômicas e sociais criadas pelo açúcar. Segundo Evaldo Cabral de Mello⁶⁹, dessa primeira leva de colonizadores e donos de propriedades, a intensa transferência de engenhos não permitiria uma caracterização da açucarocracia

⁶⁵ “Em 1594, em 61 sobrenomes de senhores de engenho, acham-se apenas oito que surgiram desse primeiro *who is who* da história brasileira (...). Os demais são todos sobrenomes obscuros. Aos descendentes de Jerônimo de Albuquerque, menos de cem anos após a chegada do pai fundador, Verdonck referia-se depreciativamente como ‘grandes fidalgos segundo se julgam, mas na realidade gente pobre e indigente’. Somente a partir da relação de 1623 ou dos textos holandeses é que começam a soar os patronímicos dos que em breve serão designados nobreza da terra, vários de seus membros se havendo beneficiado, neste íterim do processo de transferência da propriedade açucareira provocado pela crise do segundo e terceiro decênios do século XVII”. MELLO, Evaldo Cabral de *Olinda Restaurada. Op. cit.*, p. 83.

⁶⁶ O neologismo é de Tobias Barreto, conforme nos explica Evaldo Cabral de Mello (Ibidem, p. 82), e diz respeito aos grandes proprietários de terras e senhores de engenho que compunham as classes privilegiadas da Capitania, do ponto de vista econômico, político e social.

⁶⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Op.cit.*, p. 75; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Op. cit.*, pp. 148-149.

⁶⁸ GONÇALVES, Regina Célia, *op. cit.*, p. 45.

⁶⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Op. cit.*, p. 83.

baseada nos nomes das famílias convencionalmente associadas à colonização da Capitania.

Dessa forma, caberia aos sobrenomes obscuros a posse de grande parcela dos engenhos. Esses sobrenomes pertenciam àqueles reinóis recrutados nas camadas médias das cidades costeiras portuguesas, que para cá acorreram impressionados pelo *boom* açucareiro de fins de Quinhentos e inícios de Seiscentos, e que se tornaram detentores de fortunas as mais díspares e cujas trajetórias dão uma visão do quão instável era a economia açucareira.

Alguns, senhores de grandes engenhos, outros, de engenhos mais simples⁷⁰, tais pessoas tiveram em pouco tempo capacidade de legar a seus descendentes alguma fortuna ou de deixá-los empobrecidos⁷¹. Dessa primeira leva de habitantes, o número quase ínfimo de nobres não justificaria a pretensão de fidalguia a que se arrogavam seus descendentes no período posterior à guerra e, principalmente, durante a eclosão do sentimento nativista de 1710. Mesmo Duarte Coelho não era fidalgo de nascimento, mas elevado a essa condição pelo rei, em razão de seus feitos⁷².

⁷⁰ Segundo Evaldo Cabral de Mello, os engenhos do Nordeste podem ser divididos, na primeira metade do seiscentos, em três tipos: os grandes engenhos, com uma produção anual superior a 6.000 arrobas; os médios, entre 3.000 e 6.000 arrobas anuais, até os molinotes, ou pequenos engenhos, com produção de menos de 3.000 arrobas anuais. MELLO, E.C. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste – 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007. p. 77. C. R. Boxer, baseando-se nos relatórios de Matias de Albuquerque relativos aos anos de 1627 e 1628, analisa os engenhos de açúcar de Pernambuco, assemelhando alguns deles (os maiores) a “pequenas povoações à vista das suas numerosas dependências e instalações de serviços, [e que] empregavam de quinze a vinte portugueses e uns cem negros escravos; [já os] os de tamanho médio davam trabalho a uns dez portugueses e cinquenta negros; os pequenos (ou engenhocas, como eram às vezes chamados) a cinco ou seis portugueses e uns vinte negros. Cada um dos engenhos maiores produzia anualmente cerca de sete ou oito mil arrobas; os médios cinco ou seis mil, e os menores cerca de três mil”. . BOXER, R.C.. *Os holandeses no Brasil*. 1624-1654. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 46.

⁷¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio; O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 156.

⁷² Duarte Coelho, nascido no último quartel do século XV, era filho ilegítimo de Gonçalo Coelho. Comandara esquadras portuguesas no Pacífico, Índico e Atlântico, tendo vencido todas as batalhas das quais participara. Distinguiu-se também em missões diplomáticas na Tailândia, onde conseguiu

Sobre o censo da população lusa de 1527, Charles R. Boxer estima que, numericamente, algo em torno de 2.400 indivíduos, compostos quase que em sua maioria de homens válidos, jovens e solteiros, abandonaram o Reino, anualmente, em direção às colônias⁷³. Isso se dava, segundo o historiador inglês, em razão do excesso populacional e da pressão sobre a terra em certas regiões férteis do norte lusitano, como o Minho. As ilhas atlânticas, assim como as províncias do Minho, tradicionalmente caracterizadas pela pequena propriedade e pelas famílias extensas, liberavam mão-de-obra, que partia em busca de novas oportunidades, daí serem conhecidas por sua alta taxa de emigração.

O censo de 1527 registrava como população total portuguesa, guardadas pequenas variações, cerca de 1.000.000 e 1.400.000 habitantes. A maioria daqueles que aportavam na colônia era oriunda do Minho e de Lisboa, e nem sempre o embarque se dava de forma voluntária⁷⁴. Mas em Pernambuco, em razão da origem da casa donatária, predominavam os imigrantes de cidades e vilas do norte de Portugal, especialmente os de Viana do Castelo⁷⁵.

Uma outra fonte de imigrantes eram as ilhas atlânticas, território conhecido pela pequena propriedade e pela grande família. As ilhas acabavam liberando mão-de-obra, que saía em busca de novas oportunidades⁷⁶.

negociar com sucesso o comércio pacífico dos portugueses em Málaga. Não era fidalgo por nascimento, mas foi elevado a essa condição, em razão de seus serviços, por D. João III, em 1521. Casou-se com D. Brites de Albuquerque, pertencente à alta nobreza de Portugal. COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos no início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 222; SILVA, Leonardo Dantas da. Prefácio. Duarte Coelho, o fundador de Pernambuco. In: MELLO, José Antônio Gonsalves; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (orgs). *Cartas de Duarte Coelho a El Rey*. 2ª ed. Recife: Fundaj: Massangana, 1997. pp. 3-5.

⁷³ BOXER, C.R.. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70. 1981. p. 104-105.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 104.

⁷⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de, e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (orgs). *Cartas de Duarte Coelho a El Rey*. 2ª ed. Recife: Fundaj: Massangana, 1997. pp. 3-5.

⁷⁶ BOXER, C.R. *O Império Marítimo Português*. *Op.cit.*, p. 67.

Esse era o caso de João Fernandes Vieira, senhor de engenho sobre quem e a quem frei Raphael de Jesus escreve o livro aqui em análise. Sua passagem das ilhas atlânticas para Pernambuco foi voluntária e deliberada. Essa massa de imigrantes, ao chegar, deparava-se com um sistema socioeconômico cujo fim ótimo era a produção e exportação em larga escala do açúcar para o mercado europeu. João Fernandes Vieira circulou por grupos sociais na colônia que muito pouco diferiam de outros grupos de homens de elite presentes em toda a extensão do *mare lusitano* no que diz respeito às suas articulações econômicas, sociais e políticas. Sobre esses grupos sociais presentes na periferia colonial, o historiador Luiz Felipe de Alencastro, em sua obra *O trato dos Viventes* (2000), nos apresenta uma chave explicativa que nos permite vislumbrar aqueles homens através de interessantes matizes⁷⁷. Segundo Alencastro, uma divisão deve ser estabelecida quando tratamos dos homens que compõe a elite ultramarina. Haveria, segundo o autor, dois agentes sociais distintos: um primeiro, o “homem ultramarino” e um segundo, o “homem colonial”. Ao primeiro, interessam lucros, recompensas e títulos que lhes sejam desfrutáveis na Corte. Já o segundo, o “homem colonial”, circularia por diversas regiões do Império, apostando, entretanto, “suas fichas na promoção social e econômica acumulada numa determinada praça, num enclave colonial que às vezes não o viu nascer, mas onde possui bens, herdeiros e tumba reservada”⁷⁸.

1.4 Aproximações necessárias: Reino e Colônia

Há que atentarmos para o fato de que, mesmo sitos em territórios distantes da Corte e das práticas cortesãs, os homens coloniais se guiavam também por códigos hierárquicos derivados daqueles praticados na Corte. Assim, como ponto de partida

⁷⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 45.

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 103-104.

para a análise desses homens, é interessante que tomemos a sistematização de Nuno Gonçalo Monteiro acerca da nobreza portuguesa. Segundo Monteiro, é possível identificarmos entre a nobreza lusa três categorias. Inicialmente, agrupados num amplo e pouco preciso grupo, havia a nobreza simples e os cavaleiros de hábito, que incluíam todos aqueles que “viviam nobremente”. Integravam tal grupo “os licenciados e bacharéis, os oficiais do exército de primeira linha, milícias e ordenanças, os negociantes de grosso trato, os juízes e vereadores de um número indeterminado de vilas e cidades”⁷⁹. Essa fluída categoria social, devido à sua desqualificação, ocasionava “uma intensa procura de outras distinções, designadamente, dos hábitos de cavaleiro das ordens militares (para os quais se exigia prova de nobreza, mas não de fidalguia)”⁸⁰.

Superior a essa categoria social, encontrava-se uma intermediária, formada por alguns milhares de fidalgos, que reunia a maioria dos “‘fidalgos de cota de armas’ e de ‘fidalgos de linhagem’ (cujos ascendentes tinham recebido a carta do brasão de armas ostentado na fachada das suas casas), com uma distribuição geográfica muito desigual, bem como algumas centenas de fidalgos da casa real e desembargadores”⁸¹.

Encimando a hierarquia social, estava o que podemos chamar como a “primeira nobreza do reino”. Residindo quase majoritariamente na corte, esse grupo era formado “por cerca de centena e meia de senhores de terras, comendadores e

⁷⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 253.

⁸⁰ *Ibidem*, Loc. Cit.

⁸¹ *Ibidem*, Loc. Cit.

detentores de cargos palatinos, no cume da qual se encontrava a meia centena de casas dos Grandes do reino”⁸².

Embora limitada por questões de espaço, a sistematização aqui apresentada nos fornece uma base para pensarmos a nobreza lusa, e os códigos que regiam aquela nobreza. Outra proposta para pensarmos aqueles códigos vem de Francisco Carlos Cosentino (2007). Seu estudo sobre *Enobrecimento e Trajetórias sociais...* nos apresenta fontes interessantes sobre os nobres. Cosentino, apoiando-se em uma fonte coetânea, Miguel Leitão de Andrada, considera que a origem da nobreza era devida ao Rei,

que he isso superioridade real, e que por parte da mãe tambem se conserva nobrezas, e que os que assistem ao Rei em seu serviço, se reputão nobres (...) que a nobreza se causa, ou por feitos illustres, ou por riqueza, porém que não se presume nobreza, sem se provar. E que se prova melhor por testemunhas parentes, vezinhos, ou familiares, pola razão que tem de o melhor saber: e com tudo, que o que se trata como nobre, e conserva os apellidos avoengos nobres, se presume nobre (...).⁸³

A essa compreensão da nobreza, acrescentamos a divisão feita por Bluteau, que a distribuiu em hereditária, política e civil. Segundo ele, a

nobreza hereditária he hua antiga successão de sangue de huma família, que teve pessoas illustres, & famosas em armas, ou letras ou outro exercicio honesto, dos antepassados se derivou a gloria aos descendentes. A nobreza politica, ou civil, he aquella que alguém logra, não pela successão do sangue, mas por respeito do posto, ou cargo nobre, que exercita.⁸⁴

Nesse período, ainda de acordo com Cosentino, o termo nobreza tinha a função de adjetivar uma conduta e não, como no seu recorrente sentido contemporâneo, identificar um grupo social⁸⁵. Fidalgo seria o termo que identificava a camada social privilegiada, durante a Época Moderna. Conforme Bluteau, essa era

⁸² Ibidem. Loc. Cit.

⁸³ ANDRADE, *Miscellanea*. apud. COSENTINO, Francisco Carlos. Enobrecimento, trajetórias sociais e remuneração de serviços no império português: a carreira de Gaspar de Sousa, governador geral do Estado do Brasil. *Revista Tempo*, nº26. p. 225-253.2007. p. 234.

⁸⁴ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*, v. II, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, cd-rom. p. 732.

⁸⁵ COSENTINO, Francisco Carlos. *Op. cit.*, p. 234.

uma palavra derivada de *Filho*, & de *Algo*, palavra castelhana, que em português significaria alguma coisa. Ao homem “cavalheiro deuse este nome, para se dar a entender, que seus pays tem herdado Algo, ou alguma cousa, de que se póde prezar, como nobreza de sangue, ou rendas, & fazenda considerável, porque Algo também significa cousa de valor (...)”⁸⁶. Joaquim Romero Magalhães destaca que os fidalgos tinham essa qualidade por nascimento. Como diz ele: “Fidalgo nascia-se. (...) O fidalgo transmitia a qualidade e condição aos seus herdeiros. Mesmo descendentes enviados, após reconhecimento de paternidade e concordância régia, obtinham esse estatuto”.⁸⁷ Ninguém era reconhecido como tal se não tivesse riqueza e *status* na maneira de viver e de se sobressair. Por isso, a fidalguia obrigava a uma conduta marcada pela *honra*⁸⁸.

Nesse sentido cumpre distinguirmos fidalguia de nobreza, já que se o “fidalgo era nobre, nem todo nobre era fidalgo”⁸⁹. Assim se a fidalguia era herdada, a nobreza era um conjunto de qualidades adquiridas, mantidas e reconhecidas pelo Rei. Nobres eram aqueles que mostravam qualidades próprias da nobreza: agir honroso e socialmente prestigioso. Eram também os que ocupavam cargos próprios das pessoas que detinham essas qualidades e virtudes.

Nas sociedades luso-brasílicas do seiscentos, fosse a baiana, a pernambucana ou a paraibana, a manutenção da honra era ponto fundamental para o estabelecimento da ordem. De acordo com o antropólogo Julien Pitt-Rivers, honra seria um fato social objetivo, além de um sentimento:

⁸⁶ BLUTEAU, Raphael, *op. cit.*, p. 107. Ainda segundo Bluteau: “Outros querem, que Fidalgo venha da palavra Latina Fides, porque a fidelidade, & o primor de não faltar à sua palavra, he o character, & o distinctivo dos ânios nobres (...)” (Ibidem, p. 107).

⁸⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, v. 3, p. 415.

⁸⁸ Ibidem, p. 415.

⁸⁹ Ibidem, p. 416.

Por um lado, um estado moral que decorre da imagem que cada qual tem de si, e que inspira as ações mais temerárias ou a recusa de agir de uma maneira vergonhosa, seja qual for a tentação material para isso – e simultaneamente um meio de representar o valor moral dos outros: a sua virtude, o seu prestígio, o seu estatuto. E, portanto, o seu direito à precedência⁹⁰

Ainda que tratando de um contexto mais geral, vemos como interessante a análise de Pitt-Rivers sobre honra e hierarquia. Sua visão nos permite entender hierarquia como uma base distintiva da organização social, no nosso caso, na colônia, e que tal base distintiva definia-se a partir da desigualdade de posições sociais.

Obra relativamente próxima cronologicamente ao período analisado por nós, ainda que distinta geográfica e politicamente, mas que serve a um melhor entendimento do nosso período, *O Espírito das Leis* (1748), de Montesquieu trata a honra como uma virtude indissociável do regime monárquico. Para o pensador francês, a honra teria suas próprias leis e regras, sendo dependente apenas de seu próprio capricho e glorificar-se-ia em desprezar a vida, com ações nobres. Ainda de acordo com o autor do *O Espírito das Leis*, a honra reinaria nas monarquias, onde daria vida a todo o corpo político, às leis, e até mesmo à virtude⁹¹.

A partir do século XVII, devido ao crescimento da capacidade da monarquia portuguesa de distribuir e redistribuir honras e proventos, o conceito de nobreza foi se redefinindo em favor de um alargamento dessa noção, particularmente quanto à alta nobreza. A antiga concepção, apoiada na fidalguia, foi substituída por uma noção mais ampla de nobreza de serviços, em que a grandeza estava vinculada à aristocracia de corte, uma camada cortesã que monopolizou os principais cargos e ofícios no palácio real, na administração central, no exército e nas conquistas

⁹⁰ PITT-RIVERS, Julien. A doença da Honra. In: GAUTHERON, Marie (dir.). *A honra – imagem de si ou dom de si: um ideal equívoco*. Trad. Cascais Franco. Lisboa: Difel, 1992. pp. 23-39.

⁹¹ MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *Do espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 37.

ultramarinas⁹². Como afirma Nuno Gonçalo Monteiro, “uma das raras vias de acesso à Grandeza foram, precisamente, os vice-reinados na Índia ou no Brasil, pois na fase mais restritiva (1671-1760) cerca de metade dos títulos foram criados em remuneração daqueles serviços”⁹³. Cumpre ressaltarmos, entretanto, que os vice-reinados eram exclusivos à primeira nobreza da Corte. Dessa forma, estavam vedados a uma grande maioria de nobres que não fossem também fidalgos (raros eram os casos de integrantes da primeira nobreza do reino que também não eram fidalgos). No entanto, as capitânicas do Brasil não eram palco monopolizado pela primeira nobreza do reino. A elas, o rei poderia destinar todos aqueles que, vivendo à lei da nobreza, tivessem tido algum papel de relevo na conservação e melhoramento do império. Dessa forma, fidalgos de província, filhos das principais famílias da terra, mesmo alguns soldados, filhos da boa fortuna, poderiam ser nomeados para a governança das capitânicas, fossem elas de pequena importância ou mesmo as de primeira importância. Contudo, há que levarmos em conta que tal fenômeno tendeu a se tornar mais raro com o passar do tempo, redundando numa crescente aristocratização do recrutamento dos governadores do império do Atlântico sul ao longo do século XVIII⁹⁴.

Como analisado por Laura de Mello e Souza, as possessões lusitanas em seu conjunto mantinham os princípios estamentais, com a posição dos indivíduos estando em grande parte em função dos “sinais exteriores indicativos da graduação das formas de tratamento, das insígnias, privilégios e obrigações”⁹⁵. E se, conforme

⁹² COSENTINO, Francisco Carlos. *Op. cit.*, p. 236.

⁹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Op. cit.*, p. 254.

⁹⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites no poder: entre o antigo regime e o liberalismo*. 2.ed. rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 124.

⁹⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 151.

analisado por Stuart Schwartz, no Nordeste os senhores de engenho formaram uma aristocracia de riqueza e poder, que desempenhava e assumia muitos dos papéis tradicionais da nobreza portuguesa, eles não se tornaram, entretanto, um estado com bases hereditárias⁹⁶.

O mesmo Stuart Schwartz, também em *Segredos Internos*, propõe um modelo para a organização social portuguesa na colônia, baseando-se

Em certa medida [n]o modelo de San Gimignano, de Laurence Stone, de uma grande base populacional da qual se erguem como torres uma série de hierarquias econômicas e sociais mais ou menos independentes, fundamentais na terra, Igreja, lei, comércio e governo, descreve a sociedade portuguesa na época da formação do Brasil.⁹⁷

Devemos ainda levar em conta a perspectiva do autor, que considera terem surgido na América outros distintivos sociais, baseados na cultura e na cor. Para ele, a escravidão na América Portuguesa teria possibilitado a ascensão de pessoas que não teriam essa chance em Portugal e, ao mesmo tempo, teria desenvolvido “novos princípios de hierarquia baseados na raça, aculturação e condição social”⁹⁸.

Valendo-nos de Schwartz, destacamos a maior chance de mobilidade social existente na Colônia, quando comparada com a Metrópole. Aquela sociedade do seiscentos era, sim, “caracterizada pela configuração de fundos territoriais recém-ocupados e moldados segundo regras institucionais e padrões de sociabilidade diversos, conflituosos e indefinidos”⁹⁹.

Surgidas no contexto das sociedades rigidamente hierarquizadas do Antigo Regime, as sociedades coloniais herdaram concepções medievais de hierarquia e mantiveram muito intensamente vivos os aspectos simbólicos e materiais da

⁹⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. *Op. cit.*, p. 230.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 211.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 214.

⁹⁹ SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto: Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997., p. 283.

estratificação social típica da Sociedade de Corte. Isso se dava porque, se nas sociedades do Antigo Regime havia toda uma preocupação com o protocolo e a precedência (na medida em que eles tinham significados simbólicos e ajudavam a reforçar a posição e as prerrogativas de cada grupo), nas sociedades em formação, como as luso-brasílicas, essa preocupação era ainda maior. Afinal, a maior fluidez e a flexibilização na estratificação social acabavam definindo uma disputa mais acirrada pelos recursos sociais disponíveis¹⁰⁰.

Porém, ainda que possam ser admitidos caracteres de origem medieval, como defendem alguns historiadores aqui analisados¹⁰¹, ou que haja, como defendem outros, a predominância, durante o Antigo Regime, da concepção de uma sociedade ordenada em função da diversidade e da hierarquia dos ofícios sociais (guerreiros, clérigos e trabalhadores), há que analisarmos tais idéias. Acreditamos, de acordo com Joaquim Romero Magalhães, que a realidade social não se conformava nem se confinava a essa tríade arcaica¹⁰². Desdobrava-se em outros níveis de maior complexidade, com a economia mercantilista tratando de alterar posicionamentos e dificultando arrumações. Assim, o que *devia ser* nem sempre correspondia ao que de fato era. A presença de queixas contra a promoção de filhos de lavradores por via de serviços na corte, isso ainda no século XV, já demonstrava a realidade movente que estava por sob a estabilidade legal¹⁰³. E se a realidade não confirmava a legalidade e normatização dos códigos mesmo no cenário reinol, o que pensar da sociedade colonial?

¹⁰⁰ WECKMANN, Luís. *La herencia medieval del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica. 1993. p. 119.

¹⁰¹ HERNANDEZ Ignácio Atienza. *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1987. pp. 154-168. WECKMANN, Luís. *Op.cit.*p. 32.

¹⁰² MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Op. cit.*, p. 481.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 482.

A sociedade colonial tendia a ser vista como um espaço propício ao enriquecimento, ainda que de difícil aclimatação¹⁰⁴. Dessa forma, ao menos no início, aqueles que passassem para o extremo ocidente lutavam não apenas pela sua sobrevivência, mas, sobretudo para enriquecer e viver com dignidade e prestígio. A Colônia do Brasil era um ambiente onde a qualificação ou re-qualificação poderia acontecer em pouco tempo. Nos dizeres da historiadora Ilana Blaj

Qualificação para os pobres do reino, para os pequenos e médios agricultores e comerciantes, para os artesãos e mesmo para os filhos bastardos; requalificação para os degredados e para os filhos segundos de uma nobreza empobrecida; em síntese: enriquecimento, nobilitação, qualificação/requalificação permeavam o imaginário e os interesses do colono¹⁰⁵

Assim, acreditamos que falar numa sociedade hierarquizada, tratando-se da sociedade colonial, não significa tomá-la como uma sociedade de castas. Nesse sentido, a mudança de estatuto, de uma determinada hierarquia social para outra, alguns níveis acima, era possível na estrutura do Antigo Regime¹⁰⁶. Destarte, no caso analisado neste estudo, algumas visões historiográficas acerca dos processos pelos quais as sociedades coloniais se estruturaram, e que guardam em comum estratégias – alianças, mercês¹⁰⁷, luta por cargos concelhios – que garantissem às elites coloniais

¹⁰⁴ A representação da colônia como purgatório e o imaginário que a cercava foram analisados por Laura de Mello e Souza em: *O diabo e a terra de Santa Cruz* e em *Inferno atlântico: demonologia e colonização (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. A respeito dessas questões em outras regiões, veja-se: GIUCCI, Guillermo, *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁰⁵ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP : Fapesp, 2002. p. 301.

¹⁰⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, UFF, RJ, v.06, nº17, p.121-143, Abril. 2006., p. 123.

¹⁰⁷ A análise desse sistema de mercês tem sido feita por historiadores que compartilham dessa linha de abordagem e baseia-se em várias noções, dentre elas “economia de serviços” (MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998) e “economia do dom”, aplicada ao Antigo Regime em Portugal (XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. Redes Clientelares. In: MATTOSO, Jose (coord.). *história de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 381-394). Ainda para um resumo dessas abordagens, ver: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, Oeiras: Celta, nº 23, p. 67-88, nov. 2000.

principalmente sua manutenção no topo da hierarquia social¹⁰⁸, são pertinentes. Tais estratégias visavam principalmente à obtenção de mercês régias para que o acesso e a manutenção no ápice da escala social, mais do que assegurados, fossem naturalizados pelo rei, uma vez que tais graças não eram exclusivas à aristocracia¹⁰⁹.

As mercês faziam sentido e eram interessantes aos colonos, porque viver nobremente, como já dito, não permitia, por si só, que alguém se pensasse como nobre. Mas era, indubitavelmente, uns dos primeiros passos para que fosse requerido um título, um hábito religioso, uma remuneração honorífica, um cargo administrativo, ou uma patente militar de importância. Logo, o primeiro passo, para aqueles principais da terra que quisessem engrossar as fileiras da nobreza civil ou política, seria poder dispor de fazenda, já que o estilo de vida também constituía prova¹¹⁰. Essa necessidade se explica, porque, além de permitir ao indivíduo portar-se nobremente, ou à lei da nobreza, suas finanças também lhe tornavam efetuar ações em prol do Reino ou do Rei. Desse modo, caso se fizesse necessário, poderia ajuntar provas e testemunhas ao seu pedido de mercês, com o argumento de que para o bem comum, “lançou mão de sua própria fortuna”, conforme normalmente acontecia.

Portanto, pensamos que as práticas e estratégias para obtenção de mercês, de cargos e de distinções, utilizadas pelo rei como moeda de troca ou como recompensa para trabalhos executados por súditos leais, informam a existência de uma hierarquia social excludente. Essa hierarquia social, excludente por um lado e inclusiva por

¹⁰⁸ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (sécs. XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 43.

¹⁰⁹ BOXER, C.R. *Op.cit.*, p. 275; SCHWARTZ, Stuart. *Op.cit.*, p. 230-231; HESPANHA, Antônio Manuel. *Op.cit.*, p. 134.

¹¹⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: EdUnesp, 2005. p. 21.

outro, era derivada da estratificação social do Antigo Regime português e ligava ainda mais a sociedade colonial à sociedade portuguesa.

As mercês, desse modo, eram uma forma de “mobilidade social”. Respeitavam toda uma série de mecanismos e regras para que fossem concedidas, dependendo ainda da vontade régia¹¹¹. Era importante que os súditos também usassem instrumentos que não só lhes permitissem a construção de uma hierarquização social, como também a demonstrassem diante da sociedade à qual pertenciam¹¹². Desse modo, ligavam-se num pacto ótimo, de um lado, aqueles que do rei queriam mercês e, de outro, o rei que, necessitando dos serviços de seus súditos, valia-se da doação “não só [de] tenças e ordenados, mas ainda de senhorios e, em particular, esse imenso bolo das comendas”.¹¹³

Essa relação entre serviços e mercês remuneratórias ficará mais bem ilustrada no **Capítulo III**, quando analisarmos as estratégias para obtenção de mercês pelos serviços prestados durante a guerra de expulsão dos holandeses do Nordeste.

1.5 A colônia às vésperas da invasão

João Fernandes Vieira pode ser visto como um bom exemplo desse “homem colonial” que almejava a ascensão social. Nascido na Ilha da Madeira, passara para a Colônia do Brasil ainda muito jovem, em 1611. O Pernambuco em que aportou é uma das capitâneas mais ricas e florescentes do ultramar lusitano, e, nos dizeres do

¹¹¹ BOXER, C. R. *O império Marítimo Português. Op. cit.*, p. 275; SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos. *Op. cit.*, pp. 230-231.

¹¹² HANSEN, João Adolfo., *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ªed.rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 136.

¹¹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 218.

historiador inglês Charles Ralph Boxer, a mais rica da Colônia do Brasil¹¹⁴. De acordo com uma fonte de fins do século XVI, Pernambuco era habitado por gente

honrada: há homens muito grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu: alguns devem muito pelas grandes perdas que tem com escravaria de Guiné, que lhes morrem muito, pelas demasias e gastos grandes que tem em seu tratamento. Vestem-se, e as mulheres e filhos de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto tem grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem freqüentam as missas, pregações, confissões, etc.; os homens são tão briosos que compram ginetes de 200 e 300 cruzados, e alguns tem três, quatro cavalos de preço. São mui dados a festas. Casando uma moça honrada com um vianês, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiam uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sedas de várias cores, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas de que iam vestidos. Aquele dia correram touros, jogaram canas, pato, argolinha, e vieram dar vista ao colégio para ver o padre visitador; e por esta festa se pode julgar o que farão a mais, que são comuns e ordinárias. São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinário andam comendo um dia dez ou doze senhores de engenho juntos, e revezando-se desta maneira gastam quanto tem, e de ordinário bebem cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal; (...) Enfim, em Pernambuco se acha mais vaidade do que em Lisboa¹¹⁵.

Esse Pernambuco, apresentado pelo padre jesuíta Fernão Cardim, já trazia alguns elementos que iriam caracterizar outras descrições, como o comportamento se afastando do ideal, pela corrupção dos excessos. Ao dizer que as senhoras não prezam muito pela devoção, Cardim antecipou com economia, o que outros cronistas trataram à exaustão: os excessos e licenciosidades em que viviam os moradores de Pernambuco¹¹⁶.

Outro cronista residente em Pernambuco, também religioso, o frei Manuel Calado, faria uma descrição muito semelhante à de Cardim. Sua descrição, ainda que trate do Pernambuco *ante bellum*, foi escrita posteriormente à invasão holandesa, e editada em 1648. Diz o frei

¹¹⁴ BOXER, C.R.. *O Império Marítimo Português*. op. cit., p. 25.

¹¹⁵ CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1585). Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1925. pp. 334-335.

¹¹⁶ Nesse ponto coincidem os escritores Raphael de Jesus, com seu *Castrioto Lusitano*, o autor de *História da Guerra de Pernambuco*, Diogo Lopes de Santiago, dentre outros. SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE Editora, 2004. JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano*. Lisboa: Imprensa de Antônio Craesbeeck, 1679.

Era aquela república antes da chegada dos Holandeses, a mais deliciosa, próspera, abundante, e não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa, e cetro. O ouro, e a prata eram sem numero, e quase não se estimava: o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia, e saírem de seu porto grandes frotas de naus, navios e caravelas; e se andarem as embarcações encontrando umas com as outras, em tal maneira, que os pilotos faziam mimos e regalos aos senhores de engenhos e lavradores, para que lhes dessem suas caixas, não se podia dar vazão ao muito que havia. As delícias de mantimentos, e licores, eram todos os que se produziam assim no Reino, como nas ilhas. O fausto, e aparato das casas era excessivo, porque mui pobre, e miserável se tinha o que não tinha o seu serviço de prata. Os navios que vinham de arribada, ou furtados aos direitos do Peru, ali descarregavam o melhor que traziam. As mulheres andavam tão louças e tão custosas, que não se contentavam com tafetás, chamalotes, veludos e outras sedas, senão que arrojavam as finas telas, e ricos brocados, e eram tantas as jóias com que se adornavam, que pareciam chovidas em suas cabeças, e gargantas as perolas, rubis, esmeraldas, e diamantes. Os homens não haviam adereços custosos de espadas, e adagas, e vestidos de novas invenções, com que não se ornassem os banquetes quotidianos, as escaramuças, e jogos de canas, em cada festa se ornavam, tudo era delicias e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso¹¹⁷.

Sua narrativa, ainda que carregada de exageros, tem aproximações com a de Cardim, e as de ambos, quando contrapostas a outras fontes coevas¹¹⁸, mostram-se pertinentes e verossímeis. Ponto comum entre as fontes é a prosperidade que Pernambuco desfrutava. Essa prosperidade alimentaria o interesse dos holandeses, que já haviam estado na Colônia do Brasil com interesses de domínio em 1624, quando invadiram a Bahia. A presença holandesa não se restringiu somente ao ataque efetuado em Salvador e, posteriormente, a Pernambuco.

Havia uma relação comercial entre lusos e batavos, que perdurou durante a Trégua dos Doze Anos (1609-1621), e que se manteve mesmo finda a trégua. A relação comercial estabelecida entre os neerlandeses e os portugueses foi intensa, chegando ao ponto de, em 1621, 66% dos fretes entre Brasil e Portugal serem feitos

¹¹⁷ CALADO, Frei Manuel. *Op. cit.*, pp. 39-40.

¹¹⁸ BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito annos no Brazil*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940. Disponível no sítio: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03973800#page/3/mode/1up>. Acessado em 14/08/2010. ALBUQUERQUE, Duarte. *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil*. Madrid: Diego Diaz de la Carrera, 1654. Disponível no sítio: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03973800#page/5/mode/1up>. Download feito em 07/04/2011.

por naus “hereges”. Ademais, grande parte do açúcar exportado pela Colônia do Brasil era comprada e financiada por comerciantes flamengos, brabantinos e pelos judeus sefarditas residentes em Amsterdã, cidade essa que contava com aproximadamente 25 refinarias para processar o açúcar brasílico semi-refinado¹¹⁹.

Assim, não bastasse toda a informação coletada pelos holandeses quando da invasão feita à Bahia¹²⁰, havia a vasta gama de informações obtidas em meio ao comércio e fretes feitos pelos batavos, atendendo aos lusos ou aos compradores de produtos oriundos do Nordeste. Além disso, havia também a ação de corso, efetuada pelos batavos, o que lhes ajudava na coleta de informações sobre a Capitania de Pernambuco, que pretendiam invadir.

Assim, em 1630, os holandeses desembarcaram na praia do Pau Amarelo, com o intuito de se apossarem de parte do Nordeste Colonial. E a invasão neerlandesa iria modificar sobremaneira aquela sociedade. Segundo a periodização sugerida por Evaldo Cabral de Mello, quando se exclui a invasão neerlandesa à Bahia, em 1624-1625, a dominação holandesa no Brasil teve três fases. A primeira, de 1630, queda de Olinda, até 1637, é caracterizada pela guerra de resistência. Essa fase marca a saída do exército hispano-luso-brasílico de Pernambuco e a dominação batava sobre toda a região compreendida entre Ceará e o São Francisco. Um segundo momento, situado entre os anos de 1637 a 1645, chamado pela historiografia clássica de período de ouro do Brasil holandês, é marcado pelo governo de João Maurício de

¹¹⁹ LOPEZ, Adriana. *Guerra, açúcar e religião no Brasil dos Holandeses*. São Paulo: Editora Senac. 2002. p. 64.

¹²⁰ Os holandeses tinham em seu domínio as cartas de Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, interceptadas durante a campanha da Bahia. Pelas cartas do governador, ficaram eles sabendo que as fortificações de Olinda e Recife estavam desaparelhadas. Além disso, Albuquerque dizia em suas missivas que as milícias locais não tinham mais que 400 homens pouco experimentados, a maioria composta por cristãos-novos em quem não se podia depositar confiança. Outras informações diziam respeito ao número de engenhos (137) e sua produção anual (700.000 arrobas em bons anos). BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português*. *Op. cit.*, p. 45.

Nassau e pelo início da insurreição luso-brasílica. A terceira parte, final, 1645 a 1654, é aquela que abrange a guerra de Restauração e na qual a presença holandesa foi eliminada como força bélica do Nordeste¹²¹.

Com a invasão holandesa, muitos dos moradores viram na fuga a única salvação possível. Assim, parte considerável da população luso-brasílica, residente em Pernambuco, na Paraíba, em Itamaracá e demais regiões invadidas, veio a se refugiar na Bahia, no Rio de Janeiro, ou mesmo no Reino. Alguns, entretanto permaneceriam na Capitania. Desses que se deixaram ficar, parte se refugiaria no campo, nos engenhos, abandonando as vilas e o convívio com os flamengos. Já outros, privariam com os batavos, certos de que oportunidades de enriquecimento haveriam de surgir. Com base nesse pensamento, João Fernandes Vieira abandonou as tropas de resistência, essas já esvaziadas e em vias de findarem-se, e se lançou à atividade comercial fosse com batavos, com cristãos velhos, cristãos novos judaizantes, ou com indígenas. Anos após, tendo enriquecido e criado sólidas raízes comerciais e sociais, lutaria contra os holandeses na chamada guerra de expulsão, de onde sairia vitorioso e, ajuntando a eficácia das armas à da pena, trataria de demandar mercês e honrarias a El-Rey¹²².

A ascensão fulminante desse madeirense estabelecido em Pernambuco evidencia as possibilidades encontradas por aqueles que se dispunham a fazer fortuna no ultramar, e, mais ainda, para aqueles que se permitissem negociações com os holandeses, sem que por isso sofressem de dramas de consciência, religiosos ou patrióticos.

¹²¹ MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada. Op.cit.*, p. 26.

¹²² MELO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*. 2 vols.. Recife, 1956. p. 54; LOPEZ, Adriana. *Op. cit.*, p. 124.

Servente de uma cantina no Arraial até 1635, quando decidiu ficar, ao invés de retirar-se com alguns dos antigos moradores que também lutaram na guerra, viu sua sina mudar em muito pouco tempo. Ao indicar o lugar exato de um tesouro enterrado por um desafortunado judeu de nome Pantaleão Monteiro, Vieira conquistou a amizade de um alto funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, o conselheiro Stachower¹²³.

Essa ação folhetinesca iria lhe favorecer ainda mais, quando de amigo de Stachower, Vieira passou a protegido do poderoso conselheiro e, posteriormente, a sócio. E, finalmente, quando retornou à Holanda, Stachower nomeou Fernandes Vieira seu procurador. Fernandes Vieira foi extremamente afortunado, uma vez que Stachouwer mostrou-se-lhe ainda mais reconhecido e amigo:

Estendendo-lhe a sua confiança além do túmulo, no testamento. Continuando a negociar no Recife por conta de Stachower e por conta própria, Vieira ajuntou cabedais que lhe permitiram comprar o engenho do holandês, ao qual depressa reuniu outros, tornando-se um dos mais importantes proprietários rurais de Pernambuco e senhor de mil e quinhentos escravos¹²⁴.

Assim, além dos três engenhos adquiridos ao antigo patrão, por meio das economias advindas dos altos salários pagos à categoria dos feitores, comprou mais dois de particulares. Tomou emprestados 39.0000 florins, no Recife, com o intuito de pôr em funcionamento os engenhos. Não bastasse essas iniciativas, Vieira praticava outros negócios, como a venda de escravos e de partidos de cana¹²⁵.

João Fernandes Vieira, ainda, participou ativamente do governo neerlandês, isso durante o governo do conde Mauricio de Nassau-Siegen. Foi vereador na cidade Maurícia, principal câmara da Nova Holanda. Sua intimidade com os neerlandeses

¹²³ LOPEZ, Adriana. *Op. Cit.*, p. 177.

¹²⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. 2ª ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura. 1975. p. 120.

¹²⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Op. cit.* p. 326.

ajudaria também que conseguisse contratos para a arrecadação de impostos e para o corte de pau-brasil. Ademais, Vieira tinha autorização para caçar escravos fugidos e era capitão de uma companhia de senhores de engenho, quase todos holandeses¹²⁶.

Além dos negócios, Fernandes Vieira se casara com a filha de uma das famílias mais importantes da região. Sua esposa, de sobrenome Cezar, iria lhe ajudar em seu projeto de ascensão social, abrindo as portas da açucaroocracia pernambucana ao marido que, até então, tinha franco acesso mais aos palacetes dos holandeses que às casas grandes dos senhores de engenho. Além de instrumentalizar o capital social de que dispunha sua esposa a seu favor, João Fernandes se valeu de um outro recurso clientelístico de garantido resultado: o compadrio.

Segundo análise de Júnia Ferreira Furtado, em seu livro *Chica da Silva e o contratador dos diamantes - o outro lado do mito* (2003), que trata das Minas na primeira metade do setecentos, as relações de compadrio garantiam redes clientelares e dependência entre diferentes segmentos sociais. Essa estratégia, um mecanismo de sociabilidade, inseria pessoas de famílias distintas na órbita de famílias poderosas, tornando-as pessoas próximas, mas devidamente respeitadas e respeitáveis¹²⁷. O estudo de Júnia Furtado, embora se voltando para décadas posteriores ao período por nós estudado, lança luz para um tipo de relação que se manteria por mais anos ainda que aqueles analisados pela historiadora mineira. João Fernandes é descrito por Raphael de Jesus como um cristão extremado, que teria apadrinhado muitos ex-heréticos por ele convertidos, e, além desses apadrinhados, João Fernandes se tornou

¹²⁶ LOPEZ, Adriana. *Op. cit.* p. 179.

¹²⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes – o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 159.

padrinho de muitos cristãos-velhos de famílias reputadas de Pernambuco e Paraíba¹²⁸.

As estratégias de João Fernandes Vieira para conquistar fortuna foram extremamente eficazes. Tendo conquistado a confiança dos holandeses, João Fernandes conquistara crédito com aqueles. Contudo, conforme analisaremos no **Capítulo III** desta dissertação, sua fortuna não era uma fortuna líquida, da qual ele pudesse dispor imediatamente. Quando a W. I. C., decidida a não mais renovar as dívidas, adotou uma postura mais intransigente para com os devedores, João Fernandes Vieira mudou de posição e passou a tratar de assuntos de sublevação contra os invasores “hereges” com a Coroa lusa. Suas estratégias, somadas à sorte, à contingência, além de um forte senso de auto-promoção junto à Coroa, deram-lhe ensejo, após a guerra de expulsão (e mesmo durante), de demandar uma série de mercês a El-Rei¹²⁹.

Com isso, João Fernandes Vieira governaria a Paraíba, de 1655 a 1658 e Angola, de 1658 até 1661. Outrora senhor de engenhos e, agora, governador de Angola e da Paraíba, João Fernandes Vieira recebeu esses cargos de seu rei, D. João IV, como recompensa por serviços prestados. Em Luanda, podemos obter a explicação sobre o porquê de João Fernandes ter contratado, para a redação de seus feitos, um monge beneditino e não um religioso inaciano (o que seria mais provável, uma vez que os jesuítas detinham o controle quase total das universidades e colégios, além de serem talvez a mais importante ordem difusora da fé pelo Império Luso).

¹²⁸ JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano*. Lisboa, na Impressão de Antônio Craesbeeck. 1679. p. 180.

¹²⁹ MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. *Op. cit.*, p. 116; MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.*, p. 273.

Logo de chegada, João Fernandes Vieira se desentendeu com os inacianos de Luanda. O motivo alegado para o desentendimento foi uma briga havida entre os jesuítas e os soldados do governador sobre algumas varas de porcos soltos na rua¹³⁰. Segundo Boxer, o fato mais notável do governo de Vieira em Angola foi a violenta luta que manteve contra os inacianos. Segundo o mesmo autor, ao contrário de seus contemporâneos, Vieira não nutria admiração pelos jesuítas. Em suas missivas à Coroa, Vieira atacava os filhos de Loyola, dizendo serem desnecessárias as grandes dotações anuais aos jesuítas, porque, segundo ele, somente cinco padres diziam missa no colégio, enquanto todos os outros se ocupavam das cinquenta grandes propriedades que lhes rendiam lucros enormes todos os anos. Indo além em seus ataques, João Fernandes calculava em mais de dez mil negros escravos as peças dos inacianos, além de um sem número de casas e embarcações. Em suas contas, os jesuítas possuíam mais de um milhão de cruzados em capital simbólico e passavam a maior parte do tempo se dedicando às suas fazendas, quando deveriam se dedicar à conversão dos gentios¹³¹.

Vieira finaliza uma de suas cartas dizendo que os jesuítas possuíam muitos homens livres sob suas ordens, sem que para isso pagassem, e que tais homens poderiam ser muito melhor aproveitados a serviço de El-Rei e da guerra. Fato interessante de se notar é que algumas das cartas assinadas por Vieira são redigidas em italiano, o que nos leva a pensar, de acordo com Alencastro, que o madeirense, após ter sido excomungado pelos inacianos em razão da briga dos porcos, se aliou aos capuchinhos em sua luta contra os jesuítas¹³².

¹³⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Op. cit.*, p. 277.

¹³¹ BOXER, C.R.. *O Império Marítimo Português*. *Op. cit.*, p. 393.

¹³² ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Op. cit.*, p. 277.

Importa a nós retermos, com este primeiro Capítulo, que João Fernandes Vieira fez um bom uso das oportunidades que existiam em territórios propícios ao enriquecimento, como era o caso da Colônia do Brasil. Suas estratégias para enriquecer, se frutos de uma consciente e deliberada vontade, ou se surgidas em função de casualidades, permitiram-lhe chegar a um patamar minimamente ótimo, a partir do qual ele pôde instrumentalizar sua riqueza, de modo a tecer laços sociais mais interessantes. Tais laços lhe ajudaram na construção de uma imagem social nobre, além de auxiliarem-no a conquistar poderio político. As formas que usou para estabelecer laços sociais mais dignificantes, conforme vimos, foram do apadrinhamento ao casamento. Elas revelam que o cenário propício ao enriquecimento poderia também ser palco para ascensão social, principalmente caso o indivíduo soubesse usar, a seu favor, os códigos sociais de que tratamos neste **Capítulo** e que regiam cenários sociais como o Nordeste colonial. Uma outra estratégia de que se valeu para a construção de uma imagem social nobre foi a encomenda do panegírico sobre o qual trata esta dissertação. Conforme veremos no **Capítulo 2**, a escrita de uma história durante o seiscentos ibérico perseguia uma estratégia que não o simples narrar de eventos; isto porque a produção de uma obra histórica inseria-se nas estratégias de obtenção de mercês e de nobilitação, típicas naquela sociedade com marcas de Sociedade de Corte e na qual Fernandes Vieira pretendia conquistar proeminência.

Capítulo II: A escrita de uma História

2.1 Aspectos antigos da História Moderna

O *Castrioto Lusitano* é uma História, dentro do que se entendia por História no seiscentos ibérico: a História seria uma compilação de contingentes passados que formariam um análogo prático para a ação e experiência presentes, isto é, a *Historia magistra vitae* (história mestra da vida)¹³³. O período que aqui estudamos foi marcado pelo paradigma neo-escolástico e recuperava conceitos e modelos da antiguidade. Assim, o *Castrioto Lusitano*, uma História, pertence ao gênero demonstrativo, segundo a divisão genérica proposta por Aristóteles¹³⁴. E entendemos ser essa a filiação teórica de Raphael de Jesus.

¹³³ Segundo João Adolfo Hansen: “Como *magistrae vitae*, a história fornece enquanto narração política, a exemplaridade dos modelos da experiência moral prudente vivida por varões ilustres e proféticos, espelho de príncipes. Acrescentando-se o objetivo pedagógico, é previdente: História do Futuro é bem o título que figura a especularidade da doutrina história como conservação da experiência passada como padrão futuro que pressupõe a repetição da Identidade divina nos diferentes tempos históricos tornados análogos pela participação na substância metafísica incriada. Ordem natural figurada por Deus no tempo, a especularidade da tipologia implica obediência política, uma vez que o governante é causa segunda da Causa Primeira e desobedecer-lhe é não só um erro político, mas também pecado contra a Vontade”. HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ªed.rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 202-203.

¹³⁴ Conforme dissemos anteriormente, Aristóteles divide em três os gêneros retóricos: o judiciário, o deliberativo e o epidítico. “Judicial ou forense, deliberativo ou político, e demonstrativo ou epidítico. A situação do discurso consiste num orador, num discurso, num auditório. O auditório ou é juiz (no tribunal) ou espectador (no conselho ou na assembléia). Os discursos deliberativos ou são exortações ou são dissuasões e visam mostrar a vantagem ou a desvantagem de uma determinada ação. Os discursos judiciais ou são acusações ou defesas sobre coisas feitas no passado e visam mostrar a justiça ou a injustiça do que foi feito. Os discursos epidíticos louvam ou censuram algo visando mostrar a virtude ou o defeito de uma determinada pessoa”. ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Junior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. p. 25. Entendemos que a *Retórica* de Aristóteles não seja produto de mera idealização de princípios nascidos com ele e por ele conveniados para persuadir e convencer outras pessoas. cremos, sim, que seja o produto da experiência consumada de hábeis oradores, da elaboração resultante da análise de suas estratégias, da codificação de preceitos nascidos da experiência com objetivo de ajudar outros a exercitarem-se corretamente na arte da persuasão. Tendo isto em mente, baseamo-nos no autor da *Retórica* para estruturarmos nosso trabalho, já que é sobre ele, principalmente, que os teóricos do seiscentos ibérico se voltaram para a redação de seus tratados. Ainda, a *Retórica*, de autoria de Aristóteles, serviu base para todas as outras retóricas escritas posteriormente. De acordo com Roland Barthes, “não será toda a retórica (se excetuarmos Platão) uma retórica aristotélica? Sim, sem dúvida, todos os elementos didáticos que alimentam os manuais clássicos vêm de Aristóteles”. BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Trad. Maia de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 27.

A História, durante o período moderno, costumava ser, em geral, uma compilação de Histórias antigas, o que fazia dos livros de História algo que poderia, num primeiro momento, ser visto como um decalque. Isso, na verdade, não procede, em virtude do conceito que os homens de Belas Letras tinham da *imitatio*. De raízes greco-romanas, a *imitatio* encontra-se dentro da racionalização feita, originalmente, por Platão, sobre a arte como reprodução da Verdade. Platão, racionalizando a *mimesis* (a tradução latina apresentaria o termo *imitatio*), trabalha com o pressuposto de que há três realidades a serem apreendidas e criadas: o arquétipo, a verdadeira realidade, criada por um deus, conhecida em grego como *idea*; a cópia da realidade, ou do arquétipo, chamado *phainómenon*, cuja criação ficaria a cargo de artífices ou artesãos; e, por fim, a cópia da cópia do modelo original, do arquétipo, criada pelos pintores e pelos poetas, a *mímema*¹³⁵. Dessa forma, a obra dos poetas e pintores seria uma imitação da aparência, seria *phántasma*, e se distanciaria da *alétheia* (Verdade), sendo então a *mímese*s entendida como a cópia da natureza, ou a cópia da aparência¹³⁶.

Dessa forma, a arte, por se afastar em pelo menos três graus da Verdade, acabaria por contribuir para tornar a alma mais concupiscível, e, por conseguinte pelo julgamento sem medida, pelo desenfrear dos apetites dos instintos, ao invés de contribuir para o desenvolvimento do que de racional havia no homem¹³⁷. Thiago César Viana Lopes Saltarelli, em seu estudo sobre as poéticas seiscentistas, considera que a filosofia platônica (a qual os homens de Belas Letras do seiscentos recorriam)

¹³⁵ PLATÃO. *Diálogos: A República*. Trad. Carlos Alberto Nunes. 2ª ed. Belem: UFPA, 1988. Livro X, p. 596-598.

¹³⁶ Ibidem, loc. cit.

¹³⁷ Ibidem, pp. 603-606 e LAGE, Celina Figueiredo. *Teoria e crítica literária na República de Platão*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2000 (Dissertação de Mestrado em Estudos Literários). pp. 62-66.

não deixaria de lado as dimensões moral e pedagógica, e por isso a *mímese*, para se tornar aceitável, deveria tratar do que é bom e belo, para que assim se estabelecesse um modelo justo para o ensino dos homens¹³⁸.

Aristóteles, em sua *Poética*, parte do mesmo princípio estabelecido por Platão de *mímese* como imitação. Contudo, ao invés de concepção de cópia da Natureza, opera com a concepção de representação, segundo a qual a natureza não deveria ser uma recriação *ipsis litteris* da Verdade, mas, sim, ser como deveria ou poderia ser¹³⁹. Dessa forma, o artista não imitaria a realidade de forma absolutamente fidedigna, mas, sim, trataria de efetuar melhorias.

Essa noção de *mimesis* tem suas bases em duas novas idéias trazidas pela filosofia aristotélica. Primeiramente, uma nova concepção de natureza, compreendida como uma realidade com estatuto próprio, não mais uma cópia de um arquétipo maior, mas, a realidade empírica, que participa, como verdade, da *substância* do mundo, sem, contudo, eliminar a concepção de que para todas as coisas havia uma Causa Primeira. Essa concepção foi retomada nas interpretações que os neo-escolásticos fariam da filosofia aristotélica a partir do século XV, e veriam em Deus essa Causa Primeira¹⁴⁰.

A outra inovação trazida por Aristóteles diz respeito ao objeto da *mimesis*, que seria a ação humana, a *práxis*. Nesse sentido, a arte não imitaria a natureza em sua totalidade, mas, sim, suas leis¹⁴¹, seus princípios e suas proporções, de modo que as leis imitadas estejam em concordância com a natureza e entre si, realizando não

¹³⁸ SALTARELLI, Thiago César Viana Lopes. *As Poéticas Seiscentistas e a obra de Dom Francisco Manuel de Melo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2008 (Dissertação de Mestrado em Estudos Literários). p. 59.

¹³⁹ ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 9, § 50.

¹⁴⁰ SALTARELLI, Thiago César Viana Lopes. *Op. cit.*, p. 62.

¹⁴¹ ARISTÓTELES. *Poética*. *Op. cit.*, p. 2, § 7 e p. 9, § 54.

uma imitação da Verdade, mas do semelhante ao verdadeiro. Uma invenção verossímil implica a representação de uma lógica da natureza, não sua análoga reprodução. Assim, para Aristóteles, a *mimesis* é imitação idealizada e verossímil da natureza, em que a razão das leis e proporções mantém-se como elemento comum entre a realidade imitada e a obra. A verossimilhança torna-se o novo ideal a ser buscado pela poesia, que passa a ser definida por um caráter mais técnico e operacional, em oposição ao caráter ontológico subjacente à noção de Verdade almejada por Platão¹⁴².

2.2 A divisão de gêneros aristotélica

Há que atentarmos também para a distinção feita por Aristóteles sobre os três gêneros que irão compor a arte retórica da qual trata. Essa distinção sobre os três gêneros são pertinentes na medida em que foi sobre eles que o estagirita teorizou e também porque a teorização aristotélica representa um ponto de chegada de um debate mais amplo sobre *logos*, no seio da cultura grega. Isso nos permite ressaltar a importância epistemológica e pragmática no contexto grego da modalidade dos discursos, que é retomada durante principalmente os séculos XVI e XVII¹⁴³.

Para Aristóteles, vários fins são possíveis a um orador, conforme o gênero do discurso. As categorias se definem em função dos objetivos e dos contextos de tais discursos: se o discurso é deliberativo, o fim é o aconselhamento ao que é útil, seu uso se dá em geral no tocante às questões relativas à administração da *pólis*; se é judiciário, então o orador pleiteia o que é justo, numa tentativa de destruir argumentos contrários numa situação de ataque/defesa; e finalmente, se o discurso é epidítico, trata então do elogio ou da censura, cabendo ao orador ocupar-se apenas do

¹⁴² SALTARELLI, Thiago César Viana Lopes. *Op.cit.*, p. 67.

¹⁴³ MOSCA, L. L.S. *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1997. p. 178.

que é feio ou belo. Esse último tipo de discurso tem uma função social e ética, pelo que elogia ou recrimina na ação de um membro da *pólis*¹⁴⁴.

Mas ao mesmo tempo, o encômio trata de questões relativas ao *Bem Comum*, ao que deve e ao que não deve ser feito. Isso se explica pela transformação pela qual passaram os gêneros desde a sistematização de Aristóteles, entre deliberativo, judiciário e demonstrativo. Ao longo do tempo, tenderam a se mesclar¹⁴⁵. Um exemplo dessa mescla pode ser vista no excerto de um escritor douto do período, Manuel Severim de Faria em uma escrita sobre a História de autoria de João de Barros. Segundo Severim de Faria, o gênero histórico, seria

a História (segundo de Túlio em outra parte temos mostrado) o sujeito mais capaz da Oratória que nenhum outro, porque nela se usa do gênero Demonstrativo, contando vários feitos condenando os vícios, e louvando as virtudes; e do Deliberativo, introduzindo orações, conselhos e discursos, e muitas vezes do Judicial, o qual raramente se aparta do deliberativo¹⁴⁶.

Assim, chegamos à conclusão que não há necessariamente um gênero puro, não quando analisamos a retórica seiscentista. Destarte, todos esses usos se fazem visando a uma escrita que louve e colabore para o *Bem Comum*. A escrita da História, ainda de acordo com Severim de Faria, possuía três leis “que são verdade, clareza, e juízo, como as outras partes a que chamam integrantes”¹⁴⁷

A clareza de que trata Severim de Faria, diz respeito à éfrase cuja função precípua é trazer algo diante dos olhos de maneira vívida. Para os antigos, éfrase é simplesmente aquilo que “contribui para provocar o efeito de visualização do discurso verbal”¹⁴⁸ Assim, éfrase deve ser entendida em um contexto em que a

¹⁴⁴ Ibidem, p. 174.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 176.

¹⁴⁶ FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1999, p. 46.

¹⁴⁷ Ibidem, loc.cit.

¹⁴⁸ COSTA, Leila de Aguiar. O poder real em figuração: a éfrase seiscentista em Charles Perrault e André Félibien. *Rev. USP* [online]. n.71, pp. 116-126, 2006. p. 123. Disponível em <http://revhistoria.usp.br/> acessado em 15/05/2011.

palavra é concebida como uma “força que age sobre o ouvinte”. Desta maneira, o referente da éfrase tem valor secundário e o que importa é o impacto sobre a audiência: a éfrase transforma, pois, os ouvintes e leitores em expectadores¹⁴⁹.

Uma exposição, conforme Aristóteles, só poderá ser avaliada quanto à sua eficácia se atentarmos para o objetivo que o orador se propõe. Assim, devemos ter em mente qual o fim a que um discurso epidítico almeja.

Entendidos como *repertório de exemplos*, os panegíricos, subgêneros do epidítico, são escrituras compostas por louvores às qualidades morais de grandes homens. Contudo, atinentes às regras ibéricas dos seiscentos no tocante à escrita, os panegíricos se diferiam das outras formas de História, porque compunham um *louvor justo e manifesto ao grande merecimento das pessoas*¹⁵⁰. Visava-se, com o louvor, à produção de um exemplo virtuoso, com o intuito de que os feitos narrados da pessoa louvada fossem emulados pelos leitores ou ouvintes daquela história.

Mas um panegírico, quando bem escrito, não pretende apenas o louvor do objeto narrado: tal feito resultaria numa adulação baixa, o que desqualificaria o discurso, a escritura e, por conseguinte, o escritor¹⁵¹. A produção do exemplo virtuoso que visa à emulação serve a um propósito maior que o simples fato de narrar os feitos de alguém digno de nota. Quando bem escrito, um panegírico, pelo exemplo de virtude que narra, conduz à emulação das pessoas, de modo que os exemplos, mais do que lidos, sendo imitados, concorrem dessa forma para o fim ótimo a que toda sociedade cristã almeja, a saber, o *Bem Comum*.

¹⁴⁹ Ibidem, loc.cit.

¹⁵⁰ BARROS, João de. *Apud* SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (org.). *As Excelências do Governador*: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan de Lopes Sierra (Bahia, 1676). Trad. Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 48.

¹⁵¹ PERELMAN, Chaïm; OLDEBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 56.

2.3 Raphael de Jesus e sua História seiscentista

As junções dos conceitos de *mimesis* acabaram por gerar, no seiscentos europeu, interpretações e mudanças interessantes nas quais a natureza como modelo deixa de proceder e o que passa a imperar é a própria arte como modelo. Segundo a estudiosa Adma Muhana,

[...] se a poesia é imitação de algo que está na natureza (as ações humanas), e se na natureza em que o homem existe encontra-se também a poesia como efeito de uma ação humana, imitar a poesia é imitar a natureza¹⁵².

Por essa concepção, os escritores consagrados pela tradição foram tomados como exemplares e ideais a serem seguidos. O tratado de Quintiliano, ele também um modelo de escritor a ser seguido e emulado, serve para que vejamos como se dava e como era reproduzida, desde a antiguidade, o conceito de imitação de escritores-exemplares. Para o autor, “só pela imitação não há crescimento”, pois “também serão celebrados aqueles que forem considerados como tendo superado os seus antecessores e ensinado os seus sucessores”¹⁵³. Portanto, o conceito de imitação pura e simples não procedia; havia outras formas de se pensar a emulação, que passavam pela rivalidade e tentativa de se superar os modelos. Contudo, superava-se dentro da lógica de manter-se fiel a um estilo retórico-político: superando-se, mostrava-se que o modelo era louvável e que sua fôrma havia sido apreendida e aprendida.

Durante o Antigo Regime, até a passagem do século XVII para o XVIII, a imitação foi um dos recursos de que mais se valiam os historiadores, quer fossem humanistas ou não. Mais do que um exercício de retórica, a imitação ou emulação

¹⁵² MUHANA, Adma Fadul. *A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 41.

¹⁵³ QUINTILIANO. *Apud* DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *Tratado da imitação*. Trad. Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos das Universidades de Lisboa. 1986. p. 50.

era tida como uma arte.¹⁵⁴ Os autores clássicos mais emulados eram Cícero, Sêneca, Virgílio, Heródoto e Tucídides. Da antiguidade romana, vieram as bases que regeriam a escrita da História:

para transmitir as lições mais salutares de forma mais memorável, o historiador deveria cultivar um poderoso estilo retórico. Como declarara Salústio no início de *A Guerra com Catilina*, o desafio particular da História reside no fato de que ‘o estilo e a enunciação devem igualar-se aos feitos registrados’¹⁵⁵.

Raphael de Jesus, autor do livro que, aqui, analisamos, é um religioso e um douto. Segundo Diogo Barbosa Machado,

Fr. Raphael de Jesus naceo em a Villa de Guimaraens, recebendo na sua antiga Collegiada a graça bautismal a 2 de Mayo de 1614. Forão seus Progenitores Simão Fernandes, e Catherina Mendes, que o educarão tão virtuosamente, que deixado o seculo buscou o Claustro da augusta Religião do Principe dos Patriarcas S. Bento vestindo a monastica cogulla em o Convento da Victoria da Cidade do Porto a 2 de Mayo de 1629, quando contava 15 annos de idade. Aplicado aos estudos severos sahio nelles egregiamente instruido, e como o genio o inclinava para o exercicio do pulpito o continuou pelo espaço de vinte annos na Corte de Lisboa, e em varias Cidades de Hespanha com geral aplauso dos ouvintes, donde procedeo ser nomeado pela Religião Prégador Geral. A capacidade do talento o constituhio digno de ocupar os lugares de Reitor do Collegio da Estrella em 1665, Procurador geral em a Cidade do Porto em 1668. Abbade do Convento de S. André de Rendufe em 1673. Procurador geral na Cidade de Braga em 1676, e D. Abbade do Convento de Lisboa em 1679. Não se limitou o seu estudo ás letras sagradas, mas discorrendo pelo vasto campo da Historia sahio nella tão instruido, que mereceo ser Chronista mór do Reino por Alvará passado a 11 de Novembro de 1681. Falleceo no Convento de S. Bento de Lisboa a 23 de Dezembro de 1693, quando contava 79 annos de idade, e 64 de Religioso. Compoz Sermoens varios, prégados pelos annos de 1668, 1669, e 1670. Brucellas por Balthezar Vivien 1674. Sermoens varios, prégados na Curia de Braga pelos annos de 1673, 74, e 75. Lisboa na Officina Crasbeeckiana. 1688. Sermoens varios, e Tom. 3. prégados na Curia de Braga pelos annos de 1675, 76, e 77 na dita Officina, em 1689. Castrioto Lusitano. Part. 1. Empreza, e restauração de Pernambuco, e das Capitanias consinantes, varios, e bellicos sucessos entre Portuguezes, e Belgas acontecidos pelo discurso de vinte e quatro annos. Lisboa-por Antonio Crasbeeck de Mello, em 1679. No fim desta obra promete a 2. Part. A antonomasia de Castrioto atribue ao insigne Varão João Fernandes Vieira principal instrumento da Restauração de Pernambuco. Desta obra faz menção o adicionador da Bib.Occid. de Antonio de Leão Tom. 2. Tit. 12. col. 681. Monarchia Lusitana. Parte Setima Contém a Vida delRey D. Affonso o IV, por excellencia Bravo. Lisboa - por Antonio Crasbeeck de Mello. 1633¹⁵⁶.

¹⁵⁴ LOPES, Marcos Antônio. ‘*Ars Historica*’ no Antigo Regime: a História antes da Historiografia. *Varia Historia*, Belo Horizonte, 24 (40): 633-656, jul/dez 2008 (ver p. 648).

¹⁵⁵ SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Trad. Maria Lucia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 122.

¹⁵⁶ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica*: na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até ao tempo presente, por Diogo Barbosa Machado (1682-1772), 4 vols., 1741. Pp. 45-46. Disponível *on line* no sítio da Biblioteca Nacional de Lisboa: <http://purl.pt/12413>. Acessado em 15/08/2010.

Por ser um douto, sua escrita, por conseguinte, obedece a uma ordem regrada pelas preceptivas retórico-poéticas que condicionavam a escrita dos vários gêneros do discurso existentes à época e, dentre eles, o da História. O *Castrioto Lusitano*, de fato, segue um padrão em sua estruturação, padrão esse não muito diferente do obedecido em outros livros do mesmo gênero do período¹⁵⁷.

Raphael de Jesus inicia sua História marcando o lugar geográfico e político-institucional de cada uma das parcelas do Império que importam à narração. Assim, trata do Arquipélago da Madeira, lugar de onde João Fernandes Vieira sai, após ter nascido e se criado. Focaliza, *en passant*, parte da costa africana para, logo em seguida, centrar-se na Colônia do Brasil, palco maior dos acontecimentos. Sua escrita insere os territórios de que trata no contexto da expansão ultramarina portuguesa. O monge Raphael de Jesus analisa a expansão lusa sob o viés que lhe interessa, a saber, o de encomiar João Fernandes Vieira. Dessa forma, começa sua História apresentando a Ilha da Madeira, local de nascimento de Fernandes Vieira, e logo se passa à expansão lusa rumo à futura Colônia do Brasil, lugar que João Fernandes escolhe para morar. Sua análise é breve, não alcançando mais do que seis páginas o período compreendido entre três séculos¹⁵⁸.

Essa expansão ultramarina que o monge aborda muito rapidamente em sua obra diz respeito às viagens de descoberta e de exploração feitas pelos portugueses inicialmente pela costa de África. Marcada pela conquista de Ceuta, norte da África, no ano de 1415, antes um entreposto comercial árabe, transformado em feitoria lusa,

¹⁵⁷ Dos livros analisados, o de autoria de Gaspar de Barléus, *História dos feitos recentemente praticados durante oito annos no Brazi* além de ser contemporâneo ao *Castrioto Lusitano* segue o mesmo estilo de escrita, é um panegírico, e é dividido num formato muito próximo ao do *Castrioto Lusitano*. BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito annos no Brazil*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940. Disponível no sítio: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03973800#page/3/mode/1up>. Acessado em 14/08/2010.

¹⁵⁸ JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano*. Lisboa, na Impressão de António Craesbeeck. 1679. pp. 02-08.

a expansão abriu um novo mundo, o que obrigou aos europeus a uma busca por explicações e respostas trazidas com aqueles encontros¹⁵⁹.

Sem se restringir à costa africana tão somente, os lusos lançaram-se cada vez mais longe em seus empreendimentos marítimos, até alcançarem as Índias e, posteriormente, a costa do Brasil. Dessa forma, em um tempo muito curto, vastas extensões de terras, plenas de homens, sociedades, animais, plantas, etc., seriam apresentadas aos europeus e cobrariam sentido em seu ideário. Urgia, por exemplo, que aqueles novos povos encontrados, fosse na América, fosse na Ásia ou na África, fossem pensados e categorizados como humanos ou não-humanos, tão filhos de Deus quanto os portugueses ou não, se suas formas sociais eram legítimas ou não e se poderiam ser submetidas aos europeus em geral, e aos lusos de uma maneira particular¹⁶⁰.

Esse tipo de pensamento encontra resposta na estruturação ímpar do Reino português, que entendia ser um Reino escolhido por Deus pela expansão e defesa da fé. Com o intuito de entendermos em que cenário teórico-político as descobertas e a expansão ultramarina com as quais Raphael de Jesus dialoga, buscaremos traçar as linhas da concepção que se tinha de História à época bem como do pensamento político lusitano, eivado de aspectos providencialistas e missionários, e que também reveste o empreendimento expansionista ultramarino.

2.4 A Moderna História de um Antigo Portugal

Uma forma de compreendermos melhor esse Estado ibérico moderno e sua estruturação teológico-política é traçarmos as balizas da concepção que se tinha de

¹⁵⁹ SOARES, Lênin Campos. Todas as Letras são oriundas do Rei: Inter Universitas et collegium. AEDOS:Revista do Corpo Discente do Programa de pós Graduação em História da UFRGS. Rio Grande do Sul pp.22-47. 06/05/2009 (ver pág. p. 27).

¹⁶⁰Ibidem, p.29. BOXER, C.R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 31-45.

História durante o seiscentos ibérico, uma vez que nossa análise sobre a formação do Estado luso se dá, também, a partir de Histórias e Crônicas¹⁶¹ escritas durante aquele período. O próprio *Castrioto Lusitano* em sua parte inicial se vale de muitas dessas crônicas e com elas dialoga, trazendo-nos a oportunidade de estudo de uma História que se entrecruza com várias outras.

Um aspecto fundamental que devemos ter em mente sobre a sociedade lusa do período é sua estruturação político-teológica, que com suas bases neo-escolásticas, fazia com que os discursos políticos fossem legitimados historicamente através de uma explicação providencial da história. Dessa forma, a justificação jurídica e política do governo e mesmo a concepção da sociedade passavam também pela construção da própria história portuguesa, segundo uma interpretação providencialista, em aliança com a imagem da sociedade concebida como ordenada por Deus.

De acordo com Roland Barthes, em sua análise sobre o discurso histórico de períodos distintos como a antiguidade ou o Renascimento italiano, no discurso histórico da civilização humana

O processo de significação visa sempre a “preencher” o sentido da História: o historiador é aquele que recolhe, não tanto fatos, mas antes significantes e os relata, isto é, os organiza com o fim de estabelecer um sentido positivo e de preencher o vazio da pura série¹⁶².

¹⁶¹ Aplicado a textos bastante diferenciados entre si, escritos nos séculos XVI, XVII e XVIII sobre a América portuguesa, o termo “crônica” é bastante impreciso, segundo Guilherme Amaral Luz. Ainda de acordo com ele o termo não configuraria um gênero em particular, mas um conjunto de gêneros que incluem corografias, histórias, narrativas de viagens, crônicas propriamente ditas etc. A denominação é fruto de uma perspectiva historiográfica positivista, que forjou o termo como forma de diferenciar esses textos da escrita histórica “científica” que passa a se desenvolver a partir do século XIX. In: LUZ, Guilherme Amaral. *Pero de Magalhães Gandavo e a ética ultramarina portuguesa na Terra de Santa Cruz. História e Perspectivas. Uberlândia (32/33): 67-90, Jan.Jul./Ago.Dez.2005.* (ver p. 68).

¹⁶² BARTHES, Roland. O Discurso da História. In: *O Rumor da Língua*. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 128.

Assim, por esse processo de significação, a história era a realização dos desígnios divinos pelos homens e a ação política, por sua vez, implicava a manutenção da ordem existente no mundo, ou um retorno à boa ordem, à ordem divinamente estabelecida. Disso decorria o papel do poder político. O afastamento das leis naturais (momentos de tirania ou revolução) constituiria exceção; a constituição natural sempre retornava. Essa concepção cíclica de História, herdeira da tradição antiga, valorizava a permanência em detrimento da mudança¹⁶³.

O *topos* antigo *história magistra vitae* encontrava-se amplamente difundido no período e denota o quanto a História desse período valorava a permanência¹⁶⁴. Cunhado por Cícero, o *topos*, conforme nos explica Reinhart Koselleck, tem a capacidade de emprestar um sentido de imortalidade à História como instrução para a vida. Essa concepção de História foi concebida na antiguidade, conforme já dissemos, por Cícero, um dos escritores mais emulados no seiscentos, e dizia respeito mais à ação do orador. Para Cícero, o orador agindo no presente com seu discurso repleto de exemplos, pretendia instruir, e pelo sucesso de sua instrução, marcava seu nome no tempo

A História é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade¹⁶⁵.

Ainda de acordo com Koselleck, a influência de Cícero poderia ser vista na própria experiência histórica cristã. A concepção herdada da Antiguidade acerca da utilidade da História permaneceu associada à experiência cristã que se recortava sobre o horizonte das profecias de salvação eterna¹⁶⁶. Sua obra, catalogada e

¹⁶³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 23-24.

¹⁶⁴ Ibidem. Loc.cit.

¹⁶⁵ CÍCERO. De Oratore, II, c.9,c.36 e c.12, c.51 *Apud* KOSELLECK, Reinhart. *Op.cit.* p. 43.

¹⁶⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.* p. 44.

difundida nos mosteiros como coletânea de exemplos, foi muito usada, ainda que seu conteúdo pagão a colocasse num lugar menor em comparação à História que era legitimada por seu conteúdo religioso¹⁶⁷. O cristianismo tratou de ordenar o mundo historicamente, com os humanistas cristãos empreendendo a árdua tarefa de reagrupar todos os relatos esparsos do helenismo, de Roma, e toda a humanidade para além de Israel, em um trabalho de compilação da História humana não pensado anteriormente. Havia que “cristianizar” a história passada, tornando-a sincrônica com a dos povos antigos e a Bíblia sagrada, de acordo com a concepção que se tinha de História como revelações de Deus¹⁶⁸.

A História “cristianizada” surgida nos mosteiros durante a Idade Media não valorizaria as histórias particulares, diferentemente da concepção antiga de História. O que havia para essa “nova” História no medievo – e que deveria ser marcado nos escritos – era sim uma cronologia universal, que visaria à sincronia plena de todas as histórias de forma a integrá-las num vetor único, o que levaria à salvação¹⁶⁹. Desta forma, os acontecimentos alcançariam importância se estivessem inseridos nessa ordem histórica ou se pudessem nela ser inseridos. Os demais acontecimentos que não pudessem ser inscritos naquela História soteriológica se relacionavam aos acontecimentos seculares e não eram dotados de importância.

Para Santo Agostinho, os acontecimentos políticos tinham uma importância menor, funcionando apenas como um depósito de exemplos. O que realmente importava, aos seus olhos, eram os eventos únicos, isto é, os religiosos – a morte de

¹⁶⁷ Ibidem, Loc. Cit.

¹⁶⁸ MARTINS, João Paulo. Política e história no reformismo ilustrado pombalino (1750-1777). Belo Horizonte: Departamento de História/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, 2008 (Dissertação de mestrado). p. 09.

¹⁶⁹ Ibidem, Loc. Cit.

Cristo e sua ressurreição – que levariam à salvação, verdadeiro fim do homem no tempo¹⁷⁰.

Pelo *Castrioto Lusitano*, podemos ver o quanto a redação de Raphael de Jesus era tributária do pensamento reformista da Segunda Escolástica. Sua concepção de história nos mostra essa distinção efetuada por Santo Agostinho, séculos antes e retomada no contexto contra-reformista, a da *ipsa historia*. Essa distinção dizia respeito à *verdadeira* História, a que, vinda de Deus, teria tido início com Adão e fim com o nascimento e morte de Cristo e à História das instituições humanas¹⁷¹. Essa última, exclusivamente derivada de poderes seculares, seria tudo o que não estivesse circunscrito no período abarcado pela *ipsa historia*. Assim, porque derivada de poderes seculares, corruptos, seria a história dos homens um constante ascender e declinar até o fim do mundo. Dessa forma, ao se repetir, a história secular possuía importância por seu caráter de exemplos, já que esses exemplos, se benéficos e bem seguidos, conduziram à imortalidade junto a Deus.

Por essa perspectiva, Santo Agostinho deixa entrever que os atos destinados à redenção humana só podem acontecer no tempo dos homens, o que, em outras palavras, faz-nos ver que, se a ação circunstancial não conduz necessariamente à salvação, permite, por outro lado, vermos que há uma interpenetração da história sagrada com a secular. Deus está presente na história dos homens, mesmo que não saibamos o sentido de sua presença e que, por conseguinte, desconheçamos de que

¹⁷⁰ Ibidem. p. 10.

¹⁷¹ ARENDT, Hannah. O conceito de história – Antigo e Moderno. In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 99.

maneira ele a influenciará. Já a história sagrada, contrariamente à secular, é desvelada aos homens por Deus por meio das escrituras e aponta para a redenção¹⁷².

É essa a perspectiva de Raphael de Jesus, no tocante à invasão holandesa no litoral pernambucano (1630-1654). Entendida por muitos cronistas e escritores da época como um castigo divino, um flagelo herege lançado contra os cristãos¹⁷³, a ação “herética” é vista de outra forma pelo frei autor do *Castrioto Lusitano*. O castigo – quer seja fome, peste ou guerra e ainda que pressupondo Deus como causa (Causa Primeira) – é obra única daqueles que, pecadores, fizeram de si mesmos vítimas pela ausência do bem. É pelo gênero demonstrativo que podemos perceber a perda das antigas virtudes cristãs, razão pela qual o castigo aconteceu, conforme podemos depreender do excerto abaixo:

Alimentadas dos deleites brotaram de forte as demazias entre os moradores de Pernambuco, que fofocavam a razão, e desconheciam o pejo: não havia para cada qual mais lei que seu próprio gosto. A continuação sepultou as memórias da censura, e animada do lucro, da abundancia e da riqueza, desprezavam a nota, correndo a malícia tão desenfreada, pela satisfação dos apetites, que chegavam com as obras aonde chegavam com os desejos. As lascívias, os faustos, os regalos, as vaidades, as usuras, os roubos, as emulações, as vinganças, os ódios, as aleivozias, e as liberdades, de nenhum se estranhavam, porque era o exercício de todos os que podiam. A vida que se sustenta do vicio sempre conduz para a injúria, e nunca para a honra, sendo natural efeito das demazias afeminar os ânimos, desatender os castigos e não imaginar nos futuros. Viu-se na desatenção com que todos viviam que servindo de reclamo para a invasão, foi o total desvio para a defesa. *Sendo a mesma mão do pecado a que pegou do açoute para executar o castigo*, permitindo Deus que com a mesma diligencia com que se tratavam da conservação se executasse a ruína¹⁷⁴ (grifos nossos).

Assim, devemos ter em mente que Raphael de Jesus, como pregador culto, tende a ver as intervenções divinas com parcimônia, já que não caberia aos homens desvelarem os segredos da Causa Primeira. Ainda de acordo com nosso escritor:

¹⁷² Ibidem, Loc. Cit. POCCOCK, J. G. A. A Liberdade Religiosa e a Dessacralização da Política. In: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 403.

¹⁷³ Esse é o caso do livro já citado, a *História da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE Editora, 2004.

¹⁷⁴ JESUS, Raphael de. *Op. cit.*, pp. 18-19.

Cansam-se nossos historiadores em persuadir com discursos predicáveis (mais aceitos aos olhos de sua presunção que aos da curiosidade, e disciplina e tão alheio da História, como da ocasião) que os pecados e vícios dos moradores de Pernambuco gritaram com voz tão reforçada que chegando ao Céu, obrigaram a divina justiça a decretar-lhe o castigo. Aprender nos sucessos os discursos, tem mais de desengano que de engenho, dar-lhes as causas querendo penetrar os segredos da providência acusa a temeridade ainda na desculpa da limitação. A providência divina governa o mundo deixando obrar de maneira as causas segundas, que por milagre atalha o curso delas. Avaliar tudo por milagres é ignorância; nega-los, de todo, herética protervia: saber distinguir os decretos das permissões é perícia de quem entende a diferença que há entre a potência absoluta e ordinária, e como são diversos os milagres, que faz parecer tais, a contingência do tempo; e os que obra sobre as leis da natureza a Onipotência de Deus: com o certo desta doutrina não faz dúvida que o açoute que caiu sobre a capitania de Pernambuco de maneira foi castigo de pecados, que primeiro foi ordinária consequência e natural efeito de vícios¹⁷⁵.

Por essa perspectiva, a história humana, os acontecimentos políticos, seculares somente importavam como repositórios de exemplos, uma vez que se situando abaixo da linha histórica divina, a história secular era cíclica e se repetiria, ou nas palavras de Hannah Arendt,

a história permanece um repositório de exemplos, e a localização do evento no tempo, dentro do curso secular da história, continua sem importância. A história secular se repete, e a única história na qual eventos únicos e irrepetíveis têm lugar se inicia com Adão e termina com o nascimento e a morte de Cristo. Daí em diante poderes seculares ascendem e declinam como no passado e ascenderão e declinarão até o fim do mundo, mas nenhuma verdade fundamentalmente nova será jamais novamente revelada por tais eventos mundanos, e os cristãos não devem atribuir importância particular a eles. (...) Para o cristão, assim como para o romano, a importância de eventos seculares está no fato de possuírem o caráter de exemplos que provavelmente repetir-se-ão de modo que a ação possa seguir certos modelos padronizados¹⁷⁶.

O que importaria, então, para a história humana seria um modelo exemplar de vida que deveria ser seguido até a Parusia. De acordo com Koselleck, a história da cristandade, até o século XVI, seria uma História das expectativas, “ou melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos, por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo”¹⁷⁷. Dessa forma,

¹⁷⁵ Ibidem, pp. 17-18.

¹⁷⁶ ARENDT, Hannah. *Op. Cit.* p. 99.

¹⁷⁷ KOSELLECK, Reinhardt. *Op. Cit.* p.24.

com essa chave explicativa de mundo, a compreensão das ações políticas se daria de uma forma religiosa, pois a história, garantida providencialmente por Deus, se encaminharia naquele sentido, o de um fim ordenado por Deus. Tal concepção sobreviveu durante a Idade Média e mais além, e de acordo com João Paulo Martins, apoiado em Gusdorf, a história nesse período, seria “ apenas uma espécie de teologia aplicada”¹⁷⁸.

Ainda de acordo com João Paulo Martins, dessa forma, aos homens caberia então, com suas ações, garantir o cumprimento da promessa divina e, quando não o fizessem, Deus agiria, Ele próprio, na história punindo as atitudes contrárias à moral e ao sentido da salvação, ou beneficiando aqueles que agissem conforme seus preceitos.¹⁷⁹.

2.5 *Novos mundos, novas Histórias*

Mas, para além de questões de fé, os planos de expansão e domínio dessas novas terras diziam respeito também a questões de ordem prática, como as finanças reais, o direito de posse por terras descobertas, as novas tecnologias e conhecimentos postos em xeque, dentre outros¹⁸⁰.

De acordo com José Barradas de Carvalho o ambiente gerado com as descobertas ultramarinas portuguesas foi decisivo para o arranque da cultura científica moderna. É de se notar que com experiências tão ricas e diversificadas dos nautas portugueses, da literatura de viagens e da própria cartografia, acabou por se

¹⁷⁸GUSDORF, Georges. L'éveil du sens historique. In: *Introduction aux Sciences Humaines*. Paris: Editions Ophrys, 1974, p.186. *Apud* MARTINS, João Paulo. *Op. Cit.* p. 11.

¹⁷⁹ *Ibidem*, Loc. Cit.

¹⁸⁰ BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar no século XV e XVI*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. 1983. p. 145.

difundir um paradigma baseado “experencialismo”¹⁸¹ — ou seja, na experiência adquirida, no “savoir faire”, na prática — o que constitui como que um primeiro degrau para o “experimentalismo”¹⁸². Dessa forma, todas as inovações trazidas no bojo do expansionismo ultramarino permitiram a criação de um novo ambiente de cultura em Portugal, conforme dito por José Sebastião da Silva Dias:

A essência da nova óptica intelectual pode resumir-se nesta série de primazias: investigação da causalidade física em vez de investigação das causas metafísicas, observação em vez de disputa, estudo do fenómeno em vez do estudo da coisa em si, juízo de relação em vez de juízo de ser ou substância (...) Ora a energia espiritual subjacente a tais preferências parece-nos indissociável da seiva que brotava da própria acção de portugueses e espanhóis para lá da orla marítima e terrestre do “universo” tradicional. Entravam nessa seiva ingredientes fundamentais da “inteligência científica revolucionária”: a descrença da ciência livresca e da epistemologia escolástica, o gosto de observar e de experimentar, a correlação da teoria e da prática, a confiança no poder da vontade humana e da razão crítica¹⁸³.

Para outro historiador que analisa o mesmo contexto, Luiz Felipe Barreto, os descobrimentos realmente acabaram por alterar os paradigmas tradicionais do saber ocidental sobre os quais se sustentavam os conhecimentos. Isso aconteceu desde a área *técnico-prática* – instrumentos para aferição de distâncias, latitudes e longitudes; armamentos; arquitetura e engenharia naval – até a *teórico positiva* – que tem a ver com conhecimentos relacionados à matemática, à geografia, à medicina, à botânica, à zoologia e à mineralogia –, passando pelo nascimento de um novo campo de saber, denominado pelo autor de *antropologia positiva*. Esse último campo do saber diz respeito a uma forma de pensar originária do choque acontecido entre as tradicionais antropologias filosóficas antropocêntricas e as diversas normas sócio-culturais do *outro civilizacional*¹⁸⁴.

¹⁸¹ CARVALHO, Joaquim Barradas. *Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?* (Uma perspectiva histórica). Lisboa: Livros Horizonte. 1974, p. 37.

¹⁸² Ibidem, Loc.Cit.

¹⁸³ DIAS, J. S. da Silva. *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 1973. p. 147.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 187.

Esse período dos descobrimentos foi marcado, em crônicas, por autores como Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), F. Lopes de Castanheda e João de Barros, dentre outros. A obra maior de Zurara, *Crônica da Guiné*, escrita por volta de 1452-1460, relata a conquista da Guiné, feita em nome do Infante D. Henrique. Ela marca um novo paradigma de pensamento e narrativa, no qual Portugal é apresentado também por meio de temas oriundos dos descobrimentos, ou seja, as questões advindas com os descobrimentos perpassaram a obra de Zurara e marcaram, a partir daí, as obras de outros cronistas e historiadores. De acordo com Barreto, aquele é um “período em que as categorias de ser e pensar herdadas da medievalidade são ainda, não apenas dominantes, mas mesmo determinantes em toda lógica e ordem do discurso”¹⁸⁵. Todavia, elas estão entremeadas de aspectos da modernidade, como se vê quando Zurara se vale de Aristóteles, de São Tomás de Aquino, de Tito Lívio, e, ao mesmo tempo, de Tratados e Histórias para afirmar-se distinto da era passada, o medievalo¹⁸⁶.

Os discursos, a partir de Zurara, principalmente, focaram-se num destinatário, que era o Estado personificado no Rei. Além disso, os discursos situaram-se dentro de um pensamento que a historiadora Mary Louise Pratt chamou de “paradigma marítimo”. Segundo a autora, esse paradigma diz respeito ao tipo de conhecimento gerado pelos descobrimentos e tem a ver com o fato de que, eminentemente marítimas, as explorações que visavam à descoberta e registros de novas áreas a serem utilizadas pelos homens, somente mudariam de estatuto a partir do século XVIII, com as missões de investigações científicas¹⁸⁷. Esse paradigma tem a ver com

¹⁸⁵ Ibidem, p. 64.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 82.

¹⁸⁷ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999. p. 53,

a forma como os homens se relacionavam com a natureza e os povos que habitavam os novos territórios. Segundo o historiador Ugo Tucci, “os fatores físicos importavam sobretudo se fossem importantes para a vida dos homens”¹⁸⁸.

Dessa forma, os cronistas, historiadores, poetas participavam do *Bem Comum* ao descreverem espaços descobertos por e para El-Rey, colonizando, com a pena, territórios que eram então apresentados ao Reino e à Europa. Esses territórios descritos assumiam uma realidade e configuravam-se a partir daí como partes de um Império Luso. A posse, marcada pela escrita, funcionou *pari passu* com a posse pelas armas, na medida em que marcava no tempo os feitos daqueles que descobriam novas terras e as declaravam posse de tal ou qual rei¹⁸⁹.

Os letrados como frei Raphael de Jesus desempenhavam, então, um papel proeminente no Império, que se reveste de uma aura providencial assinalada nos feitos pretéritos. A perspectiva imperial de muitos desses escritores, a partir de Camões, principalmente, contempla três ordens de heróis: os navegadores e conquistadores, os reis portugueses e “[...] os demais varões portugueses cujo esforço e bravura valeu-lhes a imortalidade”¹⁹⁰. O império era uma construção não apenas das armas, mas das letras, na medida em que o Bem, inerente às conquistas lusitanas, era emulado das penas quinhentistas e seiscentistas:

O Império, a que tanto Camões quanto Vieira pretendiam servir, não era, de modo algum, o da língua apenas - que foi, afinal, o que puderam ter -, a não ser na medida em que da língua esperavam, com confiança e audácia desmedidas, o fogo capaz de animar o seu movimento universal. Era em territórios objetivos que pensavam, como objetiva supunham a ordem divina que impregnava a geografia mundial¹⁹¹.

¹⁸⁸ TUCCI, Ugo. Atlas. In: *Enciclopédia Einaudi*. Trad. Maria Luisa Pacheco Fernandes. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p. 142.

¹⁸⁹ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda. 2008. p. 54. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998. p. 89.

¹⁹⁰ PÉCORA, Alcir. As artes e os feitos. In: *Máquina de gêneros*. São Paulo: EDUSP. 2001, p. 141.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 145.

É desse lugar que Raphael de Jesus fala. Reforça a posse dos territórios lusos ao descrevê-los como descobertas de portugueses para El-Rey. E ratifica o papel do Rei como senhor maior do Reino e como o personagem maior, em nome de quem todos os territórios foram descobertos:

Por autor e descobridor das novas terras, e conquistas de Portugal se fazia celebrar, e conhecer pelo mundo todo, o nome do nosso Infante D. Henrique¹⁹².

Ainda que o Rei seja o personagem maior, as crônicas e histórias focalizariam espaços onde as histórias pessoais de *homens ultramarinos e coloniais*¹⁹³ transcorreriam; contudo, ao mesmo tempo, tais histórias, seriam dedicadas ao soberano. Assim, as provanças de serviços prestados a el-Rei seriam de mais fácil ocorrência, bastando que para isso se recorresse à História do próprio Reino.

Fato interessante sobre a escrita de Histórias e Crônicas sobre as conquistas é analisado pelo historiador Lenin Campos Soares. Soares coteja o número de obras produzidas sobre o espaço oriental e a quantidade de obras produzidas sobre o território americano entre os séculos XVI e XVII. Sua conclusão é de que, ainda que não tenha se constituído um espaço de colonização efetiva como aconteceu com a América, as Índias detêm o protagonismo como espaço privilegiado nas crônicas. A América somente conseguiria rivalizar-se após 1610¹⁹⁴.

Nas crônicas, o Brasil apenas começaria a marcar presença como palco de situações narradas e narráveis a partir de 1532. Mas isso não queria dizer que tenha havido um abandono das Índias em favor do Brasil. Se a América não aparece nas crônicas durante o Quinhentismo luso, é porque, como alternativa ao espaço Índico,

¹⁹² JESUS, Raphael de. *Op.Cit.* p. 03.

¹⁹³ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Op.cit.* p. 103-104.

¹⁹⁴ SOARES, Lênin Campos. *Todas as Letras são oriundas do rei: 'Inter Universitas Et Collegium'*. *AEDOS: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre* (Nº01) 22-43, 2009 (ver p. 29).

havia o norte da África. E quase simultâneas eram as ações da pena e da espada. Com a coroa e o cetro em poder de D. João III, este se volta do norte africano e sua luta contra os mouros, para o Brasil, ameaçado pelos franceses. Daí o Brasil passar a figurar nas crônicas a partir de então: havia que se apossar do território americano de fato pelas armas e pelas letras. As Índias continuariam espaço cativo dos lusos, território das especiarias e pedras preciosas durante todo o século XVI¹⁹⁵.

A mudança de estratégia de D. João III e do foco, da África para a América, tinha um porquê muito claro. Quando o novo rei, filho de D. Manuel, subiu ao trono, em 1521, Portugal empreendia ainda a tentativa de conquista do norte da África. Essa ambição tinha sentido porque a conquista da África e da Índia, plano anteriormente orquestrado por D. Manuel, eram meios de se chegar à Terra Santa, cercando os mouros por aqueles territórios. Mas os interesses religiosos não eram os únicos norteadores daquela empresa de conquista, segundo J. Hermano Saraiva, a expansão ultramarina esteve “marcada pelo predomínio mercantil”¹⁹⁶, e que o próprio Dom Henrique, em 1457, admitia ser a expansão também “trato de mercadorias e resgates”¹⁹⁷.

Contudo, uma série de derrotas para os mouros, entre as décadas de 10 até a década de 30 do quinhentos, acabariam fazendo os lusos evacuarem as praças de Marraquexe, Fez, Safim, Alcácer Céguer, Arzila e Azamor. Diante de tal conjuntura, D. João III repensou a política expansionista na costa africana e decidiu-se pela América e Ásia, ao mesmo tempo aumentaria contatos com a China e Japão e colonizando, de fato, a América¹⁹⁸.

¹⁹⁵ Ibidem, loc.cit.

¹⁹⁶ SARAIVA, J. Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Coleção Extra Alfa. Vol.III. p. 384.

¹⁹⁷ Ibidem, loc.cit.

¹⁹⁸ SOARES, Lênin Campos. *Op.cit.* p.32.

Nessa conjuntura, as crônicas faziam sentido e se faziam necessárias, afinal, poderiam legitimar uma política que efetivasse o controle do espaço físico. Tratava-se, então, de enaltecer a grandeza do Império por meio também das letras. Assim, uma série de reformas no meio intelectual português e nas universidades marcaria o reinado de Dom João III, que tentava igualar Portugal aos grandes centros intelectuais da Europa. Dentre suas iniciativas, o monarca fez uma reforma na Universidade, transferindo-a de Lisboa para Coimbra em 1537, bem como criou o Colégio das Artes em 1548, instituição responsável por preparar alunos para o ingresso na Universidade. Além disso, concedeu diversas bolsas de estudo para cursos e aperfeiçoamento em universidades estrangeiras. Os espaços lusos deveriam ser alcançáveis, sensíveis pelos discursos. Era imprescindível que o espaço distante das conquistas se tornasse sensível, pelas palavras, às cortes européias e, assim, ganhasse um contorno real pelo discurso e pela imaginação nascida do discurso. Um império que não fosse registrado pelas palavras podia não existir de fato¹⁹⁹.

Assim como Portugal, a Espanha, recém-unificada, empreendia uma expansão marítima, com a qual concorria com o reino vizinho por hegemonia nos empreendimentos marítimos, naquela nova configuração global, marcada pelo expansionismo talássico. O financiamento pelos reis católicos Fernando e Isabel da viagem de Cristóvão Colombo à América sinalizava essa concorrência, bem como uma luta por novos domínios ultramarinos. Os reinados de Carlos V, e, posteriormente, de Filipe II marcam, por meio de alianças, o crescimento territorial

¹⁹⁹ Ibidem, loc.cit. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. *Op. Cit.*, p. 122.

do reino hispânico, bem como a afirmação daquele reino como o maior e mais poderoso militarmente em toda a Europa²⁰⁰.

Filipe II, em sua luta por manter a hegemonia hispânica no cenário europeu, lutou contra o Império Turco-Otomano no Mediterrâneo e contra a Inglaterra e a ameaça marítima que essa representava, contra a França de Francisco I, ao mesmo tempo em que tentava manter a ordem nos Países Baixos, sublevadas por questões religiosas e financeiras. Quando do Concílio de Trento (1545-1563), no qual as diretrizes da Contra-Reforma foram definidas, Filipe II mostrou o porquê do título de Católico a que se arrogava. Sua política externa (e interna) foi marcada por uma postura religiosa contra-reformista extremamente severa²⁰¹.

Quando vista por esse aspecto expansionista da política externa hispânica, a anexação de Portugal, em 1580, por Filipe II torna-se de mais fácil compreensão. A subordinação do trono luso ao cetro espanhol começou a desenhar-se em 1578, quando da morte de D. Sebastião, o jovem rei *desejado* do Reino de Portugal, sobrinho de Filipe II²⁰². Como desapareceu sem herdeiros, coube ao tio-avô de Dom Sebastião, o cardeal D. Henrique, a Coroa lusa. Septuagenário, D. Henrique se envolveu numa rede de intrigas palacianas e acabou por não designar um sucessor, o que agradou a Filipe II, um dos pólos incentivadores das intrigas na corte lusa²⁰³.

Filipe II de Espanha era neto de D. Manuel, sobrinho de D. João III e, portanto, um dos candidatos à sucessão. Sua política externa incluía subornos e cooptações na corte lusa, de modo a manter um conflito no tocante à escolha de um

²⁰⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.p. 54.

²⁰¹ LOPEZ, Adriana. *Guerra, açúcar e religião no Brasil dos Holandeses*. São Paulo: Editora Senac. 2002. p. 48.

²⁰² VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.p. 89.

²⁰³ HERMANN, Jacqueline. Um Rei Indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. vol. 30, nº 59, pp. 141-166. 2010. p. 143.

sucessor por D. Henrique. Assim, quando o Rei Cardeal faleceu, em 1580, Filipe II enviou suas tropas ao reino vizinho, sob comando do famigerado Duque de Alba, para que sua ascensão ao trono fosse assegurada. Contudo, apesar das tropas espanholas iniciarem uma invasão e domínio fortuitos e inesperados pelos portugueses, isso não procedia de fato²⁰⁴.

Não procedia em virtude do grau de entrelaçamento existente entre as coroas ibéricas. Essa relação começava com o parentesco entre as coroas: desde 1498 até 1578, a corte lusitana teve como rainhas, sem interrupção, princesas espanholas. D. Isabel, filha dos reis católicos D. Fernando e Isabel, foi a primeira esposa de D. Manuel, o *Venturoso*. D. Maria, irmã de Dona Isabel, foi a segunda esposa do então viúvo D. Manuel e mãe de João III. D. Leonor, irmã de Carlos V, neta de D. Isabel e D. Fernando, foi a nova esposa do duas vezes viúvo D. Manuel. Seguindo a tendência de esposas hispânicas, D. Catarina, irmã de D. Leonor se casaria com D. João III. Essa relação com a coroa hispânica, no trono e no berço, não fez com que os reis-vizinhos se tornassem hostis uns aos outros, pelo contrário. Havia mesmo, segundo a historiadora Pilar-Vasquez Cuesta, um desejo por parte da nobreza, dos comerciantes e religiosos lusos na união das coroas²⁰⁵.

Segundo Antonio Manuel Hespanha (1993, p. 7), havia, sim, uma idéia de integração existentes então entre os Reinos Ibéricos. O historiador luso observa que

o século XV foi, no plano político, um século de dares e tomares entre Castela e Portugal, pontilhado de projetos de união, de sentido variegado,

²⁰⁴ Jacqueline Hermann analisa a situação de entrelaçamento dos interesses hispânicos aos lusos, através da política de Carlos V de manter a todo custo abertas as oportunidades de domínio do trono luso para seu neto castelhano D. Carlos, ainda que D. Sebastião também fosse seu neto e vivesse enquanto seu avô arquitetava a favor do futuro Filipe II. In: HERMANN, Jacqueline. Um Rei Indesejado. *Op.cit.* p. 146. Para esse período, ver também BUESCU, Ana Isabel. *Catarina de Áustria (1507-1578): Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, pp. 322-324.

²⁰⁵ CUESTA, Pilar Vásques. *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*. Lisboa: Publicações Europa América, 1988. p. 7. HERMANN, Jacqueline. Um Rei Indesejado. *op. cit.* p. 151.

no seio de um vasto movimento de recomposição do espaço político ibérico²⁰⁶.

Ainda de acordo com Hespanha, o século XVI teria assistido a uma intensificação do “intercâmbio cultural entre Espanha e Portugal, fomentado por uma idéia humanista da unidade Hispânica”, contudo o autor alerta também para a existência de freqüentes testemunhos de animosidade contra os castelhanos²⁰⁷.

Segundo Thiago César Lopes Viana Saltarelli, em seu estudo sobre poéticas seiscentistas e a relação da produção destes escritos com o meio universitário luso, outras vias de influência na corte e na sociedade lusa pelos interesses hispânicos eram as universidades e o alto clero. Com relação às universidades, parcela considerável dos estudantes lusos costumava instruir-se em universidades espanholas, como as de Salamanca, Alcalá e Henares. Além disso, com a reforma universitária empreendida por D. João III, as influências castelhanas só fizeram se firmar, já que grande parte do corpo docente cooptado pelo rei durante a reforma era oriunda da Espanha. Quanto ao clero, a Companhia de Jesus, majoritariamente castelhana em sua composição, desde sua origem, contaria com a simpatia das rainhas hispânicas ao ajudar a difusão da ideologia contra-reformista, encampada pela casa dos Habsburgos, quando da Contra Reforma²⁰⁸.

Em razão de fatores como esse, a entrada das tropas de Filipe II não suscitou demasiadas reações contrárias na alta nobreza, já bem cooptada pelo reino vizinho. Quanto às camadas populares, ainda que alguns quisessem e mesmo tenham esboçado resistência, não tinham condições para tanto. Há que atentarmos para o fato de que os movimentos acontecidos durante o período conturbado da sucessão não

²⁰⁶ HESPANHA, António Manuel. As faces de uma "revolução". Revista Penélope. Fazer e desfazer a História. V. 9/10, pp. 7-16, 1993. (IHES).p. 07.

²⁰⁷ Ibidem, loc.cit.

²⁰⁸ SALTARELLI, Thiago César Lopes Viana. *Op. cit.* p. 127.

devem ser vistos como lutas por identidades nacionais, mas sim como ações baseadas em

fidelidades grupais, com convicções jurídico-ideológicas, com interesses políticos de segmentos particulares da sociedade portuguesa (o clero, os senhores, os círculos mercantis), com projetos de integração dos espaços econômicos ultramarinos, etc.²⁰⁹.

Assim, Filipe II de Espanha seria jurado Filipe I de Portugal em Cortes reunidas, em 1580, marcando um novo período para Portugal, que duraria até o movimento perpetrado pela casa de Bragança no sentido de restaurar a Coroa lusa, no ano de 1640.

Contudo, no discurso presente no *Catrioto Lusitano*, o período da união das Coroas ibéricas não é apresentado de forma positiva, como também não o são as políticas filipinas para com Portugal. Isto porque Raphael de Jesus busca, indiretamente, ao louvar D. João IV e o projeto político-ideológico que este representa, louvar seu encomiado. Nesse sentido, a escrita do monge apresenta um Império que deve soar distinto daquele seu vizinho e outrora dominador.

Uma das obras mais importantes do período e que aborda a união das Coroas como algo nefasto ao corpo político luso é o livro *História de Portugal Restaurado*, de autoria de D. Luiz de Menezes, o terceiro conde da Ericeira, e publicado em 1679²¹⁰. Durante o período posterior à Restauração, Portugal observou o aparecimento de uma vasta literatura política que tratava de temas relativos ao poder régio. No caso da obra anteriormente mencionada, um aspecto a ser observado em seus argumentos (e que perpassa outras obras coevas) é aquele sobre a origem popular do poder régio, que dialogava com as idéias corporativas neo-escolásticas já

²⁰⁹ HESPANHA, António Manuel. As faces de uma "revolução". *Op. Cit.*, p. 07.

²¹⁰ ERICEIRA, Luis de Meneses. *História de Portugal restaurado*. Porto: Civilização. 1945.

mencionadas nesse trabalho. A historiadora Adriana Romeiro ao analisar a obra de Ericeira, defende que de acordo com a visão do autor,

as cortes de Lamego, celebradas em 1145, haviam estabelecido que as normas de sucessão “instituíam Príncipes para a República e não República para os Príncipes, porque a sucessão dos Reis só devia atender à sua conservação e liberdade²¹¹.

Ainda de acordo com a historiadora,

Nos casos de sucessão, o que estava em jogo era portanto “a conservação e liberdade” do Reino, e por essa razão, cabiam às cortes o direito de decidir a sucessão real. Nas entrelinhas, Ericeira defendia portanto a tese de que o povo, reunido em Cortes, tinha o direito de escolher o seu rei, amparado nas formulações das Cortes de Lamego, onde supostamente teriam sido estabelecidos o pacto e as normas de sujeição ao governante. A rebelião contra Felipe IV justificava-se pela forma com que tratara o problema tributário: sem “chamar Cortes, acrescentou os tributos em Portugal, com tal excesso, que vieram a ser intoleráveis”, configurando assim uma situação de “tirania”. Ora, nas Cortes de Lamego havia sido deliberado que “os Três Estados do reino não seriam obrigados a estar pela concórdia, e poderiam livremente negar-lhes sujeição, vassalagem e obediência, sem por este respeito incorrerem em crime de lesa-majestade, nem outro mau caso”. A obra fazia eco também às formulações sobre o direito dos povos de reassumir a liberdade, presente no documento Assento feito em cortes pelos três Estados..., elaborado nas cortes de 1641 com o objetivo de lançar os princípios da legitimação da Restauração. De acordo com o texto, “portanto, conforme as regras do direito natural, e humano, ainda que para os Reinos transferissem nos Reis todo o seu poder, e Império, para os governarem, foi debaixo de uma tácita condição, de os regerem, e mandarem, com justiça sem tirania. E tanto que no modo de governar usarem delas, podem os povos privá-los dos Reinos, em sua legítima, e natural defesa”²¹².

O *Castrioto Lusitano*, anterior à obra de Ericeira, apresenta uma perspectiva muito próxima daquela que o Conde defende. E conforme dissemos anteriormente, o *Castrioto Lusitano* se vale de algumas Histórias e Crônicas do período, e com elas dialoga; Histórias e Crônicas que tratam do Império Luso, seja pela perspectiva portuguesa, defendendo os territórios de Portugal, seja pela perspectiva neerlandesa, como é o caso do livro já citado de autoria de Gaspar Barléus sobre os oito primeiros anos de governo de Mauricio de Nassau. Mas de que Império as crônicas tratam

²¹¹ ROMEIRO, Adriana. Leituras de um vassalo rebelde: o Portugal Restaurado e o imaginário político do levante emboaba. ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)*. São Paulo (SP): Alameda. 2009. pp. 463-480. (ver pp. 457-458).

²¹² Ibidem, Loc.cit.

quando tratam do Brasil Colônia? Os textos referem-se a ambientes, territórios a serem explorados, animais, minerais, plantas. Versam também sobre homens, os gentios, os índios, nativos do Brasil. Assim são os escritos do religioso Fernão Cardim, que escreveu na parte final do quinhentos²¹³. Mas também de autores de outras nacionalidades, que escreveram sobre a Colônia do Brasil, como é o caso de Jean de Léry, francês, que, após a experiência malograda de viver em uma colônia na costa brasileira, na Baía de Guanabara, chamada França Antártica, conviveu um período de tempo com os índios tupinambás²¹⁴. Após regressar à França, redigiu sua obra *História de uma Viagem a Terra do Brasil, também chamada América*, em 1578.

As disputas discursivas pela colonização vão além dos franceses, com suas crônicas e seus interesses no comércio do pau-de-tinta e outros produtos. A invasão holandesa ao litoral nordestino é também um espaço onde essa batalha se deu de forma intensa. E, se havia a luta contra os batavos tanto no campo discursivo quanto no campo de batalha, também havia uma guerra contra os espanhóis. E a escrita de Raphael de Jesus também tratou dessa batalha.

2.6 Uma História bem marcada

O monge nos apresenta a ocupação do Nordeste como um dos capítulos da história de Portugal. O livro do frei tem sua estruturação em um formato que muito pouco se diferia das outras do mesmo gênero similares do período. É um discurso epidítico, e o acento proposto pelo discurso epidítico está no destinatário. O *Castrioto Lusitano* centra sua função exortativa e suplicatória em dois destinatários que, embora separados, são um só: o povo luso e o Rei português. Ele exorta o povo

²¹³ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional; Brasília: 1978.

²¹⁴ LERY, Jean. *Viagem a terra do Brasil*. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Martins. 1951.

português a lutar contra o holandês pela fé e por Deus. Porém, como o povo é parte do corpo místico em que o monarca representa a cabeça, o livro incita indiretamente o monarca a lutar pelo seu povo. E Raphael de Jesus, ao mesmo tempo, suplica reconhecimento, funções e postos a El-Rey para aquele em quem centra as ações encenadas no livro: João Fernandes Vieira. O Castrioto Lusitano, assim, assemelha-se à *História dos feitos recentemente praticados durante oito annos no Brazil*, de Gaspar Barléus, de 1647, que narra a invasão de Pernambuco sob a ótica holandesa e cujo destinatário, sendo esse livro escrito por autor batavo, o Príncipe Maurício de Nassau²¹⁵.

O livro, como dito anteriormente, inscreve-se no gênero epidítico e, por conseguinte, obedece a uma determinada ordem na seqüência de suas unidades de conteúdo²¹⁶. Começa com uma dedicatória, de João Fernandes Vieira ao Sereníssimo Príncipe D. Pedro, Regente da Monarquia Lusitana²¹⁷. Na dedicatória, a matéria do louvor é o próprio destinatário, segundo seu grau de participação no poder, mantenedor do bem comum²¹⁸. Segundo Roland Barthes, no texto *O discurso da História*,

no discurso histórico os signos de destinação estão correntemente ausentes: só os encontraremos quando a História se dá como lição; é o caso da História Universal de Bossuet, discurso dirigido nomeadamente pelo preceptor ao príncipe, seu aluno; e mesmo assim este esquema só é possível, de certo modo, na medida em que se considera que o discurso de Bossuet reproduz homologicamente o discurso que o próprio Deus apresenta aos homens, sob a forma precisamente da História que lhes dá: é por a História dos homens ser a Escrita de Deus que Bossuet, mediador

²¹⁵ BARLÈUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito annos no Brazil*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940. p.15. Disponível no sítio: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03973800#page/3/mode/1up>. Acessado em 14/08/2010.

²¹⁶ BARTHES, Roland. O Discurso da História. In: *O Rumor da Língua*. Lisboa: Edições 70. 1984. pp. 121-130.

²¹⁷ JESUS, Raphael. *Op.Cit.* Dedicatória ao Sereníssimo Príncipe Dom Pedro. Prólogo.

²¹⁸ MOREIRA, Marcello. Ad Parnasum: expansão, colonização e empresa civilizatória lusa em Música do Parnaso. REVISTA USP, São Paulo, n.70, p. 141-151, junho/agosto 2006. p. 142.

dessa escrita, pode estabelecer uma relação de destinação do jovem príncipe com ele, Bossuet²¹⁹.

A dedicatória que o senhor de engenho assina é dirigida ao filho (D. Pedro) daquele a quem serviu durante a guerra de restauração do Nordeste, o Rei D. João IV. Obviamente, as linhas que Fernandes Vieira subscreve e oferece ao príncipe são obra de Raphael de Jesus. Ainda que possivelmente detentor da capacidade de leitura e escrita, João Fernandes não possuía conhecimento e instrução que lhe permitissem escrever dedicatória de tal nível. Em seguida à dedicatória ao Príncipe, vem uma dedicatória à João Fernandes Vieira²²⁰.

Na dedicatória àquele que financiou sua escrita, após a dedicatória do senhor de engenho, o monge apresenta suas desculpas. Protesta humildade no estilo e escrúpulos na fidelidade do relato. Essa humildade deve ser vista com base no decoro específico para a circunstância de um discurso como aquele.

De acordo com Hansen, nas preceptivas dos séculos XVI e XVII, há a retomada de obras clássicas – a *Poética* e a *Retórica*, de Aristóteles e o *De Oratore*, de Cícero, dentre outras. Essa retomada irá ressaltar, sempre, o empenho de respeitar o decoro, entendendo-se como decoro a adequação da linguagem ao lugar-comum da invenção e ao grau das pessoas circunstantes, como decoro interno e decoro externo²²¹. Para guardar o decoro, é preciso pensar nas várias partes do discurso – o *ethos* da *persona* (a pessoa que fala), a forma do texto (História), a construção do *ethos* das pessoas das quais fala, a invenção e a elocução. Elocução é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção. Assim, a elocução deve adequar-se a essa articulação pragmática na escolha de um dos três gêneros da elocução oratória.

²¹⁹ BARTHES, Roland. *Op.cit.* p. 124.

²²⁰ JESUS, Raphael. *Op. Cit.* Dedicatória a João Fernandes Vieira, fidalgo da casa de sua alteza e do seu conselho de guerra, etc. Prólogo.

²²¹ HANSEN, João Adolfo. Padre Antonio Vieira: Sermões. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.* . 4ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 2004. p. 77.

Há três gêneros que denominamos figuras aos quais todo discurso não vicioso se reduz: um chamado grave, outro médio e um terceiro tênue. O grave é composto de palavras graves em construção leve e ornada. O médio constitui-se de uma categoria de palavras mais humilde, todavia não absolutamente baixa e comum. O atenuado desce ao costume mais usual da simples conversa²²².

Isso significa que a elocução deve estar de acordo com a preceptiva. A obediência ao decoro marcado para determinada situação ou circunstância é o que irá resguardar a probabilidade e a verossimilhança exigidas de um texto. É, portanto, específica a medida da verossimilhança, porque se regula moral e politicamente, segundo os decoros específicos. No encômio, mais especificamente, agradecem-se e louvam-se justamente as relações místico-institucionais que tornam legítimo aquele mesmo evento institucional que é a dedicatória encomiástica, encomendada a um *melhor* (rei) por um *vassalo*, condição de servo de seu rei.

Nesse caso, talvez possam mesmo ser chamadas teatrais tanto a dedicatória de João Fernandes quanto a dedicatória de Raphael de Jesus. Teatrais porque o súdito veste-se com uma máscara pela qual ostenta aquilo que não é: João Fernandes se diz “falto de ocasiões para servir”²²³, logo ele que, ao longo da obra, aparece praticamente como o protagonista de todas as ações mais valorosas. Ele, que serviu a El-Rey como governador da Paraíba e de Angola. Na mesma medida, o frei se desculpa pelo estilo, mesmo sabendo que sua escrita informa o grau douto de seus conhecimentos; porque é um douto, simula uma sisuda modéstia. Como recurso retórico, diz não adular aquele a quem dirige o livro e em quem centra todas as maiores qualidades, apenas pede atenção²²⁴.

²²² ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Junior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. p. 11.

²²³ *Ibidem*, Loc. Cit.

²²⁴ *Ibidem*, Loc. Cit.

Apresentadas as dedicatórias, um prólogo se inicia, ao mesmo tempo prospectivo – anuncia o discurso que se segue – e retrospectivo – porque julga esse mesmo discurso, para logo dar lugar ao texto que compõe a História propriamente dita. Esse texto é dividido em várias unidades de conteúdo, que representam, cada uma a seu modo, aquilo de que fala a História. A História não fala de outra coisa que não a Restauração do Nordeste, mas, para tanto, deve apresentar esse Nordeste, descrever os invasores, descrever os moradores daquela parte do Império luso, narrar a tirania herética a que foram submetidos e a luta que encetaram pela liberdade.

É então a partir dessa divisão que Raphael de Jesus organiza sua obra. Divide-a em dez livros. Essa divisão segue um esquema de *dispositio* consagrado desde a antiguidade. Heródoto divide suas *Histórias* em nove livros, conforme nove são as musas. Outros cronistas e historiadores, contemporâneos a Raphael de Jesus, procedem do mesmo modo, dividindo, em geral, em nove livros suas obras, dentro de uma lógica interna ao discurso e à disposição da matéria tratada. Raphael de Jesus divide em dez livros sua escrita, que dedica, acima de tudo, a “nosso Senhor Jesus Cristo”²²⁵.

Organiza o seu discurso com pontos de referências explícitos, ou em outras palavras, vale-se de “organizadores” do discurso para poder, ao longo da narrativa, reconduzir-se ao tema da matéria. Esses organizadores, ou *shifters*²²⁶, são encontrados ao longo do texto e variam de acordo com o fluxo da enunciação: primeiramente, “como tenho dito”, para voltar à narrativa principal após um aposto excessivamente longo; depois, o anúncio “logo veremos como perdido o coração na campanha, o não acharam na vila”; em seguida, “interrompemos um pouco o fio da

²²⁵ JESUS, Raphael de. *Op. cit.*, p. 145.

²²⁶ A expressão é de Roland Barthes In: BARTHES, Roland. O discurso Histórico. In: *O Rumor da Língua*. Lisboa: Edições 70, 1984. pp. 121-130 (ver especialmente: p. 122).

nossa História”, ou “Não podemos deixar de referir (para clareza da História)”, imobilidade momentânea da História; e, por fim, “Para o que parece, *em tudo veremos* que se uma conquista lhe deu o nome, outra lhe deu o ser”²²⁷, com o que faz a suspensão do fio narrativo antecipando um assunto futuro. Essas são alguns, dentre outros marcadores, que colaboram para a organização do texto.

Tais recursos nos deixam entrever que, na História que o frei constrói, há a coexistência de dois tempos: o tempo da enunciação e o tempo da matéria enunciada. Raphael de Jesus, com seus marcadores, deixa atestada sua intervenção na matéria dita, confrontando o tempo crônico da história com o tempo que é próprio do discurso. Segundo Barthes, analisando a escrita da História de Maquiavel e Bossuet, a presença desses *shifters* atesta a função preditiva do historiador

é na medida em que sabe o que ainda não foi contado que o historiador, como agente do mito, tem necessidade de dobrar o desenrolar crônico dos acontecimentos com referências ao tempo próprio da fala.²²⁸

2.7 Campos discursivos, Campos de Batalhas

Para que haja um campo de batalha, é necessário que haja luta e guerreiros. E é disso que trata o *Castrioto Lusitano*: de batalhas e guerreiros. No âmbito da enunciação, trata das lutas entre católicos e tiranos, quer fossem hereges (batavos), quer fossem mesmo católicos (espanhóis); no âmbito do enunciado, trata da batalha pela inserção de um *outsider* numa ordem política excludente, mas não exclusiva. Para que se pudesse entrar naquela ordem, era mister que se elogiasse, em geral, indiretamente, o rei, a cabeça de todas as ordens que compunham o Reino. Cabia ao Monarca a graça de fazer alguém ascender a um nível ao qual não se alcançara por nascimento.

²²⁷ JESUS, Raphael de. *Op.cit.* p. 45 (grifo nosso).

²²⁸ BARTHES, Roland. *Op.cit.*, p. 123.

Essa monarquia foi firmada contra Castela e, enquanto Raphael de Jesus se ocupava da redação do seu livro, a Corte lusa esforçava-se para obter o reconhecimento e a autonomia política externa²²⁹. No campo interno, a nobreza lusitana começou a mostrar-se descontente com o reinado filipino algum tempo após a anexação das coroas. As poucas vezes em que as Cortes foram reunidas pelos Filipes e a demora na abertura aduaneira entre Portugal e Espanha, que só veio a ocorrer no reinado de Filipe III, com um alvará régio, foram razões do crescente descontentamento dos súditos lusos. Além disso, Portugal, como Reino submetido à Espanha, teria como inimigos os mesmos de sua vizinha. Dessa forma, seu envolvimento na guerra de Espanha contra as Províncias Unidas do Norte e as Províncias Unidas do Sul obrigou-o a um aperto fiscal, além de ter que colaborar com homens e víveres. Para culminar, a política empreendida pelo Conde-Duque de Olivares, que tentava fazer de Portugal uma província, como eram a Galiza e a Catalunha, acabou por fazer com que a população lusa modificasse sua disposição, anteriormente colaborativa. Assim, depois de sessenta anos na situação de Reino submetido, o domínio de Castela tornava-se ao mais intolerável²³⁰.

A guerra de Restauração, que instaurou uma nova monarquia, com a dinastia dos Bragança, contou, então, com apoio popular, e de grande parte da nobreza do Reino (pelo menos a que não havia se refugiado em Castela durante o período de união)²³¹. Assim, os discursos, em sua maioria, cuidariam de valorizar os aspectos

²²⁹ XAVIER, Ângela Barreto. *‘El Rei aonde póde, e não aonde quer’*: razões da política no Portugal seiscentista. Lisboa: Edições Colibri, 1998. p. 40.

²³⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. pp. 85-120.

²³¹ Em razão da necessidade de consolidação da nova dinastia, D. João IV teria feito ‘compromissos’ com os povos, além de ter dado novo alento às Cortes, restituindo seu antigo papel de *fórum* político. Na verdade, D. João IV tinha necessidade de governar com os três Estados para consolidar sua frágil posição de recém-entronizado. As Cortes portuguesas, como se sabe, eram assembléias de natureza consultiva. Embora alguns monarcas deixassem para tomar decisões perante o ‘reino junto em

lusos em detrimento dos aspectos hispânicos. Porém, a influência espanhola demoraria algum tempo a perder lugar. Mesmo o castelhano ainda era usado em algumas esferas da sociedade, sobretudo as aristocráticas e intelectuais²³².

A hispanização da sociedade lusitana foi um fator acontecido antes da anexação de Portugal pela Coroa madrilenha, e, dessa forma, as influências espanholas não foram vistas como muito importantes para ameaçar a soberania portuguesa, não num primeiro momento. Somente quando a ameaça política se fez mais intensa, passou-se a ver a língua também como uma forma de submissão²³³.

Assim, a escrita de um livro em língua portuguesa foi também mostra de resistência e luta. No caso da invasão batava narrada pelo *Castrioto Lusitano*, não houve, conforme notado por Adriana Lopez, a assimilação, por parte dos vencidos, do idioma do vencedor, mas, sim, o contrário: os holandeses, em sua maioria, tiveram que aprender a língua portuguesa ou se valer de tradutores, dada a resistência luso-brasílica em se render aos dominadores nesse campo²³⁴. A língua era entendida como ferramenta de dominação e, mesmo, como algo constituinte de um Estado, no qual devia reinar a ordem e a harmonia. Segundo Fernão de Oliveira, escrevendo em 1536, “a língua e a unidade dela é muito certo apelido do reino do senhor e da irmandade dos vassalos”²³⁵.

Outro duto, à época da anexação das coroas, deixava sua impressão sobre o papel e a importância da língua como instrumento político:

Cortes’, principalmente sobre tributos e questões que dissessem respeito às sucessões, as Cortes não possuíam natureza decisória. Seu papel ascendeu com a política do governo joanino, obrigado pelas questões políticas já aludidas a pactar algumas decisões e medidas. XAVIER, Ângela Barreto. *Op.cit.* p. 42.

²³² CUESTA, Pilar Vásques, *op. cit.*, pp. 110-130.

²³³ Ibidem, Loc. Cit. p. 121.

²³⁴ LOPEZ, Adriana, *op. cit.*, p. 168.

²³⁵ OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. 2. ed. fac-similar. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988. s.p.

Alguns, com zelo de amigos, me aconselharam que compusesse esta obra em língua latina, dizendo que, para minha reputação e para se divulgar por mais partes, convinha ser nesta forma; e quase me tiveram abalado para o fazer, se não considerara ser um gênero de imprudência, à conta de ganhar fama com estrangeiros, perdê-la com os naturais e antepor o proveito próprio ao gosto comum do povo, que, não sabendo a língua latina, havia de permanecer na ignorância que teve de suas cousas até ao tempo de agora. Outros, considerando a criação e uso que tinha da língua castelhana, me diziam a compusesse nela, pois além de se estender em todos os reinos de Espanha e muitos fora dela, me livraria da grossaria e ruim método de historiar da portuguesa. Mas, como esta opinião era tão mal fundada, que nem sombra tinha de boa, nunca fiz rosto a quem ma persuadia, vendo que a primeira razão me arguia de interesseiro em pretender gasto da impressão, e a segunda de indigno do nome português, em ter tão parco conhecimento da língua própria, que a julgasse por inferior à castelhana sendo tanto pelo contrário, que não há língua na Europa, tomada nos termos que hoje vemos, mais digna de se estimar para a História que a portuguesa, pois ela, entre as mais, é a que em menos palavras descobre mores conceitos e a que com menos rodeios mais graves termos dá no ponto da verdade. E se, como ela de si é grave e natural para narração verdadeira, a engrandeceram seus naturais com impressões e livros compostos nela, fora hoje tanto ou mais famosa que a castelhana e a italiana; mas, carecendo deste bem, e tendo dentro em si filhos tão ingratos, que a modo de venenosas víboras lhe rasgam a reputação e crédito devido, não é muito estar em tal opinião até o tempo de agora.²³⁶

O monge que escreveu tal passagem é o religioso Bernardo de Brito, cronista-mor de Filipe II. Sua defesa ardorosa da língua portuguesa, no prólogo da *Monarquia Lusitana*, é extremamente interessante e revela o quão conflituoso era o cenário político em fins do quinhentos e começo do seiscentos no qual Portugal se encontrava. A valorização que o monge fez de sua língua portuguesa, em detrimento do castelhano e mesmo do latim, é marcante para um momento em que Portugal se encontrava submetido a interesses nem sempre bem vistos pelos súditos.

²³⁶ BRITO, Bernardo de. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1609. Parte 2, p. 45. O livro de Bernardo de Brito divide-se em duas partes. A primeira parte da *Monarquia Lusitana* contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo, in: BRITO, Bernardo de. *Monarquia Lusitana*. Alcobaca: Mosteiro de Alcobaca, 1597. Já na segunda parte do livro, continuam-se as histórias de Portugal “desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique” in: BRITO, Bernardo de. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1609. Parte 2. Primeira Parte, disponível on line em: http://bibliotecaforal.bizkaia.net/search*spi/abrigo/abrigo/1,3,4,B/1962&FF=abrigo+bernardo+de+o+cis+t&1,,2,002116,-1. Acesso em 03/02/2011. Segunda Parte disponível on line em: http://bibliotecaforal.bizkaia.net/search*spi/abrigo/abrigo/1,3,4,B/1962&FF=abrigo+bernardo+de+o+cis+t&2,,2,002117,-1. Acesso em 03/02/2011.

Raphael de Jesus era monge da mesma abadia que Bernardo de Brito, a Real Abadia de Alcobaça, da Ordem de São Bernardo e, assim como seu predecessor, participou da escrita da *Monarquia Lusitana*. Sua postura é, assim como a de seu antecessor, marcadamente pró-lusa, conforme podemos depreender do excerto abaixo:

Via-se o reino subido à maior majestade na reputação, no império, e nas riquezas, *havia de declinar por decreto da fortuna, e veio a cair oprimido de sua mesma grandeza*. Esta chorou Portugal, sepultada em os campos de África por um Príncipe mais belicoso que advertido; em o Palácio de Almeirim, por outro menos aconselhado que remisso: este foi o Cardeal D. Henrique, que tomou a Coroa, mais para a levar á sepultura que para subir ao trono. Alcançou-o a morte em o ultimo de Janeiro de 1580 com 78 anos de idade; acabando a glória de Portugal entre o caduco e o florido de uma e outra idade; fechadas as portas com estes extremos para o regresso e para a esperança (...) mostrando o tempo que se então a morte a tirava com violência da cabeça de um Rei Português para a dar a um monarca castelhano, depois a tirou *com justiça* da cabeça de um Rei Castelhana para dar a um Monarca Português²³⁷.

A escrita em língua portuguesa revela um forte componente ideológico: a defesa e a valorização de um rei luso. Raphael de Jesus, por escrever posteriormente ao período da união das Coroas, não precisou temperar sua insatisfação para com a Casa Real de Castela. Pelo contrário, conforme já dito, pôde e teve de deixar patente seu desagrado para com os antigos senhores, na forma de críticas diretas aos Filipes. Por trabalhar com pares opositores, ao criticar os reis anteriores, veio a elogiar o presente:

Bem sabida é de todos a pérfida política com que Castela pretendia aniquilar Portugal para melhor o dominar; e como privando-o pouco a pouco de seus foros e liberdades, prometidas e juradas, preparava o último golpe reduzindo o reino a província. Não podiam os portugueses sofrer tão grande afronta; meditavam em seus nobres corações o modo de sacudir um jugo que já pesava sobre eles havia sessenta anos, e só esperavam o momento favorável de levar a efeito sua heróica resolução. Oprimidos de iguais injustiças sublevaram-se os Catalães; e os portugueses, que já de antemão tinham inteligências secretas com o Sereníssimo Duque de Bragança, em um sábado 1º de dezembro de 1640, pelas nove horas da manhã, puseram mãos à obra e aclamaram no terreiro do Paço de Lisboa o senhor Rei D. João IV²³⁸.

²³⁷ JESUS, Raphael de. *Op.cit.*, pp. 13-14 (grifos nossos).

²³⁸ JESUS, Raphael de. *Op. Cit.*, p. 182.

Contudo, as escritas não se restringiam tão somente ao âmbito das lutas entre reinos distintos. Segundo Nunes de Leão, cronista, historiador e gramático secular, em sua obra intitulada *Origem da língua portuguesa*, publicada em 1606, as línguas deveriam obedecer a diferentes registros de acordo com aqueles que falassem. Isto porque havia aqueles “que falam ou escrevem de coisas graves, como são os historiadores”, assim como havia a “linguagem dos baixos e mecânicos”. Para os primeiros, deveria ser usado um registro lingüístico elevado, de acordo com sua nobreza, seu entendimento e a condição de seus interlocutores, enquanto que para o segundo grupo havia que se servir de palavras comuns, adequadas à condição e às matérias de que tratam.

O escritor chega mesmo a fazer uma analogia de modo a melhor explicar essa diferenciação. Segundo ele, um plebeu irá preferir ouvir uma chacota ou cantiga vilanesca a escutar uma canção de artificiosa compostura²³⁹. Entramos novamente no campo da distinção com a qual Raphael de Jesus também opera, a saber, a de ordenar seu discurso para um público específico, em razão de interesses específicos. O monge chega mesmo a dialogar com esse público discreto em seu prólogo

Se fizeres reparo no título deste livro, hás de notar, como discreto, que nele atribuo a um a obra, em que trabalharam as mãos de muitos. (...) Na presente idade, prevenidas advertências devem ser o argumento dos Prólogos; necessita delas a malícia: o que menos sabe, é, o que mais presume, razão porque a tudo se atreve, o que menos sabe. No maior pego correm os rios com menos estrondo. Os juízos, quanto mais tem de fundo, mais tem de capacidade. O curioso lê; o noticioso observa; o limitado grita; julga de si, que pode censurar sem reparo, o que se escreveu com estudo²⁴⁰.

Quando analisamos uma obra, faz-se mister levarmos em consideração a disposição do público leitor para recebê-la. Um teórico que nos fornece uma importante chave explicativa para essa recepção é o alemão Hans Robert Jauss, que,

²³⁹ Ibidem, loc.cit.

²⁴⁰ Ibidem, pp. 01-03.

ao analisar a recepção e a leitura de obras literárias, nos oferece o conceito de “horizonte de expectativas”. Tal conceito designa a expectativa que o leitor tem ao iniciar a leitura de uma determinada obra literária. O horizonte de expectativas emerge, segundo Jauss, a partir de três fatores, sendo em primeiro lugar

a partir de normas conhecidas ou da poética imanente ao gênero; em segundo, da relação implícita com obras conhecidas do contexto histórico-literário; e em terceiro lugar, da oposição entre ficção e realidade, oposição essa que, para o leitor que reflete, faz-se sempre presente durante a leitura, como possibilidade de comparação²⁴¹.

Conforme temos ressaltado ao longo desse trabalho, a escrita retórico-poética seiscentista é marcadamente regrada, e, segundo Marcello Moreira, essas regras ou “a preceituação se nos apresenta como um horizonte de expectativa relativamente a cada uma das espécies discursivas pertencentes à tipologia de discursos existentes”

²⁴².

Ainda de acordo com o autor, em seu estudo sobre preceptivas retóricas antigas e modernas, os preceitos seriam partilhados por produtores e receptores. Disso, ele conclui que o conhecimento da preceituação devia ser um ajuizado necessário à plena inteligibilidade dos textos poéticos pelos coetâneos, que constituiriam o público primeiro. Somente a partir dela se tornariam compreensíveis os efeitos de sentido almejados pelo uso das estruturas lingüísticas, objeto de reflexão dos praticantes da arte retórica e, também, daqueles que se dedicam à poesia, na medida em que ela converge com a retórica epidítica²⁴³.

Moreira postula a possibilidade de uma convergência entre uma estética de produção e uma estética da representação, articulada com a dimensão de sua

²⁴¹ JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática. 1994. pp. 29-30.

²⁴² MOREIRA, Marcelo. A carta, o louvor, a lei: A problemática da carta a El-Rei D. João III. *Floema*, Vitória da Conquista (4): 85-107, jul./dez. 2006 (ver p. 87).

²⁴³ Ibidem, p. 88.

recepção e de seu efeito. Para tanto, usa a categoria “destinatário textual do tipo discreto”, que seria aquele “figurado como tipo intelectual conhecedor dos preceitos aplicados”²⁴⁴. Ainda de acordo com Marcello Moreira, as considerações feitas sobre os tipos de leitores iriam de encontro ao parecer de Jauss, sobre a relação entre o texto e o leitor, pois, segundo este último, no que tange ao leitor:

A escola formalista precisa dele apenas como sujeito da percepção, como alguém que, seguindo as indicações do texto, tem a seu cargo distinguir a forma ou desvendar o procedimento. Pretende, pois, ver o leitor dotado da compreensão teórica do filólogo, o qual, conhecedor dos meios artísticos, é capaz de refletir sobre eles [...].²⁴⁵

Assim, continua Moreira, de acordo com Jauss, poderia asseverar-se que nem todos os leitores seriam filólogos e que, no século XVII, nem todos seriam leitores “discretos”. Não haveria de acordo com Marcello Moreira, entretanto, nada que inviabilizasse a escrita da história literária a partir da circunscrição da recepção a um grupo conhecedor dos preceitos aplicados, pois se a obra literária visaria a um destinatário, nele estariam compreendidos também os filólogos e discretos. Ou ainda

²⁴⁴ Ibidem, loc.cit. Para Hansen, autor com quem Moreira dialoga, há basicamente dois tipos de destinatários codificados pela preceptiva retórica: “o discreto e o néscio. Apresentando as virtudes do cortesão e do perfeito cavaleiro cristão, o discreto distingue-se pelo engenho e pela prudência, que fazem dele um tipo agudo e racional, capacitado sempre para distinguir o melhor em todas as ocasiões. Quanto ao néscio, caracteriza-se pela falta de juízo, rústico e confuso. Néscio é o vulgo, termo também empregado em oposição ao discreto e que significa ‘população’ do terceiro estado, genericamente, e os oficiais mecânicos e a ‘gente baixa’, especificamente. Embora por vezes a faça, a oposição *discreto/vulgo* não é equivalente à oposição político-econômica senhor/homem pobre livre ou fidalgo/plebe, pois a oposição é antes de tudo, intelectual, tendo por núcleo o conceito de juízo, aristotelicamente definido. Poeticamente o termo *vulgo* também pode significar aqueles que, embora pertencentes aos ‘melhores’ pela propriedade e posição, são caracterizados como *rústicos*, falhos de discernimento e, portanto, como *néscios*. Ainda, os tipos do discreto e do vulgar podem ser referidos independentemente da situação social, pois são categorias intelectuais. Imaginem-se, por exemplo, um senhor de engenho, riquíssimo e ignorante, o que é comum, e um letrado, culto e paupérrimo, o que é ainda mais comum. Tanto o entendimento de poesia do senhor quanto o do letrado não se deixam conformar pelo esquema sociológico *dominante/dominado*. Quanto ao entendimento da poesia, o letrado é provavelmente o discreto, ao passo que o outro, embora não a entenda, tem o dinheiro e o poder que lhe permitem comprar o letrado que a produz para ele, haja vista a proliferação do gênero encomiástico também no século XVII”. HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª ed.rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 93.

²⁴⁵ JAUSS *Apud* MOREIRA, Marcelo. *Op. cit.*, p. 88.

de acordo com Jauss, uma obra poderia ter um público específico, na medida em que exprimisse aquilo que o grupo esperava, revelando-lhe sua própria imagem²⁴⁶.

Prosseguindo em sua contra-argumentação, Moreira, ainda se valendo de Jauss e de uma sua afirmativa – “[d] a recepção primária de uma obra pelo leitor encerrar uma avaliação de seu valor estético, pela comparação com outras obras já lidas”²⁴⁷ –, se pergunta se não caberia ao leitor de tipo discreto oajuizamento do valor estético de um texto que dependeria do conhecimento da tradição e dos usos que dela se faz. Seu diálogo contra-argumentativo com Jauss vai mais fundo:

E, se como ainda o declara Jauss, a implicação histórica da relação entre literatura e leitor “manifesta-se na possibilidade de, numa cadeia de recepções, a compreensão dos primeiros leitores ter continuidade e enriquecer-se de geração em geração, decidindo, assim, o próprio significado histórico de uma obra e tornando visível sua qualidade estética”, é preciso conceber a cadeia de recepções, tal como definida por Jauss, como a tradição crítica e interpretativa que se circunscreve a grupos especializados de leitores, pois nem todas as apropriações de obras literárias e atualizações de sentido são passíveis de tornar-se “compreensão” transformada em memória cultural²⁴⁸.

Para Marcello Moreira, se compreendermos o horizonte de expectativa tal qual o define Jauss, como sendo uma “disposição específica do público [...] que antecede tanto a reação psíquica quanto a compreensão subjetiva do leitor”, sendo tal disposição baseada em um “saber prévio [...] com base no qual o novo de que tomamos conhecimento faz-se experienciável, ou seja, legível, por assim dizer, num contexto experiencial”²⁴⁹, poderíamos depreender do exposto que esse mesmo saber seria a base do experienciável em literatura, sem o qual o contexto experiencial transformar-se-ia em horizonte do improvável²⁵⁰.

²⁴⁶ JAUSS, Hans Robert. *Op. cit.* p. 32.

²⁴⁷ JAUSS *Apud* MOREIRA, Marcelo. *Op. cit.*, p. 89.

²⁴⁸ *Ibidem*, loc.cit.

²⁴⁹ *Ibidem*, loc.cit.

²⁵⁰ MOREIRA, Marcelo. *Op.cit.*, p. 90.

Quando se refere, previamente, ao estatuto poético e retórico dos textos poéticos de que trata, Moreira diz referir-se por necessidade às “normas conhecidas”, que se identificam com os preceitos da “poética imanente ao gênero”, de acordo com Jauss. Refere-se também à “relação implícita com obras conhecidas do contexto histórico-literário”, pois é a partir delas que se pode ajuizar comparativamente a excelência daquelas que serão tomadas como modelos de emulação e que ilustrariam de forma exemplar a preceituação. Por fim, diz referir-se igualmente à oposição entre ficção e realidade, na medida em que os conceitos “imitação” e “verossimilhança” implicam a definição do ficcional frente àquilo que se lhe opõe²⁵¹.

Moreira, prosseguindo em sua crítica a Jauss, diz que este, apesar de seu protesto frente à proposta por demais especiosa dos formalistas, não parece ter posição muito diferente daquela, pois se faz necessário refletir sobre que leitores deteriam os saberes acima referidos no excerto e que tornariam a literatura experienciável em um contexto experiencial. Há outra objeção a ser feita à proposta de Jauss, segundo Marcello Moreira: se a história da literatura evita o psicologismo que a ameaça, ao deter-se na consideração do sistema de referências que se pode construir em função das expectativas e, se estas últimas são o apanágio de uns poucos, a história da literatura restringe-se, no que respeita à recepção, a uns poucos. Logo, a história da literatura não se funda em respostas individualizadas a obras empiricamente consideradas, mas a probabilidades de respostas a serem produzidas a partir do elencar das expectativas dominantes entre um grupo de leitores especializados, probabilidades essas que norteiam as hipóteses interpretativas aqui desenvolvidas²⁵².

²⁵¹ MOREIRA, Marcello. *Op.cit.*, p. 88.

²⁵² *Ibidem*, loc. cit.

No momento, importa-nos reter, a partir da leitura de Jauss e de Moreira, a concepção de horizonte de expectativa como sendo um conjunto de convenções que constituem a competência de um leitor (ou de uma classe de leitores) num dado momento ou “o sistema de normas que define uma geração histórica”²⁵³. Nesse sentido, entendemos poder situar os leitores a quem o *Castrioto Lusitano* era dirigido: uma classe de leitores com competência para analisar e ler a escrita douta. Para nós, é importante dizer que, ainda que circunscrevamos os leitores, fazemo-lo com o intuito de fugirmos a uma explicação meramente retórica da obra em questão (explicar a obra por ela mesma)²⁵⁴. Nosso leitor presumido, aqui, nos importa, sim, na medida em que indicia o sistema de normas que define sua geração histórica, normas que se voltam, obviamente, à escrita de uma dada obra do período.

Para nós, importa Raphael de Jesus, que se circunscreve a um público leitor específico. Ele nos permite ver, em sua obra, como essa escolha procede. Já nas licenças concedidas por outros religiosos, seus pares, há a demonstração de um diálogo com outros doutos e com leitores discretos. Assim como Raphael de Jesus, a junta responsável pelos pareceres censórios era douta e detinha a percepção de códigos que regiam a escrita erudita. Exemplo disso é a observação do padre Qualificador do Santo Ofício, Gregório de Jesus:

Obra tão sua na elegância do estilo, que se quanto é maior a inteligência dos Anjos, tanto são mais compreensivos os seus conceitos, como Anjo no nome compreendeu melhor as notícias, seu talento para ser na redação todo angélico; e se no púlpito para remédio das almas tem mostrado e se mostra o significado do seu nome em ser medicina de Deus, que assim se interpreta Raphael, Raphael medicina Dei; nesta História, para que não chegue a enfermar a maior glória Portuguesa, com o mal do esquecimento, também lhe aplica a medicina, que também é medicina a História²⁵⁵.

²⁵³ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da Teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 154.

²⁵⁴ COMPAGNON, Antoine. *Op. cit.*, p. 155.

²⁵⁵ JESUS, Raphael de. *Op.cit.* Licenças. Prólogo.

A censura do Frei Gregório alude à história bíblica de Tobias: este, por estar cego, mandou seu filho, também chamado Tobias, à terra dos Medos para cobrar uma dívida a Gabael (em latim, *Gabelus*). O jovem Tobias, em sua viagem, foi guiado e protegido pelo arcanjo Rafael, o qual ainda lhe indicou o remédio para curar a cegueira do pai²⁵⁶. Os epítetos, assim como as metáforas cultas, podem dispensar a referência à palavra denotada, deixando a cargo do leitor a sua decodificação. No caso do censor, a comparação que estabelece entre a escrita de Raphael de Jesus – o nome Raphael aqui ganha o estatuto de *cura* dada a aproximação feita pelo censor entre os nomes do frei e do anjo, já que Raphael significa em hebraico *Deus cura*²⁵⁷ – não permite que qualquer leitor compreenda o que é escrito.

Há que atentarmos para o fato de que a platéia principal a quem se destinavam as representações encenadas no livro situava-se na corte, ou, se não estava lá, pelo menos via nela os referenciais para uma vida honrosa. Além desse público – reinóis cortesãos –, havia também o chamado “homem colonial”, conforme dito anteriormente com base na obra de Alencastro²⁵⁸, que se não tinha o interesse de situar-se na corte, tomava daquele *locus* os códigos de postura e de encenação social.

A escrita de Raphael de Jesus visava àquele público e se valia das normas de que tratamos ao longo deste capítulo, de modo a poder atingir de forma mais profícua o seu público leitor circunscrito, ou como dito anteriormente, o público que também partilhasse de um horizonte comum de compreensão. Conforme salientamos, sua obra, uma História, tendia a agradar ao público leitor pelas notícias que davam das distantes possessões e, ao mesmo tempo, eram exemplos virtuosos àqueles

²⁵⁶ Livro de Tobias. In: *Bíblia Sagrada Ave Maria*: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Editora Ave Maria. 186ª ed. 2009. Capítulo 03, versículo 25.

²⁵⁷ Ibidem, Loc.cit.

²⁵⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Op.cit.*, p. 45.

governados pela razão e sempre dispostos a prestar serviços ao rei, instrumento temporal da vontade divina. Dessa forma, tendemos a ver, como exposto ao longo deste **Capítulo II**, a ação de Raphael de Jesus como próxima da de João Fernandes Vieira, já que ambos julgavam participar da difícil tarefa de construir a concórdia no seio do corpo imperial. Os argumentos políticos de Raphael de Jesus podem ser identificados a partir do quadro de uma cultura paradigmática como aquela do seiscentos ibérico, cujas linhas apresentamos neste capítulo.

Pretendemos analisar, no **Capítulo III**, o cruzamento entre esses códigos de postura cortesãos de uma sociedade com marcas de Sociedade de Corte e os códigos que regiam a escrita da história. Nesse sentido, buscaremos os motivos que perpassam a escrita de Raphael de Jesus, que pretendia um efeito com sua escrita. Sua escrita, uma arma, perseguia uma estratégia; Raphael de Jesus com seu *Castrioto Lusitano*, como já enfatizamos nesta dissertação, nos deixa entrever que um “pensador político não procura refletir o seu tempo e sociedade; quer produzir efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto”²⁵⁹.

²⁵⁹ RIBEIRO, Renato Janine. A Filosofia Política na História. In: *Ao leitor sem medo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 347.

Capítulo III: A escritura de um “novo” passado

3.1 *Os Desvãos da História*

Esquecemo-nos muito facilmente daquilo que somente sabemos por ouvir dizer. A memória se esvai, perdem-se a nitidez dos gestos e as feições daqueles que imaginamos agir. Já os escritos, fixados, longe do perigo representado pelas brumas do esquecimento, os atos saltam à nossa frente, não importando os séculos que deles nos separam. Escritos, os atos de João Fernandes Vieira nos desenham o protagonista pensado e almejado por Raphael de Jesus. Nosso intento, neste capítulo, não é o de relatar a história da Guerra de Pernambuco. Importa-nos, sim, desfiarmos a tessitura da narrativa que Raphael de Jesus constrói sobre aquela história e seu encomiado, João Fernandes Vieira.

O *Castrioto Lusitano* pode ser visto, acima de tudo, como um elogio. Um elogio que a alguns pareceu, por vezes, muito forte²⁶⁰. Mas não são as memórias quase sempre uma defesa de seus protagonistas? Exagerar os méritos, trazê-los à luz, obscurecer, quando não apagar os defeitos, não são procedimentos que fazem parte desse tipo de escrito? Não é essa também a função de um panegírico, já que é um discurso pertencente ao jogo, raramente inocente, da memória e do esquecimento? Não devemos nos esquecer que, nesse jogo pouco inocente da memória e do esquecimento do qual faz parte esse epidítico, os excessos apologéticos soam normais.

O *Castrioto Lusitano*, além disso, é um testemunho da cultura da uma sociedade pós-restauração, dos soldados e dos cavaleiros da terra e do Reino e,

²⁶⁰ Essa é a impressão de Potiguar Matos, em sua Introdução à 3ª edição do *Castrioto Lusitano*, de 1979: MATOS, Potiguar. “Introdução”. In: JESUS, Rafael de. *Castrioto Lusitano*. 3 ed. Recife: Editora Gráfica Star/ Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1979. p. 02.

sobretudo, dos interesses e anseios de nobilitação de João Fernandes, consagrados pela pena do frei Raphael de Jesus. Tomando a obra dessa perspectiva, instalamo-nos no centro da guerra, aliás, dupla guerra: a guerra contra o herege e a guerra pela distinção social, que subjaz à produção da narrativa da primeira. Dessa forma, a dimensão narrativa da obra será recapturada, servindo-nos de fio condutor para a análise pretendida. Mas que fique claro: a escrita deste estudo se faz com a intenção, acima de tudo, de tentar ver o entrelaçamento dos mecanismos que regulavam a escrita do encômio e as regras daquela sociedade do Antigo Regime, com marcas de Sociedade de Corte, da qual João Fernandes Vieira fazia parte, ainda que à margem. Assim, o livro de Raphael de Jesus e sua análise servem para que compreendamos mais o escritor, seu protagonista e seus pares, os propósitos e as estratégias de que se valeram para conquistar posições e firmar o *status*, no interior de uma sociedade estamental inserida no Império português.

3.2 *O decalque a partir de um original*

Como temos ressaltado ao longo desta dissertação, os feitos de João Fernandes Vieira foram interpretados pelo seu panegirista à luz das doutrinas da Segunda Escolástica, que defendiam ser o *Bem Comum* o objetivo central dos governos. Ademais, Fernandes Vieira personificava, nas páginas de Raphael de Jesus, algumas das virtudes cardeais e cristãs, dentre elas a fé, a coragem e a prudência. Contudo, entre a interpretação e o original, há uma série de vislumbres que julgamos interessantes pelo que podem revelar sobre a arte de Raphael de Jesus de esconder, por trás das normas retóricas, um João Fernandes Vieira um pouco distinto daquele apresentado pelos encômios.

Sobre o palco maior das ações de Vieira, Pernambuco, é mister notarmos que a presença de “mecânicos” na açucarocracia daquela Capitania não foi tão marcante,

conforme se verificou na Bahia. Segundo estudo de Thiago Krauser, sobre as remunerações aos súditos que lutaram na Guerra de Expulsão dos holandeses, apenas dois senhores de engenhos, Antônio Vieira de Melo e Antônio Jacome Bezerra, naturais e moradores de Pernambuco e filhos de reinóis, tiveram o defeito detectado em suas provanças. Ainda de acordo com o estudo prosopográfico de Krauser, um fator para o qual há que atentarmos é o período em que algumas dessas provanças foram efetuadas, se durante a guerra ou se no pós-guerra²⁶¹. No caso de João Fernandes Vieira, sua habilitação se deu durante a guerra, no ano de 1652, em Lisboa, o que tornou o processo de averiguação mais complicado e, talvez por essa razão, seu ingresso à Ordem do Habito de Cristo tenha se dado de forma mais fácil.

José Antônio Gonsalves de Mello, em seu estudo sobre João Fernandes Vieira, apresenta as provanças do filho daquele, já que a provança sobre o mesmo

se extraviou. Conservou-se porém a consulta relativa à provança feita para admissão à mesma Ordem, do seu filho, Padre Manuel Fernandes Vieira, da qual consta laconicamente que ‘mandando-se-lhe fazer as provanças de sua habilitação, constou ter a limpeza que se requer e qualidade necessária pela parte paterna e avô materno’²⁶².

A análise da carta de concessão de hábito a João Fernandes Vieira tampouco faz menção a “defeitos” que se tivessem apurado nas provanças e, porventura, dispensados pelo rei, como seria normal de constar nesses documentos. Ainda de acordo com Gonsalves de Mello, na carta menciona-se apenas que Vieira

abelitou sua pessoa diante do Presidente e Deputados do Despacho da mesa da Consciência e Ordens e Juiz dellas, e (...) constou pela dita Abelitação que se lhe fez segundo forma dos definitórios e estatutos da

²⁶¹ KRAUSER, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ UFF, 2010 (Dissertação Mestrado em História). p. 124.

²⁶² MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*. 2 vols.. Recife: Universidade do Recife. 1956. v. 01. p. 16.

mesma Ordem, o dito João Fernandes Vieira ter todas as qualidades necessárias conforme a ellas ser recebido²⁶³

Há, entretanto, motivos para se crer que Vieira, apesar de não ter havido a apuração de nenhum defeito mecânico, era, sim, portador de “defeitos de qualidade”. Raphael de Jesus se cala com relação às origens obscuras de seu encomiado, fazendo um retrato que ao mesmo tempo em que nada diz de comprometedor, acaba por revelar pelo não dito

Em a cidade do Funchal [quando já não só pelo tempo e pelo terreno, senão pelos edifícios, pela fortificação pela grandeza, pelo porto, pelo comércio, e pela cathedral, era digna de cabeça daquele governo] nasceu João Fernandes Vieira no ano de 1613. Sua criação qualificou seu nascimento, e seus generosos procedimentos, o claro de sua ascendência. É o sangue fomento vital dos espíritos, e o generoso os produz generosos. Passou o tempo da puerícia na pátria, que nele observou viver mais para a razão que para a idade: em todas suas ações se adiantava o ânimo ao corpo, tão disciplinado da modéstia, que sem dar ocasião a queixa a deu muitas vezes ao exemplo; os brios que na mocidade alimentam a nobreza, sem estudo são opostos a baixeza dos vícios. Era de onze anos e como seu coração já então lhe não cabia no peito, parecia-lhe estreita prisão a limitada esfera de sua pátria. (...) Resolveu-se em passar às partes do Brasil (...). Pôs-se a ocasião da parte do desejo, e se embarcou no ano de 1624, levando em si mesmo o melhor de seu cabedal: são as prendas próprias os cabedal mais precioso e mais seguro porque nascem isentas do poder e da fortuna²⁶⁴.

A origem de João Fernandes é pela pena de Raphael de Jesus apresentada como louvável mesmo pelas faltas – falta de um sobrenome e de uma ascendência minimamente digna, falta de fazenda, de estudos, dentre outras – já que suas qualidades supririam tais faltas. Raphael de Jesus após discorrer brevemente, como vimos, sobre a infância de Vieira somente voltará a tratar de seu encomiado quando já iniciada a guerra, se calando sobre onde ou o que Fernandes Vieira teria feito quando aportou em Pernambuco. Narra o monge, então, algumas participações de João Fernandes dignas de emulação, sob comando de Mathias de Albuquerque, e

²⁶³ Carta de Hábito da Ordem de Cristo de 10/09/1652. *Apud* MELO, José Antônio Gonsalves de. *Op.cit.*, p. 19.

²⁶⁴ JESUS, Raphael. *Castrioto Lusitano*. Lisboa. Impressão de Antônio Craesbeeck de Mello, 1679. p. 09.

logo em seguida se cala, passando a tratar da guerra somente. Quando retoma a pena para tratar de João Fernandes, Raphael de Jesus diz

Havia-se ele distinguido na primavera de seus anos, como temos dito, praticando d'armas dignos de um experimentado capitão, e dispunha-se a prosseguir a encetada carreira; mas conhecendo que a resistência só servia para dar alentos ao inimigo para a conquista, largou as armas, e obedeceu à fortuna, julgando discreto que mais aproveitaria aos naturais com a negociação que com o braço. Valendo-se da indústria, e com prudente sagacidade se introduziu com os holandeses de sorte que se adiantou a todos nas estimação, na confiança e na opulência; havendo-se com astúcia tão engenhosa, que era senhor das mais recatadas notícias; e no seguro delas obrava cauto e ditoso²⁶⁵.

As pessoas que depuseram no processo de habilitação não foram, então, completamente esclarecedoras. “Ofícios mecânicos”, a bem dizer, trabalho manual e comércio de portas abertas, eram consideradas atividades vis e, como tais, incapacitavam os que as tinham exercido para a admissão à ordem, a não ser que o rei dispensasse esses “defeitos”. Sabemos que João Fernandes foi empregado de um mercador e, mesmo em seu testamento, ele diz que: “toda a fazenda que possuo adquiri com minha agência e indústria, e com as mãos”²⁶⁶. Além disso, vários de seus contemporâneos o qualificam de mulato, o que torna sua “limpeza de sangue” mais duvidosa²⁶⁷.

Fato é que João Fernandes, assim como outros homens de Pernambuco e de Bahia que carregavam seus “defeitos mecânicos” de outras partes do Império, viu na América uma forma de ascensão²⁶⁸. A hipergamia, ou casamento com pessoa de nível social superior, dava-se em geral, na Colônia do Brasil, no caso dos homens, contrariamente ao que acontecia no Reino, em que a maioria dos “defeitos” podia ser

²⁶⁵ JESUS, Raphael de. *Op. cit.*

²⁶⁶ MELO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.*, p. 16.

²⁶⁷ *Ibidem*, loc.cit.

²⁶⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo:editora Unesp, 2005. p. 108.

localizada na ascendência materna daquele que tentava o hábito²⁶⁹. Ao juntar-se a uma das melhores famílias da terra, João Fernandes daria continuidade ao seu processo de ascensão, que começara com sua aliança com os holandeses, conforme dissemos no **Capítulo I**.

Tendo privado com os holandeses, João Fernandes Vieira conquistara fortuna invejável. Tornara-se um dos maiores senhores de engenho de Pernambuco, com propriedades também na Paraíba. Essa fortuna fora adquirida à custa de trabalho, alianças, contratos e endividamento. Sua situação financeira, em meados da década de 40 do seiscentos, tornava-se cada vez mais grave. À dívida de cerca de 190.000 florins, feita para a aquisição dos engenhos, somava-se outra de 39.000 florins, tomada com o intuito de fazer os engenhos adquiridos funcionarem. Além disso, segundo Gonsalves de Mello, Fernandes Vieira possuía um débito superior a 500.000 florins, algo próximo a 170.000 cruzados, em razão de compromissos derivados de outros negócios, tais como contratos de cobrança de impostos, aquisição e apreensão de escravos e de partidos de cana²⁷⁰. E, assim como os outros senhores de engenho, estava profundamente endividado com a W.I.C..

A renúncia de Maurício de Nassau ao cargo de governador da Nova Holanda, em razão de suas desavenças com o Conselho Diretor da Companhia das Índias Ocidentais, viria a tornar a situação dos devedores mais caótica. As relações havidas entre os diretores da Companhia das Índias e os moradores e os senhores de engenhos, após a saída de Nassau, começaram a agravar-se cada vez mais. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o

²⁶⁹ OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p. 65.

²⁷⁰ MELO, José Antônio. *Op. cit.*, pp. 52-53 e 60-2.

quadro não poderia ser mais claro: a queda do preço do açúcar na Holanda incide no Brasil em plena fase de euforia, provocando uma brusca contração do crédito e das atividades econômicas²⁷¹.

A dívida que os senhores de engenhos tinham com a W.I.C. estava em torno de 7,5 milhões de florins, em 1642. Dois anos após, subiria para 13 milhões de florins. Os juros praticados eram extorsivos. A maior parte dos moradores encontrava-se em vias de decretar falência e ver seus engenhos serem tomados pela W.I.C.. Muitos dos moradores enxergaram na fuga a única alternativa à humilhação que a prisão por dívidas representava. Por isso, ou foram para a Bahia, ou se esconderam nos matos no interior²⁷².

3.3 *A Guerra da Liberdade Divina, ou como se livrar das dívidas lutando contra os “hereges”*

João Fernandes Vieira era um daqueles homens devedores da W.I.C., o segundo maior devedor, para sermos mais exatos²⁷³. Contudo, diferentemente dos outros devedores, João Fernandes Vieira calculara bem sua situação: a fuga não seria uma opção, pois ele não poderia abandonar toda a sua fazenda, conquistada com suor, astúcia e golpes de sorte. João Fernandes Vieira jogara com a carta da permanência de Nassau em Pernambuco até o último momento. Tanto ele quanto a Coroa²⁷⁴ sabiam que a situação seria particularmente difícil, mas possível de ser resolvida se Nassau ficasse em solo americano. Contudo, não houve meios de se impedir a partida do Conde João Maurício de Nassau-Siegen. Assim que o terreno se tornou árido às conversas e protelações das dívidas, a Coroa lusa encetou conversações com os pró-homens luso-brasílicos (os homens mais proeminentes da

²⁷¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Op. cit.*, p. 273.

²⁷² LOPEZ, Adriana. *Op. Cit.* p. 198.

²⁷³ MELO, José Antônio. *Op. cit.*, pp. 59-62.

²⁷⁴ A coroa mantinha planos de insurgência no Brasil Holandês e conversações com alguns dos pro-homens desde 1640, época da Restauração. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Op. cit.*, p. 342.

sociedade pernambucana, baiana e paraibana²⁷⁵) no sentido de incentivar, por baixo dos panos, uma revolta.

Tal movimento não seria de todo difícil, dada a insatisfação dos moradores luso-brasílicos para com as políticas empreendidas pela W.I.C.. Quando a situação se tornou aflitiva para os colonos, o ódio religioso começou a cimentar as peças que faltavam para a revolta se alastrar. Conforme relata Pierre Moreau, um cronista francês da época, em junho de 1645, alguns moradores luso-brasílicos de Ipojuca, em Pernambuco, saíram à rua, revoltosos contra as autoridades da Nova Holanda. Seu ódio encontrou alvo certo na pessoa de um jovem judeu que, passando pelo local, serviu de bode-expiatório, já que, segundo os revoltosos, haviam sido os judeus os responsáveis pela delação da revolta que se anunciava. Aos gritos de “viva el-Rei de Portugal”, os moradores saíram munidos de paus e cordas com o intuito de “executar aqueles que se recusassem a pegar em armas a serviço do Rei de Portugal”²⁷⁶.

Na verdade, a revolta vinha se desenhando desde 1644, quando André Vidal de Negreiros, a mando de El-Rei, estabeleceu contatos com os pró-homens de Pernambuco e da Paraíba, a fim de verificar sua disposição em apoiar a revolta contra os holandeses. Havia mesmo cartas de El-Rei²⁷⁷ D. João IV para alguns dos

²⁷⁵ Ibidem, loc.cit.

²⁷⁶ MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*. São Paulo: Edusp, 1979. p. 42.

²⁷⁷ D. João IV encontrava-se em situação conflitante. Ele poderia fomentar uma revolta no Nordeste contra os Países Baixos, contudo, seu inimigo era a maior potência bélica do período: a Espanha. Não bastasse essa situação, na sua mais importante Colônia, havia o exercito do Rei Católico nas fronteiras, além do não reconhecimento e apoio do papado, que lhe traziam dificuldades internas com parcela da população lusa. Na verdade, o maior medo de D. João IV, ao declarar guerra aos holandeses, era ver-se cercado no Tejo pela armada batava. Nessas condições, a trégua de dez anos, firmada em 1641, foi oportuna, já que lhe permitia trabalhar por baixo do pano, enviando ordens secretas aos sublevados no Nordeste. Quando as autoridades neerlandesas tiveram notícia da movimentação dos terços de Henrique Dias, receberam a informação de que se tratava de revolta de negros aquilombados. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.*, p. 334 e LOPEZ, Adriana, *Op. cit.*, p. 208.

moradores, animando-os em seus bons desígnios²⁷⁸. João Fernandes Vieira, após a saída de Nassau, fez sua aposta – e aposta na Coroa lusa e nos pró-homens luso-brasílicos. Desde fins de 1644, começou a estocar materiais necessários à guerra, como pólvora, chumbo, gado *vacum*, cachaça, dentre outros, em fazendas suas no interior²⁷⁹. Além disso, segundo Gonsalves de Mello, houve o caso de um judeu que denunciou João Fernandes por este enviar jóias e pratas para a Bahia, a salvo da guerra iminente²⁸⁰.

A escolha feita por João Fernandes Vieira, em apoiar el-Rei, não deve ser vista como óbvia. Afinal, o apoio ao levante significava a volta (pelo menos o mais próximo possível) a uma situação anterior à invasão: em outras palavras, os engenhos comprados aos holandeses haviam sido tomados por estes aos colonos luso-brasílicos que fugiram quando da invasão. Dessa forma, a retirada dos holandeses implicaria a volta dos antigos donos, protestando suas propriedades confiscadas. Outro devedor da W.I.C., o maior devedor segundo alguns, o senhor de engenhos Jorge Homem Pinto, optara pela não ajuda aos sublevados, acreditando que, se os holandeses ficassem, conseguiria se valer do apoio dado aos batavos durante a peleja e resolver o problema de suas dívidas.

Raphael de Jesus se vale desse personagem, Jorge Homem Pinto, na guerra, para poder enaltecer seu encomiado. Narrando uma situação não comprovada pelas outras fontes por nós consultadas, o frei diz o seguinte:

Por Jorge Homem Pinto (morador poderoso da Paraíba, então assistente no Arrecife) e Antonio de Oliveira, provedor e Ouvidor da Ilha de Itamaracá, mandaram oferecer a João Fernandes Vieira duzentos mil cruzados, pagos aonde ele quisesse, e com as seguranças que apontasse, porque desistisse do intento começado, e deixasse a capitania em seu antigo sossego: proposta a que o magnânimo varão (depois de indiferentes

²⁷⁸ LOPEZ, Adriana. *Op.cit.*, p. 205.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 198.

²⁸⁰ MELO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.*, p. 254.

respostas, necessárias para dilatar o tempo) respondeu que não vendia a honra de castigar tiranos por tão baixo preço²⁸¹.

O cálculo de Vieira foi distinto do de Homem Pinto. Para ele, a guerra contra os holandeses seria a única opção. E, aqui, apresentam-se duas situações conflitantes, ainda que pares, no tocante à posse dos bens deixados quando da fuga: de um lado, os que se retiraram alegando obediência à Coroa e às ordens de Matias de Albuquerque, somando-lhe a recusa em viver sob jugo herético, contra, de outro, os que ali ficaram alegando cuidar melhor dos interesses e dos bens da Coroa e de seu território por estarem a eles próximos.

Se olhado tão somente pelo viés das dívidas, o ato de João Fernandes Vieira poderia, sim, ser uma revolta de devedor. Contudo, além do ódio teológico que tempos antes começara a crescer, juntamente com os desmandos dos cobradores de dívidas da W.I.C., havia também a preocupação com a posse dos engenhos. Dessa forma, a aposta de João Fernandes pode ser explicada de forma mais ampla: livrar-se das dívidas, manter a posse dos engenhos (como novo proprietário que era), livrar-se do “jugo herético”, além de instrumentalizar, junto a el-Rei, o mérito maior de ter restaurado o Nordeste com seu sangue e fazenda, junto com outros na mesma situação.

A coroa, por seu turno, sabia perfeitamente que não conseguiria de forma alguma restaurar o Nordeste sem a ajuda dos pró-homens, uma vez que a insurreição não poderia ser imposta de fora²⁸². D. João IV tinha ciência que, apenas da Bahia (já depauperada por tantos anos de esforço por acolher os refugiados do Nordeste, por

²⁸¹ JESUS, Raphael. *Castrioto Lusitano*. Lisboa. Impressão de Antônio Craesbeeck de Mello, 1679. p. 231.

²⁸² MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. *Op. cit.*, p. 343.

enviar mantimentos aos terços e pelo bloqueio do tráfico negreiro, com a tomada de Angola e Luanda pelos holandeses) e com reforços do Reino, a guerra de expulsão e retomada não surtiria efeito.

Sabendo que El-Rei não poderia prescindir do auxílio dos moradores mais importantes e contando poder instrumentalizar no momento oportuno tal apoio, João Fernandes se lançou à guerra, juntamente com seus pares, de modo a atender aos interesses de seu Rei e aos seus. Afinal, era essencial evitar que a insurreição se articulasse exclusivamente da Bahia, sem os novos proprietários (e, por conseguinte, contra os novos proprietários, já que se fazia pelos antigos proprietários) ²⁸³.

A ascendência de Vieira na “guerra da liberdade divina” era muito intensa, e, mesmo partilhado o comando da insurreição com Vidal de Negreiros, Vieira assomava-se como um dos mais proeminentes e mais influentes homens da guerra. Tal poderio e o uso que Vieira fazia dele ²⁸⁴ acabaram por conquistar ao “Capitão da Liberdade Divina” o ódio de muitos sublevados, o que resultou num atentado contra sua vida, em julho de 1646, que o frei Raphael de Jesus credits somente à inveja e ao ódio, por tantos predicados reunidos num só valoroso súdito:

Não puderam os traidores destruir a João Fernandes Vieira por meio da divisão que pretenderam introduzir na sua gente, mas nem por isso desistiram de suas más intenções, que trataram de lhe tirar a vida de palavra e por escrito. Não se persuadiu que houvesse homens tão desamparados da consciência e do juízo que tal intentassem, mas como instassem os avisos, com sinais certos das pessoas e das diligencias, individuando as circunstâncias, tratou de atalhar o receio e o dano pelo modo mais seguro e menos escandaloso, mandando por duas sentinelas à porta da cozinha, não deixando entrar nela mais do que um fiel escravo que lhe fazia comer e nomeando uma guarda que de dia e de noite acompanhasse sua pessoa, e deste modo confundiu o ódio com mostra que desprezava a traição. Malogrados por este modo os intentos da

²⁸³ Ibidem, p. 352.

²⁸⁴ Vieira barrou a ação de magistrados vindos da Bahia, nomeando seu sogro para a Ouvidoria de Pernambuco, além de dispor de bens deixados pelos holandeses de forma a engrossar fileiras em seu favor. Ibidem, p. 353 e VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 224.

traição, prosseguiu João Fernandes Vieira na heróica empresa que havia começado com igual zelo e não menor inteligência²⁸⁵.

D. João IV não deixou de se valer dessa cisão havida entre os cabeças do exército. Manteve Vieira à frente de um dos terços, mas distante do comando, ao qual indicou Francisco Barreto, sob cuja autoridade João Fernandes lutou a partir de então. Nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, o monarca

aproveitava as disputas entre os restauradores para impor sua autoridade sobre a condução da guerra, até então relegada às decisões locais, em decorrências mesmo das aparências diplomáticas que fora necessário preservar perante o aliado holandês²⁸⁶.

Ainda que subcomandante, Vieira manteria sua influência junto a El-Rei, sendo por isso recompensado quando da restauração do Nordeste e da re-divisão dos bens deixados na fuga e comprados pelos que ficaram. Suas posses mantiveram-se as mesmas de antes da guerra (acredito mesmo que tenham aumentado, em virtude dos despojos de guerra dos quais João Fernandes se apropriava²⁸⁷). Suas demandas por mercês foram, em sua maioria, atendidas, e os governos da Paraíba e de Angola, que recebeu de D. João IV, lhe garantiram, além de status, a possibilidade de negócios mais lucrativos, como o tráfico de escravos e marfim²⁸⁸.

Segundo Luiz Felipe de Alencastro, João Fernandes Vieira, ainda na governança da Paraíba (1655-57), solicitou à Corte autorização para transferir parte da artilharia tomada aos holandeses para seu novo posto no outro lado do Atlântico. Obteve ainda durante o governo da Paraíba permissão para transferir consigo cem soldados, mil mosquetes e seis toneladas de pólvora (seu pedido fora de quatrocentos

²⁸⁵ JESUS, Raphael. *Op. cit.*, p. 253.

²⁸⁶ MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada. Op. cit.*, p. 353.

²⁸⁷ MELO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.*, pp. 220-254.

²⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p. 275.

soldados, três mil mosquetes e outros armamentos²⁸⁹). João Fernandes, ademais, montou um comércio triangular, pelo o qual fretou, em Lisboa, o navio inglês *Brazil Frigate*, com o qual partiu para Angola junto com seus homens e, dali, o navio seguiu rumo ao Brasil, com mil e duzentos escravos e marfim. Do Brasil, prosseguindo o trajeto, dirigiu-se para Lisboa: o *Brazil Frigate* partiu com todo o açúcar obtido dos engenhos de Vieira, juntamente com o marfim adquirido em Angola. Essa foi uma das muitas viagens que João Fernandes realizou com remessas lucrativas da África para o Brasil²⁹⁰.

Além do *Brazil Frigate*, João Fernandes dispunha ainda de outros quatro navios para o comércio transatlântico. Um deles, a nau *Hopewell*, foi tomado por Vieira de um capitão inglês e anexado à sua frota, gerando protestos diplomáticos do enviado de Londres em Lisboa. Outro, foi construído às suas expensas num estaleiro na Bahia e continha quarenta peças de artilharia, para garantir a defesa durante a travessia atlântica²⁹¹.

Terminado seu período de governo em Angola, Fernandes Vieira voltou ao Brasil, onde viveria de fazenda em fazenda na Paraíba, muito embora tivesse boas casas no Recife (casas que ocupara ao fim da guerra e que se recusara a devolver aos legítimos donos). Segundo Charles R. Boxer, Vieira detinha, em 1668, dezesseis engenhos de açúcar e ainda vastas extensões de terras não cultivadas, concedidas pela Coroa: sesmarias, para a criação de gado. Segundo algumas fontes, de 1675 e 1678, João Fernandes seria responsável pela emigração da ilha da Madeira e dos

²⁸⁹ Ibidem, loc.cit.

²⁹⁰ Ibidem, Loc.cit.

²⁹¹ Ibidem, loc.cit.

Açores para o Brasil de grande número de pessoas, chegando mesmo a sustentar muitas dessas pessoas até que se estabelecessem²⁹².

Em razão de suas ações prestadas na Guerra de Restauração, foi eleito membro ausente do Conselho de Guerra de Lisboa e recebeu ainda duas comendas da Ordem de Cristo: uma para si (se habilita em 1653) e outra, para seu filho (que se habilita em 1688). Quando retornou de Angola, foi nomeado superintendente de todas as fortificações existentes na costa do Brasil, entre Alagoas e Maranhão. Faleceu em Olinda, a dez de janeiro de 1681, três anos após a publicação do seu maior elogio, o panegírico *Castrioto Lusitano*.

3.4 A escrita das virtudes

Conforme já dito anteriormente, os livros históricos eram apreciados pelo público governado pela razão, pelos gentis homens que controlavam as suas paixões e instintos, os discretos. A fruição do texto lido por parte dos discretos encontrava razão não só pelo desvelar dos códigos a que estavam acostumados, como também porque o texto apresentava um horizonte comum de expectativas, no qual os exemplos fornecidos funcionavam como ratificação de comportamentos deles esperados como ideais.

E é justamente pela forma como a narrativa é construída que o *Castrioto Lusitano* se mostra interessante. Não tanto pelo que traz dos acontecimentos sobre a guerra, mas como traz esses acontecimentos. Raphael de Jesus, na escritura de sua História, na descrição das batalhas, na dedicatória a João Fernandes Vieira, pela sua pena, informa muito sobre aquela sociedade para a qual o livro é dirigido, uma

²⁹² BOXER, C. R.. *Os Holandeses no Brasil*. Trad. Olivério Mário de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. pp. 393-394.

sociedade com marcas de Sociedade de Corte, na qual os títulos e honrarias se faziam imprescindíveis a quem quisesse nela ascender.

De acordo com a leitura que fizemos da obra de Raphael de Jesus, julgamos poder ver, ao longo do *Castrioto Lusitano*, três virtudes cardeais com as quais o frei desenha da forma melhor possível, ou mais crível, mais verossímil, João Fernandes Vieira. São elas: liberalidade ou generosidade, bravura ou valentia e prudência. Obviamente, essas qualidades têm a ver com aquelas que os manuais de civilidade defendiam como sendo o ideal para um fidalgo, ou um cortesão discreto. Nesse caso, para esse tipo, a formação deveria conciliar a razão e a elegância, o domínio das paixões com uma disposição para o *belo gosto*, ou, nas palavras de Alcir Pécora, “a virtude afetiva, moral, espiritual que incorpora a ambição estóica da *imperturbabilidade*, do domínio de si face aos altos e baixos da vida mundana”²⁹³. Raphael de Jesus deixa claro que Fernandes Vieira não passou por escola alguma, o que longe de depor contra ele, segundo o monge, colabora para sua integridade:

Passou o tempo da puerícia na pátria, que nele observou viver mais para a razão que para a idade; em todas suas ações se adiantara o ânimo ao corpo, tão disciplinado da modéstia, que sem dar ocasião a queixa, a deu muitas vezes ao exemplo. Os brios, que na mocidade alimentam a nobreza, sem estudo são opostos à baixeza dos vícios²⁹⁴.

É mister dizermos que muitas outras qualidades estão intrincadas àquelas que julgamos principais. O frei tenta nos fazer crer, na narrativa, que os frutos dessas “qualidades” que cinzela ao longo da História (e também da justiça real que as recompensa) são os títulos com os quais inicia a dedicatória:

A João Fernandes Vieira – Fidalgo da Casa de sua Alteza, e do seu Conselho de Guerra, Alcaide-Maior da Vila de Pinhel, Comendador das comendas da Ordem de Cristo São Pedro de Torradas, e Santa Eugenia de Aula, superintendente, [pelo mesmo senhor] das fortificações de

²⁹³ PECORA, Alcyr. *Máquina de gêneros*: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage. São Paulo: Edusp, 2001. p. 173.

²⁹⁴ JESUS, Raphael de. *Op. Cit.*, p. 03.

Pernambuco, e de todas as mais do Estado do Brasil para o Norte, e primeiro Aclamador da Liberdade e restauração de Pernambuco²⁹⁵.

Rafael Bluteau, em seu *Vocabulário Portuguez e Latino, áulico, anatômico etc.*, de 1712, atribui aos títulos, colocados como *inscriptio* nas “costas” de um livro, a função de corrigi-lo, bem como de facilitar sua distribuição. Dessa forma, os títulos, em geral, seriam inscrições ornadas de modo magnífico com o intuito de ornamentar o livro com méritos de uma grande empresa. Títulos são tanto inscrições gerais postas às frentes dos livros quanto predicados específicos atribuídos a pessoas particulares. Nesse caso, são ofícios concedidos por direito e mando dos Príncipes²⁹⁶.

Sobre João Fernandes Vieira, com efeito, o frei Raphael de Jesus apresenta seus títulos no início da obra, os títulos que recebera de El-Rei. Contudo, a titulação de *Castrioto Lusitano* dada por Raphael de Jesus nos leva a pensar que, dentro do jogo retórico, mesmo que não por mando de um Príncipe, o termo lhe caberia por direito. O monge fez uso da tópica comparativa, recurso típico na *aemulatio*. O título da História é fruto da comparação: Castrioto Lusitano – Jorge Castrioto. O frei beneditino valeu-se de *Jorge Castrioto*, famosa novela de cavalaria no quinhentos e seiscentos ibérico, como matriz. *Jorge Castrioto*, publicada em 1588, escrita por Marino Barlézio, narra a expulsão dos muçulmanos do Épiro e da Albânia pelo príncipe cristão, Jorge Castrioto.

Tendo crescido em meio aos turcos, Jorge Castrioto, jovem valoroso e cristão, lutará quando adulto contra os “hereges”, que ocuparam seu reino e, após muitas lutas e façanhas típicas ao gênero, alcançará a vitória, porque cristão, lutara por Deus

²⁹⁵ Ibidem, p. 04.

²⁹⁶ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, CD-ROM, vol. 2. p. 575.

e com Deus, e Deus dá a vitória somente àqueles que por ele lutam.²⁹⁷ Essa história, usada por Raphael de Jesus, serve-lhe perfeitamente como modelo comparativo para a vida de João Fernandes Vieira, que jovem, crescera junto aos holandeses, junto a eles (diferentemente de Jorge Castrioto) fizera fortuna, e se lançara contra a tirania “herege” porque trazia nas “veias o sangue cristão” (JESUS, 1679, prólogo).

Ainda com relação ao título e à titulação, aos referentes a João Fernandes Vieira, ao serem postos no início da dedicatória (de acordo com as regras retóricas), dá-se início ao que se oferece ao encomiado²⁹⁸. A titulação de João Fernandes, acompanhando seu nome, deixava discriminado o capital simbólico²⁹⁹ que situava o encomiado na hierarquia da sociedade de *Anciën Regime* português.

O capital simbólico de que é investido o encomiado na súplica elogiosa é recurso retórico do qual se valeu Raphael de Jesus, pois o efeito pré-constituído do prólogo laudatório transfere parte do capital simbólico do encomiado para o discurso do frei que é dado a público, sob os auspícios do seu patrocinador, que, embora silencioso, o autorizara³⁰⁰.

Justiça, boa governança, fidelidade: tudo isso é o que Raphael de Jesus tenta aparentar com sua pena, respeitando os decoros inerentes ao encômio. Ao ser oferecido ao rei, o livro deixa patente, desde sua capa e título, tais decoros, que regulam tanto a escrita quanto a leitura. O livro é um oferecimento ao rei, feito por um “leal vassalo, que cumpre o devido”; o livro é oferecido ao rei, apresentado

²⁹⁷ DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo*. Trad. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987. p. 207.

²⁹⁸ MOREIRA, Marcello. Ad Parnasum: expansão, colonização e empresa civilizatória lusa em Música do Parnaso. *Revista USP*, São Paulo (70): 141-151, Junho/Agosto de 2006. p. 142.

²⁹⁹ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 90.

³⁰⁰ MOREIRA, Marcello. *Op.cit.*, p. 144.

ao sol, que lhes preside, devem os astros todo o ser do seu luzimento. A V. A. que nos governa, se hão de atribuir todos os progressos de seus vassallos. Com esta dívida ofereço a seus reais pés a memória do que em seu serviço obrou minha possibilidade, para que se restituam os efeitos a quem devem os influxos³⁰¹.

A figura do monarca e sua *potestas* são metaforizadas como fonte irradiante de benesses. Recursos retóricos como esse mimetizam as fontes essenciais irradiadoras: nesse caso, o sol, mas, em casos extremos, podem mesmo referir-se a Deus, a fonte primeira do Bem Comum. Os *topos* da claridade, da luz, fazem menção, ainda que por omissão, às trevas, lançando discursivamente o tema político/teológico *lux/tenebrae* ou *luz/trevas*, compreendidas as últimas como mal, que se define negativamente como ausência do Bem³⁰². Se a figura real é luz, é, portanto, o Bem. Nesses termos, cabe ao bom – isto é, a João Fernandes, a frei Rafael de Jesus e, ainda, ao soberano – a justa ação, que nada mais é que dar o devido àqueles que o merecem. É também dessa forma que Raphael de Jesus trabalha, com pares opositivos, ainda que um deles se apresente por omissão.

A reverência e o oferecimento são meros pretextos para que se abra o espaço da reivindicação e se firme o sentido do compromisso entre o monarca e seus súditos³⁰³. Como ressaltado por Antônio Manuel Hespanha sobre os direitos dos vassallos, “o direito dos súditos à remuneração dos seus serviços constitui um dos poucos que se reconhecem frente ao rei”³⁰⁴. Para a historiadora Laura de Mello e Souza, o Império seria justamente o lugar privilegiado para se obterem recompensas reais e, após a Restauração, muitos nobres de segunda grandeza buscaram-nas por

³⁰¹ JESUS, Raphael de. *Op. cit.* p. 05.

³⁰² MOREIRA, Marcello. *Op. cit.*, p. 145.

³⁰³ AGUIAR, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: FILHO, Domicio Proença. *A poesia dos Inconfidentes*: Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. pp. 27-39. p. 29.

³⁰⁴ HESAPANHA, Antônio Manuel. La economia de la gracia. In: _____. *La Gracia del derecho*. Economia de la cultura en la Edad Moderna. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993. pp. 151-176 (ver especificamente: p. 174).

meio de cargos administrativos e feitos de armas realizados em conquistas; e tais serviços atraíam mesmo aqueles que não compunham as camadas principais do Reino ou da Colônia³⁰⁵.

Contudo, apesar das muitas obras encomendadas, foi ao monge, futuro cronista-mor do Reino, que João Fernandes deixou a confecção de sua obra mais completa. Seu livro é uma publicação, mas que fique claro: é uma publicação impressa, revestindo-se, portanto, de um significado que cumpre explicarmos. Publicar pela impressão não significava publicar tão somente, afinal, podia-se fazê-lo por manuscritos³⁰⁶. A publicação impressa implicava a aquisição e a exposição de um capital simbólico específico, uma vez que o livro impresso, contrariamente ao manuscrito, trazia em si os índices de sua participação na autoridade, no poder instituído – porque isso era o que queriam dizer as licenças dadas pelos tribunais censórios, instituídos pelo monarca, e todos os outros discursos de caráter jurídico-performativo, que antecediam o conteúdo da obra³⁰⁷.

O discurso jurídico-performativo, representado por parte do aparelho textual, tinha o objetivo de produzir socialmente aquilo que era enunciado, na medida em que tornava seus produtores, situados em posição na hierarquia social, aptos a fazerem acontecer o que se enunciava. Dessa forma, a autorização obtida junto aos grupos dominantes que controlavam o aparelho censório para publicação era concedida adequando-se o conteúdo discursivo à categoria de discursos reputados

³⁰⁵ SOUZA, Laura de Melo e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 342.

³⁰⁶ MOREIRA, Marcello. *Op.cit.*, p. 142.

³⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 89.

dogmaticamente como não transgressores do paradigma sócio-político-religioso que constituía e mantinha o sistema político ao qual pertenciam os grupos dominantes³⁰⁸.

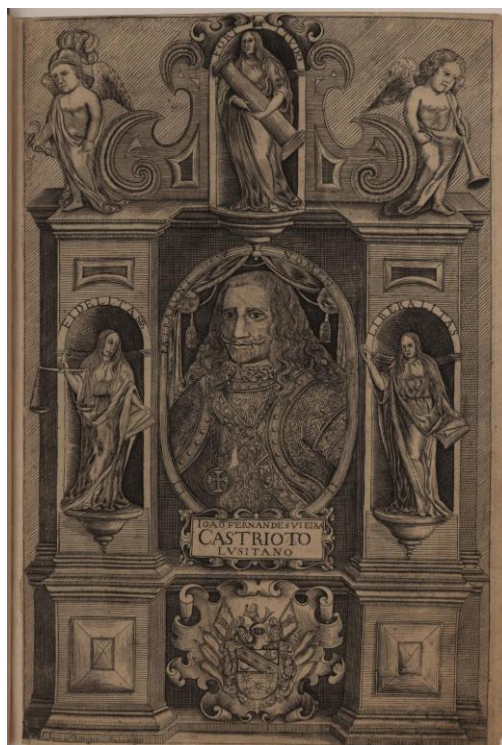
O controle das práticas de leitura, por meio do aparelho censório, foi um dos elementos de ação da Igreja Católica contra-reformista na tentativa de combate ao protestantismo e demais heterodoxias, além de ser um dos aspectos do movimento reformista pelo qual passava a Igreja Católica e que fora deliberado no Concílio de Trento (1545-1563). A censura literária prescrita pelo Concílio de Trento foi prontamente acatada pelo Estado em Portugal e Espanha, percorrendo no primeiro país um caminho que não se restringia apenas aos livros religiosos, passando a examinar também os aspectos políticos sobre os quais versavam as obras. A atuação dos censores em Portugal, durante o seiscentos, acompanhou a crescente politização das obras, principalmente no tocante aos livros cujos temas se referiam à Restauração³⁰⁹.

Além da oportunidade de lerem, pela visão de Raphael de Jesus, a expulsão dos hereges, os leitores poderiam ver, no frontispício do livro, a imagem do herói da Restauração. De todos os “heróis” restauradores luso-brasílicos, a sua imagem seria a única que se preservaria, talvez porque fosse a única a sair ilustrando um livro.

³⁰⁸ MOREIRA, Marcello. *Op.cit.*, pp. 142-143.

³⁰⁹ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999 (Tese de Doutorado em História). pp. 148-149.

Imagem I - Retrato de João Fernandes Vieira



Fonte: JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano*. Lisboa, na Impressão de Antônio Craesbeeck, Impressor de Sua Alteza. 1679. Capa da edição original, autor desconhecido, fotocópia da edição original.

Por isso, a referida imagem não pode ser desprezada. Primeiramente, por sua eloquência: o busto condecorado de Fernandes Vieira está ao centro e é ladeado por imagens femininas representando a Fidelidade e a Liberalidade, tendo a Fortuna por sobre sua cabeça. Assim, tal imagem é bastante didática, principalmente em se tratando de imagem vista e lida por leitores constituídos pelo discurso da História. A imagem, que antecipa o discurso, trata de deixar claros os principais predicados que o livro protesta para João Fernandes: a liberalidade, a fidelidade. Para alguém que se associou financeiramente aos holandeses, fazia-se imprescindível destacar suas ações (frutos da fortuna) como desinteressadas: o dinheiro que conquistou “defendendo os interesses de El-Rei em meio aos holandeses”, não lhe interessava, somente lhe interessava o “bem da população”, conforme vimos em excertos do *Castrioto Lusitano*.

A existência de imagens nos livros aumentava potencialmente seu público leitor, na medida em que os tornavam legíveis até àqueles leitores incapazes de ler³¹⁰. A imagem supracitada ocupa a entrada do livro e pressupõe, de saída, um duplo esforço, que é um duplo critério de recepção: um pictórico, outro discursivo. Não só porque imagem veiculada junto ao discurso, porém porque, por sua presença, impõe a dupla possibilidade de entender do que tratam as matérias do livro, cuja imagem, como portada, anuncia.

Como frontispício, muito adequado, a imagem antecipa o que o discurso vai dizer. De fato, por meio da imagem é possível entender o discurso que o livro promete; voltando-se para a imagem que orna o discurso, ao mesmo tempo, o leitor pode entender o que a imagem diz: ainda que calada, diz o que o livro fala. E do que o livro fala? Das obras de João Fernandes Vieira. Dessa forma, o frontispício condensa o que a pena de Raphael de Jesus amplifica.

Nada mais natural que, sob a estrutura retórica da época, sua imagem aparecesse no frontispício de seu livro. Um livro que nascera no seio daquela arte retórica típica do seiscentos ibérico-italiano, marcada pela preceptiva retórico-poético e obediente às doutrinas da Igreja Católica Pós-Tridentina, em sua luta contra a heresia e, ao mesmo tempo, celebrando o florescimento das artes liberais³¹¹.

Florescendo em Portugal principalmente pela ação dos jesuítas, a visão que essa formação escolástica tinha sobre as imagens da sociedade e da política é

³¹⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. As imagens e o controle da difusão de idéias em Portugal no ocaso do Antigo Regime. Lisboa, Blogue de História Lusófona, nº06, pp. 33-48, março de 2006. Disponível em: www2.iict.pt/.../bHL_Ano_VI_04_-_Luiz_Carlos_Villalta__As_imagens_e_o_controle_da_difusao_de_ideias_em_Portugal_no_ocaso_d_o_Antigo. Acessado em 10/04/2011. p. 34.

³¹¹ SINKEVISQUE, Eduardo. *O Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi*. *Topoi*, Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro (13): pp. 2-21, 2º semestre de 2006 (ver p. 2).

importante para se compreender o que embasava o discurso de Raphael de Jesus, bem como as ações de João Fernandes Vieira.

Raphael de Jesus deixa-nos entrever a impossibilidade de se separar, aqui, política de religião, pois, se o Reino é uma instituição política, ele sofre conseqüências da conduta moral dos vassallos. Além disso, a invasão “herege” no litoral pernambucano, relatada por Raphael de Jesus, é vista como castigo natural pelos vícios:

se os crimes e pecados dos homens provocam alguma vez os castigos do céu, podemos supor que as calamidades que sobrevieram à capitania de Pernambuco mais são devidas aos conselhos da Providencia que às astúcias da política (...) sendo a mesma mão do pecado a que pegou do açoute para executar o castigo, permitindo Deus que com a mesma diligência com que se tratava da conservação se executasse a ruína³¹².

Além do providencialismo, que estava em consonância com outros escritos de história coevos, como os analisados no **Capítulo II**, a obra do frei Rafael de Jesus nos ajuda no entendimento das sociedades que aqui se formavam. Ainda que se refira à Europa, Jean Delumeau joga luz sobre esse processo de formação da sociedade luso-brasílica:

poderíamos pensar que uma civilização – a do Ocidente dos séculos XIV-XVII – que se via (ou se julgava) assediada por múltiplos inimigos – turcos, idólatras, judeus, heréticos, bruxas, etc. – não teria tempo para a introspecção. Aparentemente seria lógico. Mas foi o contrário que ocorreu. Na história europeia a mentalidade obsessiva [...] foi acompanhada de uma culpabilização maciça, de uma promoção sem precedentes da interiorização e da consciência moral. Em escala coletiva nasceu no século XIV uma doença do escrúpulo, que se amplificou a seguir³¹³.

A invocação de exemplos tirados da história nos mostra interesses para além dos pedagógicos. Se assim fora durante a Idade Média, os *exempla* passaram a mesclar intuítos políticos que não somente pautados no interesse pelo *Bem Comum*.

³¹² Ibidem, p. 18.

³¹³ DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos XIII a XVIII)*. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: Edusc, 2003. p. 9.

Esses exemplos extrapolaram a função pedagógica que possuíam desde a Idade Média e serviram para atender aos interesses daqueles (no nosso caso, João Fernandes Vieira) que pretendiam legitimar pela história – mais pela história que pelo direito³¹⁴ – sua posição ou mudança de situação na sociedade: “a façanha que o golpe da espada faz transitória, faz a escritura permanente”, já dizia Raphael de Jesus³¹⁵. Com esse comentário, Raphael de Jesus nos permite ver três interesses: o primeiro, o de elogiar seu encomiado, que age como valoroso soldado do rei e da fé e o segundo, que pode ser dividido em dois: ao fazer perene a ação pela escrita, Raphael de Jesus louva o interesse de Fernandes Vieira de manter-se como exemplo para o Bem comum, ao mesmo tempo em que compara sua escrita ao golpe da espada. Assim, as ações de ambos são dependentes e complementares, quando se visa ao Bem comum.

Mas além desses interesses, o *Castrioto Lusitano* nos faz perceber que o objeto do louvor, Fernandes Vieira, participa do *Bem Comum* porque é investido de poder delegado direto e, dessa forma, pela sua participação no poder, é mantenedor do *Bem Comum*. E já que era um membro da nobreza política, poderia, com o fim da guerra, portar-se como mantenedor do *Bem Comum*, elevando seu grau de participação no poder³¹⁶. João Fernandes Vieira, outrora senhor de engenhos, tornou-se governador da Paraíba e de Angola, duas importantes praças do Império luso, e recebera esses cargos de seu rei, D. João IV, mantendo-se como partícipe e colaborador para o *Bem Comum*. Dos acontecimentos humanos, o *Castrioto Lusitano* nos deixa entrever, com sua concepção de história, aqueles que serviriam de

³¹⁴ HESPANHA, Antônio Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Revista Tempo*. da UFF-RJ, Rio de Janeiro 6 (17): 121-143, Abril. 2006 (ver p. 138).

³¹⁵ JESUS, Raphael de. *Op. cit.*, p. 138.

³¹⁶ LOPEZ, Adriana. *Op. cit.*, p. 231.

exemplos a uma sociedade ordenada rumo ao *Bem Comum*. Para além disso, torna-se clara a vinculação do frei Raphael de Jesus aos preceitos neo-escolásticos. Isto é o que pretendemos demonstrar a seguir.

A escrita da história do *Castrioto Lusitano* é calcada nos preceitos cultos que regulavam a retórica, e que vimos no **Capítulo II**. Exemplo disso é sua forma de ver a história dos homens sem imprimir cegamente aos acontecimentos o título de milagre. Conforme dito, alguns acontecimentos, vistos por alguns cronistas como manifestações divinas, são narrados pelo frei com parcimônia. Ao relatar um acontecimento, Raphael de Jesus se diz registrando o que fora escrito por pessoa autorizada e fidedigna

já que não aprovo milagres, mas refiro estranhezas, que o parecem. Era o sacerdote que celebrava (uma missa quando da invasão de holandeses e gentios ao arraial) homem de 90 anos, varão de vida exemplar. Temeu que à crueldade se seguisse o desacato, e virado para o gentio lhe disse na sua língua em que era perito, que toda pessoa que nelle tocasse ou nas imagens e paramentos do altar lhe ficaria tolhida a parte com que o fizesse. Temerão os Índios Tapuias e se retirarão reverentes; outra espécie deles, a que chamam Pitiguarés, ou mais assanhados, ou menos respeitosos, com crueldade e desprezo lhe tiraram a vida. Caso maravilhoso! Todas aquelas partes de seus corpos que serviram ao sacrilégio lhes ficaram pasmadas e insensíveis, e todos em brevíssimo tempo morreram despedaçados de seus próprios dentes; e para que não se duvidasse da causa do castigo, permitiu Deus que na dureza das portas da igreja como em branda cera, ficassem impressas as mãos do sacerdote, buscando com elas arrimo nos últimos alentos de vida. Verificou-se o prodígio, com se ver naquela igreja, muitos meses depois, o sangue dos padecentes tão vivo e fresco como se na mesma hora fora derramado. E bem pode suspeitar a piedade que no líquido daquele sangue começou a resvalar a violência daquele império, pois nele se conservarão vivos os sinais da fé e mortos os da perfídia³¹⁷ (grifos nossos).

O acontecido a que se refere o frei diz respeito a uma situação narrada no **Capítulo I**, a relação existente entre os colonos luso-brasílicos e os indígenas da nação potiguar. A relação entre os dois grupos populacionais foi marcadamente beligerante e esteve relacionada também à ocupação territorial dos colonos europeus em territórios anteriormente habitados pelos indígenas. Essa ocupação territorial é

³¹⁷ JESUS, Raphael de. *Op. cit.*, p. 165.

apresentada pelo *Castrioto Lusitano* como um dos capítulos da história de Portugal. A obra – pertencente ao gênero epidítico e cujo paradigma é o da “história mestra da vida”, como assinalado nos Capítulos anteriores –, ademais, propõe-se a narrar feitos dignos de louvor, com o objetivo de convencimento, para gerar o desejo de imitação e superação pelo exemplo apresentado. Ao mesmo tempo, não perde de vista o compromisso com a verossimilhança. Dessa forma, entende-se o protesto de fidedignidade do frei face aos relatos por ele narrados, sublinhando: “que fique a certeza sem dúvida, e se leia esta história sem escrúpulo, certo o leitor que vê (...) a verdadeira representação do que tem sido”³¹⁸. Contudo, devemos entender que o protesto do frei por verdadeira representação, tem muito a ver com a tentativa de verossimilhança que acompanha sua obra: não é tanto o compromisso com os fatos, muito embora proteste isso, mas sim compromisso com uma lógica possível dentro da forma como redige a escrita sobre alguém não nobre, mas que age como.

Com relação à escrita da história, feita por Raphael de Jesus segundo os parâmetros retóricos, a elocução deve representar verossimilmente o lugar hierárquico do remetente, segundo os mesmos critérios de ajuizamento de mérito familiar e pessoal que tornam justa a distribuição desigual do poder. Assim, a encenação da modéstia, no prólogo apresentado por João Fernandes, é proporcional à altura de quem elogia, segundo o decoro de suas atribuições, ou das atribuições que pretende alcançar. O pleiteante, tendo em vista a graça régia, a benignidade, ostenta a sujeição³¹⁹, mostrando-se subserviente e suplicante por poder, novamente, servir à república cristã:

³¹⁸ Ibidem, p. 3.

³¹⁹ Essas regras podem ser encontradas em Gracián, em seus tratados de arte de prudência, onde há regras e formas de falar dirigidas àqueles que, guardadas as proporções hierárquicas, tentam a ascensão social. BALTASAR Gracián. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1967.

Ao sol, que lhes preside, devem os astros todo o ser de seu luzimento. A V.A., que nos governa, se hão de atribuir todos os progressos de seus vassallos. Com esta dívida ofereço a seus reais pés a memória do que em seu serviço obrou minha possibilidade, para que se restituam os efeitos a quem se devem os influxos. Aquelas águas que os rios levam ao mar não é serviço, é restituição. (...) não faltará aceitação a oferecimento, que este acerto apadrinha e que faz o desejo de um vassallo, que falto de ocasiões para servir diverte sua mágoa com as memórias do que tem servido a V.A.³²⁰.

João Fernandes fora “subserviente e benigno” porque ajudara na Restauração de parte do império luso, arriscando sua honra e fazenda, segundo palavras de seu panegirista. Sem dúvida, a carta dedicatória que dirige ao Sereníssimo Príncipe D. Pedro, Regente da Monarquia Lusitana, como espécie epidítica, suplica o reconhecimento da fidelidade de uma pessoa de estado inferior. Nesse tipo de relação, nesse Portugal do século XVII, não se suplicava outra coisa que não a concessão de privilégios, exclusivos comerciais, cargos funcionais etc., dentro da rede já estabelecida de proteções. Segundo Laura de Melo e Souza, devemos ter em mente que a situação de vassalagem e a relação que tal condição implicava durante o seiscentos luso tinham muito a ver com a condição positiva da liberalidade régia, que se mantinha forte. Ao contrário, no século XVIII, dom, graça ou mercê tenderiam a ser substituídos por valores mais pragmáticos.³²¹

Em correlação com esses interesses, a retórica epidítica que estudamos, como súplica/consagração de um favorecimento, tal como foi usada pelo frei Raphael de Jesus, constituiu um elemento de mobilidade no interior de estamentos ou entre estamentos contíguos. Além disso, deve-se sublinhar que a emulação no interior de estados subalternos era mecanismo efetivo de controle real nas relações de sujeição. E não há outro intento que Raphael de Jesus proteste que não o *Bem Comum*, que se

³²⁰ JESUS, Raphael de. *Op. cit.*, p. 04.

³²¹ SOUZA, Laura de Melo e. *Op. cit.*, p. 73.

vê na passagem a seguir, acompanhando a fidelidade ao modelo da “história mestra da vida”, abordado no **Capítulo II**:

Honesta, decorosa e útil é aquela [obra escrita] que serve às melhoras do particular e do comum. Os livros aproveitam ao comum enquanto ocupam, e ao particular enquanto ensinam. Grande serviço faz à pátria o que a ilustra com obras dignas de se escreverem; maior o que a enobrece escrevendo feitos dignos de se imitarem. A proeza executada pode fazer um herói, porém lida, muitos. A glória, e não o perigo é o que acende a emulação: melhor persuade o exemplo do que o espanto. A façanha que o golpe da espada faz transitória, faz a escritura permanente³²².

No excerto acima, nota-se como protestar a boa intenção de uma ação (mesmo que não tenha sido essa a intenção do ator) colaborava para reforçar o argumento da boa escrita – atos exemplares, desse modo, eram legados à posteridade. Podemos também perceber, no excerto anterior, o *topos* renascentista da “pena e da espada” ou o *topos* das “letras e guerra”, comum nos Galateos, oráculos manuais e artes de prudência dos séculos XVI e XVII³²³.

Topos antigos na tradição ibérica, letras e armas são termos que se coadunavam para estabelecer relações entre a política e as belas letras³²⁴. Os *topoi* das letras e armas estabelecem certa reciprocidade, a partir da qual experiência e linguagem, palavra e ação, ciência e política se misturariam, de modo que as funções do escritor e do soldado poderiam ser colocadas num plano equivalente³²⁵.

3.5 A Pena e a Espada

A analogia feita pelo frei entre o seu trabalho e o de João Fernandes é perceptível: assim como seu “herói ameaça a heresia com sua espada”, defendendo, portanto, por sua ótica e segundo sua pena, o *Bem Comum*, Raphael de Jesus, ao

³²² JESUS, Raphael de. *Op. cit.*, p. 06.

³²³ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Op.cit.*, p. 256.

³²⁴ NICOLAZZI, Fernando. Entre letras e armas: a história como disputa: considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII. *Almanack Brasiliense*, São Paulo (11): 40-51, 2010. (ver p. 45).

³²⁵ NICOLAZZI, Fernando. *Op. cit.*, p. 42.

marcar no tempo os feitos de seu encomiado, com seu repertório de exemplos, também pretende colaborar para o *Bem Comum*:

Não te pareça o claustro tão diverso da campanha, que imagines senão milita em uma e outra parte. Não basta a diferença das armas para tirar ser aos conflitos. Os inimigos por serem de outra nação não deixam de ser contrários: os mais ardilosos são os mais nocivos. Para todos os mortais é todo o lugar campanha; e não será soldado senão quem deixar de ser homem. Na instituição das ordens militares acharás praticados, como equívocos, campanha e choro, breviário e lança, religião e milícia. Os filhos de São Bento armados cantavam os ofícios divinos; o mesmo sino que lhes tocava a rebate, os chamava à reza; observou-o el Rei Dom Sancho de Castela, e disse ao abade Dom Raimundo: admira-me padre, o ver que a estes vossos súditos faz um mesmo sino leões e cordeiros (...) grande serviço faz a pátria o que a ilustra com obras dignas de se escreverem; maior o que a enobrece escrevendo feitos dignos de se imitarem.

Quando pensamos no caráter exemplar da História *magistra vitae* e dos feitos dignos de imitação que ela registra, assim como nas características do epidítico que, diferentemente dos outros dois gêneros retóricos, não se vale de verdades especulativas, conforme analisamos no **Capítulo II**, compreendemos o sentido das palavras do frei Rafael de Jesus. Sua proposta é, sim, aumentar a intensidade da adesão a certos valores positivos, pois se trata de promover o concurso de tudo quanto possa favorecer a comunhão com o seu auditório, afinal *melhor persuade o exemplo do que o espanto*³²⁶. Os discursos epidíticos, de fato, apelam com mais facilidade a uma ordem universal comum aqueles a quem se dirigem³²⁷.

Quando analisamos o *Castrioto Lusitano* pela perspectiva apresentada pela retórica, pelos parâmetros por ela delimitados para os discursos epidíticos, torna-se mais fácil o entendimento de sua construção. Isto porque o texto do frei é um elogio, pertencendo, portanto ao gênero epidítico. Contudo, conforme já dito anteriormente, trata de assuntos relativos ao Bem Comum, sobre o que deve ou não ser feito, portanto englobaria o deliberativo e mesmo o judiciário. Assim, o monge beneditino

³²⁶ JESUS, Raphael de. *Op.cit.* p. 04.

³²⁷ PERELMAN, Chaïm; OLDEBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 57.

tenta criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, transformando alguns deles, consistentes graças à concordância social, em valores universais, quando não em verdades eternas, por meio do recurso da écfrase. Conforme dito anteriormente no **Capítulo II**, a função primeira da écfrase, vista sua insuspeita relação com a teatralidade, é, inegavelmente, causar uma forte impressão – e cumpre lembrar a impressão que pode suscitar um discurso, isto é, o efeito que causa junto a seu destinatário. De acordo com Leila Costa, em análise sobre o gramático seiscentista Bernard Lamy, autor de *La Rhétorique ou l'Art de Parler* (1688), a figura retórica conhecida como descrição

que fala das coisas ausentes como presentes, causa uma forte impressão. Ora, esse efeito inscreveria a écfrase em uma dupla dimensão. De um lado, a dimensão retórica, a legisferar sobre a descrição como ato escritural que não apenas constata a existência de um objeto e enumera seus aspectos mas que, sobretudo, visa [a] um destinatário; considerar esse destinatário inflete, aliás, a função atribuída à écfrase, o que termina por inscrevê-la plenamente no registro epidítico, isto é, aquele do encômio ou do vitupério que se liga incontestavelmente a uma retórica do aparato - donde seus procedimentos mais correntes, a amplificação (da qual faz parte o incontornável motivo seiscentista do "paralelo", motivo este que alimentou a célebre Querela dos Antigos e dos Modernos) e a atenuação³²⁸.

Nosso religioso redigiu sua obra com base em motivos e esquemas derivados de paradigmas, seguindo códigos do século XVII ibérico, que também operavam a partir de dois códigos, um positivo e outro negativo. E tais códigos nem sempre haviam de estar juntos: um podia suscitar a lembrança do outro, sem que seu avesso tivesse que necessariamente figurar (luz e trevas, por exemplo: na presença de um, o outro inevitavelmente não figuraria). Exemplo do uso de pares opostos pode ser visto na dedicatória que João Fernandes assina e dedica ao Sereníssimo Príncipe D. Pedro, chamando-o de “Sol” e, por conseguinte, de Luz, ou se formos levar mais além da comparação, o Príncipe poderia ter sido mesmo comparado de certa forma a

³²⁸ COSTA, Leila de Aguiar. O poder real em figuração: a écfrase seiscentista em Charles Perrault e André Félibien. *Rev. USP* [online]. 2006, n.71, pp. 116-126. (ver p. 122). Link <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n71/13.pdf>, acessado em 16 de agosto de 2011.

Deus, Ser maior que ele representaria na Terra. Essa tipologia binária invariavelmente se fazia com base em lugares de louvor ou vitupério, ou seja, com valores positivos e valores negativos, ou ações positivadas ou negativadas.

De acordo com a retomada de Aristóteles pelo pensamento seiscentista neoescolástico, toda virtude é uma justiça, e a justiça é todas as virtudes, segundo um fim que é o Bem Comum. Dessa forma, pensamos então que o padrão para estabelecer o tipo oposto ao virtuoso tende a partir de três códigos que estruturam o Bem Comum – ética, direito e religião³²⁹. Os valores positivos são derivados (no caso positivo) ou desviam-se (no caso do negativo) dessa raiz maior, que são os três códigos ditos acima. Raphael de Jesus, ao longo de seu livro, tende a deixar claro o padrão com o qual opera os valores positivos e os negativos. Infiéis e gentios são padrões negativos e que servem à hierarquização da tipologia da qual se valem os discursos, como mostraremos a seguir.

Dramatizando os padrões tradicionais, clássicos, de acordo com a situação e o local dos acontecimentos, Raphael de Jesus traçou um tipo bem definido de herético, que luta contra João Fernandes Vieira, o tipo bem definido de católico. Para o monge, e de acordo com suas palavras, “basta dizer que era o Holandês herege sobre inimigo, e corsário sobre herege”, e que ambos agiam contrariamente à fé, como podemos apreender do excerto abaixo:

mandou então o herege a um predicante de suas diabólicas seitas que entrasse a pregar-lhes [aos prisioneiros] prometendo certezas de glórias e esperanças de vida aos que convertidos a seus erros, apostatassem da verdadeira religião; porém os soldados de Cristo, com novo espírito venceram a nova batalha, e com palavras e ações abominaram a cegueira

³²⁹ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ªed.rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 201.

herética, confessando aos gritos que morriam na pureza da fé católica, que crê e ensina a santa igreja de Roma³³⁰.

Muitas outras façanhas heréticas são narradas pelo frei, mas o excerto serve-nos para exemplificação da caracterização do *tipo* herético. É interessante percebermos como, ao se valer da função constrativa entre os tipos *católico* e *herege*, Raphael de Jesus tenta estabelecer uma comunhão em torno dos valores positivos, muitas vezes se valendo do recurso de amplificação dos valores negativos. Para tanto, o futuro cronista-mor do reino chega mesmo a suspender a narração dos eventos bélicos para tratar das ações dos “heréticos” e, ao apresentar a ação, o monge descreve o tipo que age:

Interromperemos por um pouco o fio da nossa história enquanto se preparam em Portugal os grandes acontecimentos, cujo eco devia inflamar o patriótico coração de João Fernandes Vieira, para nos ocuparmos em relatar nesse quinto livro os atentados e crimes de todo o gênero que os Holandeses praticaram, durante a sua dominação em Pernambuco, *contra a religião, contra a justiça, e contra a verdade*: qual sua cobiça, quais suas crueldades, quais seus desaforos; e qual a constância e sofrimentos dos Portugueses no meio de tantos trabalhos e perseguições³³¹ (grifos nossos).

O *tipo gentio* (os indígenas), que serve aos hereges, é comparado aos animais pelo frei, em uma passagem na qual narra o ataque dos holandeses a um grupo de católicos moradores de Pernambuco:

deram os bárbaros holandeses sinal aos selvagens emboscados; saíram estes dos matos com gestos e gritos tão medonhos que causariam espanto ao insensível, quanto mais aos humanos, que destinados estavam a serem presas daqueles tigres³³².

Percebe-se, aqui, como o local – matas e selvas – serve para a re-atualização de um tipo: o herege, agora gentio, torna-se fera, besta, na construção de um tipo negativo.

³³⁰ .JESUS, Raphael de. *Op. cit.*, p. 177.

³³¹ Ibidem, p. 153.

³³² Ibidem, p. 178.

O encômio estiliza alguns elementos positivos – homem (masculino) –, e sua rearticulação na escrita do frei opera sempre favoravelmente a João Fernandes. Assim, seguindo a tipologia com a qual Raphael de Jesus trabalha, oposto ao masculino está o feminino, e hierarquicamente a diferenciação é dada. Quando narra as vésperas da invasão a Pernambuco, o religioso apresenta essa hierarquização: “A vida que se sustenta do vício sempre conduz para a injúria, e nunca para a honra, sendo natural efeito das demasias *afeminar* os ânimos” (grifo nosso) ³³³.

Dessa maneira, quando constituía seus tipos com traços narrativo-descritivos, Raphael de Jesus enunciava não só as virtudes (e os vícios), mas postos e funções institucionais: aos “melhores” *Homens*, cabia a defesa da pátria e da fé no exercício das armas e na demonstração de bravura, na condução das milícias; às mulheres, o lar, o choro, o desvario e o rogo por defesa.

O mulhero, dando crédito às persuasões de fragilidade, desprezava as da razão. As lágrimas e gritos publicavam a dor das feridas, antes de verem as espadas; pintando-lhes o medo primeiro o estrago que o conflito; obrigando com a lástima os maridos, irmãos, e parentes a faltarem aos brios de honra por não desmentirem os impulsos do sangue. (...) Mathias de Albuquerque, a quem nesta confusão desconheciam a obediência, via-se destituído de poder para sair ao encontro do inimigo; acompanhava-o a honra de alguns valentes e animosos moradores, mas para a presente ocasião faziam tão pouco número que tiravam a confiança à temeridade, quanto mais ao atrevimento ³³⁴.

As classes positivas supracitadas serviram ao monge para a construção do *tipo* a ser caracterizado como o súdito ideal, ou em outros termos, as suas palavras, João Fernandes Vieira. Além de trabalhar com os tipos opostos *masculino X feminino*, o monge declara, indiretamente, com sua pena, a incompetência daquele (Mathias de Albuquerque) que deveria ter dirigido a resistência tão bem quanto, segundo ele, João Fernandes Vieira comandara a expulsão.

³³³ Ibidem, p. 18.

³³⁴ Ibidem, p. 31.

3.6 O súdito ideal – guerreiro valoroso, liberal e senhor de suas emoções

Do ponto de vista discursivo, ao deixar claro, em cada página, a inabilidade marcial dos irmãos Albuquerque e de outros generais,

Alojou-se o conde de Bangnuolo em quartel apartado com a gente de seu terço; Duarte Coelho de Albuquerque, com seu irmão Mathias de Albuquerque. Separação que envolveu em si a dos ânimos, e apartou de nós toda a felicidade dos sucessos. Favorecia cada qual a gente de sua companhia, sem fazerem caso dos soldados moradores, que com tanto valor e risco tinha servido; o que lhes inspirava grande descontentamento e desconfiança, e causou grande dano aos mesmos capitães. Viam desprezada sua fidelidade, escurecido seu valor, esquecidas suas empresas (...) e deste princípio nasceram tantas as desgraças e infortúnios, quantos bastaram para perder a melhor parte daquele Estado³³⁵.

O monge apenas prepara o terreno no qual Fernandes Vieira irá brilhar. Dessa forma, ao narrar os insucessos dos comandantes espanhóis, italianos e principalmente os insucessos dos Albuquerque, Jesus pousa seus olhos sobre Fernandes Vieira. A narração das qualidades militares de João Fernandes centra-se exatamente naquilo que faltou aos irmãos donatários – vitória e capacidade de mando e mobilização –, além da justa recompensa (que tem a ver com justiça, dar a cada um o que é merecido).

Com seu exemplo, obrigou a que todos, postos de joelhos, com as mãos levantadas ao céu, confessassem que a ele deviam mercê (fazendo templo do mesmo lugar do conflito). Acabou este ato de agradecimento com gritar todo o exército em uma voz: ‘Viva a fé católica romana! Viva a liberdade! Viva El Rei Dom João! Viva! Viva!’. E logo o governador com benévolo e alegre semblante, e o chapéu na mão, foi abraçando a cada um dos capitães, oficiais e soldados, engrandecendo o procedimento de todos com tanta afabilidade, que os punha sobre a cabeça, quando com os braços os recolhia no peito. Eram recíprocas as congratulações do da dita, e porque fossem comuns as confianças da liberdade (já então mais possuída que esperada) a deu João Fernandes Vieira a cinquenta escravos seus com a honra de soldados, merecida de seu valor e fidelidade naquela ocasião; e lhes fez mercê de que pudessem assentar praça, e vencer soldo enquanto durasse a guerra³³⁶.

³³⁵ Ibidem, p. 70.

³³⁶ Ibidem, pp. 278-279.

Com essa estratégia, Raphael de Jesus amplifica os feitos de Fernandes Vieira ainda mais, porque os generais da coroa, que deveriam ser o ideal, segundo ele, não o foram, cabendo a um súdito leal e valoroso a iniciativa e os sucessos pelo bom agir.

Uma situação que pode ser vista como similar marca bem a diferenciação sutil feita pela pena de Raphael de Jesus. Durante o período da união das Coroas e às vésperas da invasão holandesa, o monge noticia da seguinte forma a ação de Mathias de Albuquerque

Festejavam estes [os moradores] com grande regozijo o nascimento do príncipe Balthazar Carlos Domingos, herdeiro de tantas Coroas, quando chegou a triste nova do perigo que os ameaçava [a frota holandesa se encontrava a dois dias de viagem de Pernambuco]. Ou fosse por descuido, ou fosse por razão de Estado, Mathias de Albuquerque não deixou de continuar no festejo, que a ocasião fazia parecer feitiço. Não faltou quem aconselhasse o sucesso com afirmar o desvio, dizendo que se a armada do Flamengo viera em direitura a Pernambuco, chegara muito antes que o patacho de aviso (partindo este tantos dias depois dela), que indubitavelmente havia tomado outro rumo, pois o patacho a não avistara na costa. Entre a segurança e o receio, flutuava o parecer de todos: a indiferença não deixava acudir à importância³³⁷.

A circunstância comparável a esta da invasão é aquela em que o monge narra e louva as virtudes dos comandantes da terra. Ela teria se verificado durante os festejos pela aclamação de D. João IV, quando os súditos de Pernambuco, ao invés de se perderem tão somente em comemorações, fizeram do novo Rei um mote para a ação e, ainda, de João Fernandes, também alvo de aclamação:

‘Viva El-Rei Dom João o Quarto nosso senhor! Viva a fé católica romana que professamos! E viva João Fernandes Vieira, a quem todos aclamamos por nosso capitão e nosso governador nesta empresa de nossa liberdade’. Com tanta satisfação os deixou a disposição, ânimo e generosidade do novo governador, que logo lhe juraram obediência, fidelidade e segredo³³⁸.

Pela narrativa de Raphael de Jesus, poderíamos pensar que as batalhas que o monge narra entram em cena na História tão somente como palco para que Fernandes Vieira dê vazão às suas virtudes. agindo nobremente. Contudo, há que atentarmos

³³⁷ Ibidem, p. 23.

³³⁸ Ibidem, p. 222.

para o caráter encomiástico da História, na qual as batalhas, o cenário que compõe as batalhas e tudo o mais trabalham para compor o retrato encomiástico de modo a conquistar a empatia do público leitor. Dessa forma, o relato vívido, por meio do recurso à écfrase, se justifica, afinal, fazia-se imprescindível levar o leitor às matas, em meio às batalhas para conquistar dele a simpatia para com João Fernandes.

O público leitor é, por princípio, católico. Em razão disso, o frei centra a maior parte da narrativa das ações dos flamengos em situações que coloquem as religiões uma contra a outra, ou melhor, no seu entender, que coloque a religião católica em risco pelo que de diabólico tem a outra seita, a dos holandeses, povo que ele compara aos judeus e aos indígenas,

Da perda fez Henrique Hus motivo para a perfídia. Pagou aos tristes moradores o agasalho e benevolência, com o que receberam, entregando a povoação e os contornos ao saque dos seus, que os soldados, judeus e índios executarão não como homens, senão como feras. Tudo o que podia servir à cobiça e à vingança destruí o ódio e o roubo; a crueldade venceu as oposições da natureza e da razão, achando nos motivos da compaixão os incentivos da ira. Protestaram de brutos na demasia com que a torpeza ofendia a modéstia; e na injúria com que atropelava a resistência. Contra o mais sagrado se irritava mais seu ódio, e contra o mais religioso seu poder. Destruíram, e contaminaram os templos; fizeram em pedaços as santas imagens (...). Pela tarde mandou (...) saquear o arraial velho, com as mesmas extorsões, e com toda a sede da crueldade e da cobiça; não ficou parede, telhado, nem sótão que não tentassem com espetos, suspeitando achar riquezas enterradas. (...) No engenho de Francisco Monteiro Bezerra, executou inauditos desaforos. A senhores e escravos media a crueldade por um mesmo tamanho; com um mesmo fio cortava o ferro e a injúria pela matrona e pela donzela. A Dona Maria Brazia, mulher do capitão Pedro Cavalcanti de Albuquerque, e sua mãe Maria Pessoa, arrastaram com a vis escravas, porque prezando a perda da fazenda, não consentiram nem ainda na mais leve mancha da honra. A poucos escusou a diabólica perfídia da espada e da afronta³³⁹.

Interessante mesmo é um aparte que o frei faz na narrativa para discorrer sobre a natureza de que eram feitos os batavos

Aquele natural pudor com que a provida natureza refreia nos mortais as obscenas torpezas dos brutos, rompeu a bestial licença daqueles abortivos monstros. Andava a razão tão prostrada à vista do apetite, que igualmente desprezava o pejo e o escândalo. Valia-se a lascívia da força e do domínio, e se executava o delito apesar da repugnância, em que achava

³³⁹ Ibidem, pp. 283-284.

seu bestial gosto novo incentivo para cometer o estupro, o adultério, o incesto, e todas as mais espécies de bestial luxúria, servindo a violência de unir em um mesmo ato torpeza e vingança³⁴⁰.

Podemos pensar que o intento do frei, com esse recurso da éfrase, e da narração vívida, além de conquistar a simpatia do público, é de valorizar o palco de ação de Fernandes Vieira. E para valorizar seu encomiado, nada melhor que dar mostras de que ele realmente lutava por Deus e com Deus. Dessa forma, o frei irá até mesmo apresentar o que julga algo próximo a uma intervenção divina, que, como se mostrou no **Capítulo II**, fazia-se recorrente nas narrativas históricas anteriores ou coevas às do frei Raphael de Jesus:

Mas o céu, que dos estorvos faz auxílios, e dos desvios estradas, mostrou nesta ocasião que para favorecer a verdade e publicar a vitória de seus servos permitiu os meios que para a esconder e destruir buscavam seus inimigos; pois os corpos ainda que divididos, se acharam intactos, não se atrevendo a toca-los nem a corrupção nem os bichos, e exalando suave fragrância. Maravilha foi esta que aos católicos causou compunção, e nos hereges grande assombro, não se atrevendo a negá-la por ser observada por tanta gente³⁴¹.

Além disso, Raphael de Jesus corporifica no madeirense, sem subterfúgios, a inteligência que caracteriza o tipo *discreto*: “Por sua inteligência se sublevaram os moradores daquelas capitânicas”³⁴². Em outra situação, sua inteligência, aliada ao comando militar, fica evidenciada da seguinte forma, segundo seu panegirista

Logo que a nossa vanguarda chegou ao dito monte, e descobriu a disposição e forma do inimigo, mandou o mestre de campo general fazer alto, para que entre os cabos se definisse por que parte, como, e quando se havia de investir o Flamengo. Foram os pareceres diversos; mas todos se reduziram ao voto dos mestres de campo André Vidal e Francisco de Figueroa, que era buscar-se o inimigo pela frente. Comunicou-se a resolução com João Fernandes Vieira, que chegara naquele tempo, e foi de contrario parecer, dando boas razões com que mostrou que se devia atacar o inimigo pela retaguarda. Houve quem fizesse alguma oposição a este parecer; mas por fim todos concordaram nele³⁴³.

³⁴⁰ Ibidem, p. 170.

³⁴¹ Ibidem, pp. 374-375.

³⁴² Ibidem, p. 05.

³⁴³ Ibidem, p. 530.

É escusado dizer que tal decisão, segundo Raphael de Jesus, foi a mais acertada e que rendeu a vitória aos luso-brasílicos. E não só a inteligência é destacada pelo panegirista, este também descreve as qualidades que tornam João Fernandes um nobre de *facto*, faltando apenas o reconhecimento do rei para ser de *jure*:

Dela [do forte de Pernam Morim atacado pelos holandeses] saiu como cativo, resgatando-se a si, e a dois criados seus por quinhentas patacas, sem dar ouvidos às honras e promessas que o inimigo lhe fazia: não sabia seu coração antepor a conveniência à fidelidade. Seu maior empenho era alcançar do herege liberdade para que os católicos freqüentassem os sacramentos e as igrejas (...) tendo particular cuidado em reedificar os templos, que o inimigo destruíra, e para sustentar a devoção do povo se fazia mordomo de todas as confrarias. (...) servido de mil e quinhentos escravos e criados; acompanhado de cento e cinquenta homens de sua casa e guarda. Na sua estrebalaria sustentava vinte e dois cavalos e outros tantos mouros para curarem deles. Tinha capela de musica (...). Dava crescidos salários a mestres de artes liberais, e mais avantajados aos que ensinavam a arte da milícia. Não olhava para a conveniência própria quem deixava tanta comodidade e regalo pelo rigor da guerra, e pelos trabalhos da campanha. Pelo serviço de Deus, de seu Príncipe e de seu próximo deixou duas casas, uma no Arrecife e outra no campo ornadas com primor e riqueza, cujo recheio valia muitos cruzados e tudo o que foi dito. Pouco se lembrava de adquirir quem tanto sabia perder. A mercancia enriquece a quem poupa, e não a quem gasta; idólatra na cobiça aquele que desconhece a largueza. A honra é a que melhor ensina a desprezar a fazenda³⁴⁴.

No excerto acima, devemos atentar para uma das constâncias que caracterizaria mais perfeitamente o fidalgo, ou o nobre, a *liberalidade*. Conforme esclarecido anteriormente, no **Capítulo I** e no início deste capítulo, João Fernandes Vieira era de origem obscura e tivera sua juventude “maculada” por trabalhos mecânicos. A atribuição de características ideais nobres ao personagem, pelo frei Rafael de Jesus, considerando-se a origem do protagonista do seu livro, serviria para construir e manter sua imagem positivada, deixando para as brumas do esquecimento seu passado de mercador, principalmente tendo-se em vista que havia, por parte

³⁴⁴ Ibidem, loc. cit.

daquele que pretendia ascender, fazendo o suficiente para gastar e dar mostras desse gasto.

Sua liberalidade não encontrava limites, segundo seu panegirista. Enquanto esteve sob “jugo herético”, lutara com benevolência para que a “verdadeira fé” não só não fosse conspurcada como para que fosse dilatada:

Por sua diligência e zelo se converteram à verdadeira fé cinco judeus, de cada um foi padrinho, e, de todos, remédio. O mesmo, e com o mesmo zelo e dispêndio, lhe sucedeu com dois hereges. Para que os ofícios divinos se celebrassem com pompa, e se freqüentassem os sacramentos com liberdade, comprava ao herege as permissões, e sustentava em sua casa capela de músicos escolhidos, diversos ternos de charamelas. Animava os párocos para que se esmerassem no cumprimento de sua obrigação, com o patrocínio e com o exemplo (...). Assim vivia no meio dos inimigos de sua nação este novo Moisés, conservando ilibada a sua fé, animando e socorrendo os seus compatriotas, e meditando os meios de um dia lhes restituir a roubada liberdade.³⁴⁵

Outra circunstância em que sua liberalidade é protestada pelo seu panegirista diz respeito aos preparativos, já que, decidido a se levantar contra o jugo herético, preparou-se por muito tempo, mantendo tudo isto em segredo, conforme a imagem de discreto que seu panegirista fazia dele, já sublinhada anteriormente, em análise de um excerto do *Castrioto Lusitano*:

Sem fiar seu intento mais que de si próprio, foi chamando a seu serviço aqueles homens que eram inteligentes nas artes mecânicas; e repartidos por suas fazendas os ocupava em seus ofícios. Para as matas, que tinha muitas e muito dilatadas, mandava à desfilada, armas, munições, farinhas e outros gêneros, que se recolhiam em lugares seguros, fazendo entender aos ministros destas conduções, que se prevenia para as ocasiões de falta. Aos homens de bem assistia com benefícios, para que na oportunidade lhes correspondessem gratos; aos populares obrigava com favores para os ter obedientes; aos soldados e oficiais da milícia portuguesa socorria com liberalidade para os achar obrigados; aos holandeses servia e estimava, para os conservar afetos; e alguns deles comprava com excessivo dispêndio, para os dispor confidentes, e receber deles os avisos mais úteis e os segredos mais importantes³⁴⁶.

Essa é uma regra de suma importância, que deveria ser observada no comportamento de homens nobres ou que a tal condição pretendiam alçar: a

³⁴⁵ Ibidem, p. 180.

³⁴⁶ Ibidem, pp. 181-182.

contenção, o domínio das paixões. De acordo com La Bruyère, o que define o comportamento ideal do cortesão:

Um perfeito cortesão é senhor dos seus gestos, dos seus olhos, do seu rosto; é profundo, impenetrável; dissimula os maus ofícios; sorri aos inimigos; oculta a sua má disposição, mascara as suas paixões, contraria o coração, fala e age contra os seus sentimentos³⁴⁷.

Raphael de Jesus, conforme temos visto, obviamente nos apresenta seu encomiado pela perspectiva do regramento das paixões,

Disfarçava o que podia; e o que não era possível deixava à cortesia da suspeita, não fazendo sua resolução escrupulo nem da culpa, nem da calúnia; antes com discreta manha enganava a todos com a mesma verdade, aconselhando-lhes a imitação (...) assim procedia cauteloso João Fernandes Vieira, até que recorrendo um dia a Deus numa fervorosa oração, recebeu uma espécie de inspiração que o encheu de novo o espírito e determinou a entrar na empresa mais livremente³⁴⁸.

Contudo, devemos notar aqui que as paixões de que trata Raphael de Jesus não são as paixões do vulgo, aquelas que, nefastas, poderiam dizer realmente quem era a pessoa – como os vícios carnis, a ira, a idolatria, a heresia, a hipocrisia, a gula, a luxúria, a usura, a maledicência, a ambição, a vingança³⁴⁹ –, mas, sim, a paixão pela liberdade, conforme podemos ver da pena de Jesus:

cresceu, com a partida do conde de Nassau, a miséria dos habitantes a tal ponto que chegaram a aborrecer a vida. Gemia a aflição com medrosas queixas, e todos os instantes falavam ao coração de João Fernandes Vieira, persuadindo-lhe que o remédio com as vozes da lástima e do tempo. Obedeceu a paixão, e deliberado em desembainhar a espada, dispôs o golpe, adiantando o intento à oportunidade³⁵⁰.

A expressão dos afetos de Vieira, regrada pela retórica de Raphael de Jesus, de longe é mais louvável e digna de se emular. O fio de sua obra nos apresenta sempre argumentos que, repetidos ao longo das páginas, tendem a convencer o leitor

³⁴⁷ LA BRUYÈRE. *Les caractères*, apud ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 79.

³⁴⁸ JESUS, Raphael de. *Op. cit.* pp. 197-198.

³⁴⁹ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. *Op. cit.*, p. 209.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 197.

da imagem que oferece, a do súdito discreto, com qualidades nobres – liberalidade, bravura, fidelidade, dissimulação ou discrição.

Os valores repetidos são aqueles que, conforme vimos neste capítulo e no **Capítulo II**, tendem a projetar uma imagem ideal de alguém que se pretende nobre. Raphael de Jesus cuidou, com sua escrita, para que João Fernandes se assomasse em suas páginas como alguém distinto da imagem que as fontes por nós analisadas tende a mostrar. Seu passado, conforme vimos no início deste capítulo, não lhe permitiria uma imagem nobre, se não tivesse sido habilmente trabalhado e reproduzido pelo frei. A hábil ação de Raphael de Jesus, com relação ao passado de mercancia de Fernandes Vieira, foi a de tornar honrosas e verossímeis as origens de seu encomiado. Se o presente que o monge oferece é um espetáculo de ações honrosas, nobres, desinteressadas, dignas de um cavaleiro católico honrado, o passado teria que ser verossímil ao presente. E cumpre guardarmos deste capítulo que, se tanto o passado, quanto o presente são verossímeis, dentro da ótica de alguém que tivera uma vida ideal de serviços ao Reino, nada mais natural que o futuro fosse condizente com a vida mostrada naquelas paginas de Raphael de Jesus. Afinal, o efeito visado pelo monge, aquele que sua estratégia, de uso dos recursos retóricos (vista neste capítulo), mostra, não era o de apresentar alguém tão digno de nota, que não caberia a El-Rei recusar-lhe as benesses que demandava e “merecia”?

Entretanto, após a leitura e análise da obra, fica uma indagação, que diz respeito aos porquês, aos interesses que levaram Vieira a encomendá-la. Isto porque João Fernandes já havia obtido de el-Rei muitas das mercês que pedira, conquistara fortuna invejável, dois governos em partes importantes do Império, e tudo isto que conquistara, ele pediu ou durante a guerra, ou pouco tempo após. E, como sabemos, o *Castrioto Lusitano* foi escrito e publicado cerca de 20 anos após o fim da guerra de

expulsão. Pensamos que resposta a essa questão encontra-se mesmo no conceito de nobreza, que analisamos anteriormente nesta dissertação. Tal conceito, quando não se encontra no sangue, uma vez conquistado, enraíza-se por tradição familiar; reproduzindo-se como as características naturais das pessoas, ou é obtido por meio de ações benéficas ao reino e recompensadas pelo Rei, a quem somente cabe a graça de nobilitar³⁵¹. Fernandes Vieira ingressou na nobreza política por ter sido um valoroso soldado, por ter feito parte da milícia armada³⁵². Sua nobreza fora adquirida por meio da vontade de promoção expressa em obras adequadas ou eficazes para a mudança de estado. Mas o *Castrioto Lusitano* nos apresenta uma outra vontade de promoção, aquela que, já anunciada anteriormente, tem suas raízes na tradição familiar que Vieira tenta firmar por meio do *Castrioto Lusitano*, ou melhor dizendo: ele visava a legar aos seus descendentes a nobreza que alcançara por meio de seus feitos militares e administrativos. Por isso, cremos ter-se dado a redação do panegírico: as estratégias de enobrecimento não se davam no curso apenas das trajetórias individuais, desenvolvendo-se em meio a complexas redes clientelares e com o intento de estender aos descendentes os efeitos dos atos praticados e das reivindicações desses atos.

Conforme visto no início deste Capítulo, João Fernandes Vieira não possuía, por nascimento, muitas das virtudes necessárias para ser tido como nobre. Sua riqueza, sua habilidade política e seu senso de oportunidade lhe conferiram a possibilidade de tornar-se uma das figuras mais proeminentes da guerra de expulsão dos holandeses. Contudo, somente com a escrita do *Castrioto Lusitano*, as características que contrariavam os ideais foram oportunamente repensadas e

³⁵¹ HESPANHA, Antonio Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, UFF, RJ, v.06, n°17, p.121-143, Abril. 2006. p. 132.

³⁵² Ibidem, p. 136.

apresentadas sob outra roupagem pelo seu panegirista, o frade Raphael de Jesus, no intento de inserir o madeirense e sua família numa linhagem digna de ser lembrada pelos atos “heróicos” e “desprendidos” de Vieira.

A ação de Raphael de Jesus, ao reforçar a política real de então, por meio dos elogios a el-Rei, insere-se no jogo retórico-político que analisamos no **Capítulo II**, sempre levando em conta as diferenças trazidas pelo cenário reinol (vistas no **Capítulo I**), de modo a oferecer, como tentamos mostrar, neste Capítulo, um retrato emulável e digno de ser chamado nobre, principalmente pelos pares, mas não somente por eles.

Conclusão

Entendida não apenas como um simples narrar de eventos, a escrita de uma história durante o seiscentos ibérico perseguia, em geral, um objetivo: o louvor e a emulação do objeto narrado. O *Castrioto Lusitano* é o tipo de história produzida no período, *Historia Magistra Vitae* (História mestra da vida), e visava a legar, à posteridade, feitos de homens dignos de serem imitados, pelo que de valoroso suas ações revelavam. O homem digno de ser emulado no *Castrioto Lusitano* é João Fernandes Vieira, o rico senhor de engenhos, homem de *fortuna* e de grosso trato, que instrumentalizou sua riqueza, de modo a tecer laços sociais que lhe permitissem ascender rumo à “Nobreza do Reino”, já que seu berço não lhe permitira. Além dos laços sociais, encomendou a redação da história *Castrioto Lusitano*, como forma de firmar sua ascensão social.

Além de mestras da vida, as histórias do seiscentos visavam também à obtenção de mercês, de nobilitação, já que, por narrarem eventos que se pretendiam ótimos para o *Bem Comum*, feitos por homens que “louvavam” o Estado (e, por conseguinte, o Rei, a cabeça daquele corpo político) seja por atos, seja pelas letras, mereciam – e mesmo deveriam – ser agraciados justamente com recompensas. Nas palavras de Santo Tomás de Aquino, a justiça real nesse caso seria ação “que recompense outrem pelo que este lhe fez”. E nada mais normal que a justiça real acontecesse, afinal a não satisfação do débito acabaria por subverter a honestidade dos costumes³⁵³.

Nesse sentido, a escrita de uma história explica a segurança das expectativas por retribuições que têm aqueles que as encomendam (histórias) por parte dos que

³⁵³ HESPANHA, Antônio Manuel. A mobilidade social na sociedade do Antigo Regime. *Op. cit.*, p. 139.

prestam favores (benfeitores ou benemerentes). O caso mais comum no cumprimento de deveres de gratidão na sociedade de Antigo Regime é o das *mercês* régias, remuneratórias dos *serviços* dos vassalos. Como vimos nesta dissertação, a produção de uma obra histórica inseria-se nas estratégias de obtenção de mercês e de nobilitação, típicas naquela sociedade com marcas de Sociedade de Corte e na qual Fernandes Vieira pretendia conquistar proeminência³⁵⁴.

Pertencente ao gênero epidítico, de acordo com a divisão aristotélica, a história exercia, pois, um papel de pedagogia ético-política, por ensinar aos homens o que de útil havia no passado para que este se tornasse um guia seguro para as ações presentes em busca do bem comum e da felicidade das Repúblicas Cristãs. É aí, nesse lugar político-retórico, que frei Raphael de Jesus insere seu encomiado – louvar um súdito, é, indiretamente, louvar o corpo político ao qual ele pertence. Contudo, como vimos, Raphael de Jesus não louva apenas indiretamente o corpo político, no qual tanto seu encomiado quanto ele estão inseridos e participam: o monge, com suas dedicatórias ao Sereníssimo Príncipe, louva a monarquia, de forma direta tanto o pai, D. João IV, quanto o filho.

Nos reinos ibéricos, havia a concepção sacramental da história, em sua moralização e re-atualização católica, que defendia o sentido providencial das ações humanas. A retomada da Escolástica pelos pensadores do período moderno, como analisamos nesta dissertação, permite pensar que as noções de Reforma e Contra-Reforma religiosas constituem, talvez, as chaves de interpretações mais tradicionais relativas ao modo como as sociedades européias, no nosso caso as ibéricas, dos séculos XVI até o XVII, se organizaram em função do passado.

³⁵⁴ Ibidem, p. 140.

A memória construída pelo frei sobre Fernandes Vieira serve-nos também para destacar a importância da escrita para conservar os feitos dos súditos que constituíram o Império. A memória, conservada providencialmente nos escritos, como analisamos no **Capítulo 3**, constitui um dos fundamentos do próprio Império Católico e, no caso dos Impérios luso e hispânico, serve-lhes como meios de marcarem o Império geográfica e politicamente. Além disso, a importância da memória escrita valorizava, por conseguinte, aquele que a escrevia e conferia aos letrados um papel ímpar na conservação e expansão do Império. Tanto quanto as armas das quais teria se valido Vieira, a pena de Raphael de Jesus tinha importância fundamental no Império, ou em outras palavras, havia o *topos* da pena e da espada, do qual se vale Raphael de Jesus, que abordamos no **Capítulo 2**.

A escrita de Raphael de Jesus, ao mesmo tempo que mística, pelo que de providencialista vê na história lusa, quando trata dos acontecimentos em Pernambuco, apresentando-os marcados por sinais de vontade divina, é culta e pragmática. Pragmática e culta porque não confunde a Causa Primeira com a Causa Segunda, reconhecendo a ação humana como co-autora, seja para a salvação, seja para o castigo que procede ao pecado. Trata-se de ação que, ao mesmo tempo em que visa à salvação, trata do Império como lugar de enriquecimento (ainda que o termo seja eufemizado pelo frei Raphael de Jesus). Mas quer seja mística, quer seja douta e pragmática, a escrita sobre João Fernandes Vieira é escrita histórica retoricamente orientada para a demonstração de valores éticos, políticos e religiosos, através do *exemplo* maior, que não poderia ser outro que não o próprio encomiado.

A história da expulsão dos holandeses do frei Raphael de Jesus tem mais a dizer, em suas linhas, ou em suas entrelinhas, que simplesmente atos de bravura de um homem. Em suma, pensamos que João Fernandes Vieira se valeu da história do

Castrioto Lusitano para legitimar sua prática político-social de enriquecimento e como forma de pleitear mercês régias. Além disso, a história marcaria no tempo sua “qualificação”. não apenas pelos atos que narra, mas pelos títulos que ostenta e dignifica seu encomiado.

Era importante naquele meio social, com marcas de Antigo Regime, que os súditos também usassem instrumentos que não só lhes permitissem a construção de uma hierarquização social, como também a demonstrassem diante da sociedade à qual pertenciam³⁵⁵. Desse modo, ligavam-se num pacto ótimo aqueles que do Rei queriam mercês, e o Rei que, necessitando dos serviços de seus súditos, valia-se da doação “não só [de] tenças e ordenados, mas ainda de senhorios e, em particular, esse imenso bolo das comendas”³⁵⁶.

Nesse sentido, pensamos que a análise que vimos fazendo da escrita de Raphael de Jesus sobre João Fernandes Vieira não poderia ter-se dado sem que tivéssemos tentado esboçar uma visada acerca da discussão havida sobre a escrita douta seiscentista ibérica. Dessa forma, a leitura e discussão (ainda que breve) que fizemos de estudiosos como Roland Barthes, Hans Robert Jauss, Antoine Compagnon, Marcello Moreira, João Adolfo Hansen, Alcir Pécora, e autores coevos, como Fernão de Oliveira, Gaspar Barléus, ou antigos, como Aristóteles, permitiram-nos um melhor entendimento da obra. Essa leitura nos possibilitou escapar tanto de determinismos históricos quanto de armadilhas estético-estilísticas, que pretendem enunciar leis universais inabaláveis, muitas vezes anacrônicas, com as quais se explicam as manifestações artísticas. A perspectiva aqui adotada, com efeito, foi outra: tentamos a identificação de alguns elementos que se destacam no exercício e

³⁵⁵ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. *Op. cit.*, p. 136.

³⁵⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes*. *Op. cit.*, p. 218.

na teorização retórico-poética do século XVII, partindo da leitura e análise do próprio texto, além de crônicas e histórias coevas, tratados e preceptivas.

Não entendemos esta análise como uma redução a um todo homogêneo, mas, sim, como um mosaico fascinante, no qual discursos glorificantes se misturaram à críticas às mais diversas situações e organizações. Por fim, podemos dizer que a nobilitação de João Fernandes Vieira e de sua família, por meio da graça régia, foi um caso exemplar daquele que era o principal mecanismo de mobilidade rápida, mas socialmente reconhecida, em sociedades ou do Antigo Regime: a nobilitação régia por atendimento a serviços prestados ao Reino. A nobilitação pretendida e alcançada por Fernandes Vieira visava legar aos seus descendentes a nobreza que alcançara por meio de seus feitos militares e administrativos. Por isso, cremos ter-se dado a redação do panegírico: as estratégias de enobrecimento não se davam no curso apenas das trajetórias individuais, desenvolvendo-se em meio a complexas redes clientelares e com o intento de estender aos descendentes os efeitos dos atos praticados e das reivindicações desses atos. Tal situação nos mostra a importância política da realeza nos processos sociais de mudança e, indo além, serve-nos para o entendimento das sociedades espalhadas pelo Império luso, já que a nobilitação régia e o anseio pela mesma por parte dos súditos demonstram a estrutura social vigente e as relações político-institucionais que regulavam essa mesma estrutura.

Fontes e Bibliografia

Fonte Primária

JESUS, Rafael de. *Castrioto Lusitano. Empresa e Restauração de Pernambuco & das Capitanias Confinantes. Vários e Bélicos Sucessos Entre Portugueses e Belgas. Acontecidos pelo Decurso de Vinte e Quatro Anos, e tirados de notícias, relações e memórias certas. Composto em forma de História pelo muito Reverendo Padre Pregador Geral Frei Raphael de Jesus, Natural da muito nobre & sempre Leal Vila de Guimarães. Religioso da Ordem do Príncipe dos Patriarcas São Bento. Professo na sua reformada congregação de Portugal, & nela D. Abade do Insigne Mosteiro de São Bento de Lisboa este presente Ano de 1679. Oferecidos a João Fernandes Vieira, Castrioto Lusitano e por ele dedicados ao Sereníssimo Príncipe D. Pedro Nosso Senhor, Regente da Lusitana Monarquia.* Lisboa, na Impressão de Antônio Craesbeeck de Mello, Impressor de Sua Alteza, anno 1679.

Fontes complementares

ALBUQUERQUE, Duarte. *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil*. Madrid: Diego Diaz de la Carrera, 1654. Disponível no sítio: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03973800#page/5/mode/1up>. Download feito em 07/04/2011.

ANCHIETA, Padre Jose de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1568)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1998.

BALTASAR Gracián. *Obras completas*. Madrid, Aguilar, 1967.

BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito annos no Brazil*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940. Disponível no sítio: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03973800#page/3/mode/1up>. Acessado em 14/08/2010.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*, v. II, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, cd-rom.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BRITO, Bernardo de. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1609. Parte 2. Primeira Parte, disponível on line em: http://bibliotecaforal.bizkaia.net/search*spi/abrigo/abrigo/1,3,4,B/1962&FF=abrigo+bernardo+de+o+cist&1,,2,002116,-1. Acesso em 03/02/2011. Segunda Parte disponível on line em: http://bibliotecaforal.bizkaia.net/search*spi/abrigo/abrigo/1,3,4,B/1962&FF=abrigo+bernardo+de+o+cist&2,,2,002117,-1. Acesso em 03/02/2011.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil (1585)*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1925.

FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1999.

LERY, Jean. *Viagem a terra do Brasil*. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Martins. 1951.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica*: na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até ao tempo presente, por Diogo Barbosa Machado (1682-1772), 4 vols., 1741. Disponível *on line* no sítio da Biblioteca Nacional de Lisboa: <http://purl.pt/12413>. Acessado em 15/08/2010.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de . *O Espírito das Leis*. Trad. Cristina Murahco. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. 2. ed. fac-similar. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988.

SALVADOR, Manuel Calado. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 2ª ed., 2 vols. Recife, 1942.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Pernambuco: CEPE Editora. 2004.

Imagem I - Retrato de João Fernandes Vieira - Ilustração da edição original, 1679, autoria desconhecida, fotocópia da edição original. Acervo do autor.

Artigos, capítulos, dissertações e teses

ALBUQUERQUE, Martim. “Política, moral e direito na construção do conceito do Estado em Portugal”. In: _____. Estudos de Cultura Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1983.

AGUIAR, Melânia Silva de. “A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa”, In: FILHO, Domício Proença . A poesia dos inconfidentes: Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.. pp.27-38.

ARENDDT, Hannah. O conceito de história – Antigo e Moderno. In: _____. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 13-36.

BARTHES, Roland. O Discurso da História. In: _____. O Rumor da Língua. Lisboa: Edições 70, 1984.

BIGNOTTO, Newton. O círculo e a linha. In: NOVAES, Adauto (org.). Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BLAJ, Ilana. A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Logos e Lexis na Retórica de Aristóteles. Belo Horizonte, s/nº, set.2008, Disponível em www.lettras.ufmg.br/jlinsbrandão/JLB_LOGOS_LEXIS_RETOR_ARIST_PDF, acessado em 22/08/2010.

COSENTINO, Francisco Carlos. Enobrecimento, trajetórias sociais e remuneração de serviços no império português: a carreira de Gaspar de Sousa, governador geral do Estado do Brasil. Revista Tempo, UFF, Rio de Janeiro, RJ, nº26. pp. 225-253.2007.

COSTA, Cleonir Xavier Albuquerque da Graça e. Receita e despesa do Estado do Brasil no período Filipino – aspectos fiscais da administração colonial. Recife: Departamento de história da Universidade de Pernambuco, 1985 (Dissertação de Mestrado em história).

COSTA, Leila de Aguiar. O poder real em figuração: a éfrase seiscentista em Charles Perrault e André Félibien. Rev. USP [online]. n.71, pp. 116-126, 2006. p. 123. Disponível em <http://revhistoria.usp.br/> acessado em 15/05/2011.

ELIOT, J. H. A Europe of Composite Monarchies. Past and Present, Oxford, England, nº 137 ,v.49, nov. 1992. pp.156-173.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos da história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP: SMC, 1992, pp. 381-396.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (sécs. XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 43-86.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. Penélope, Oeiras: Celta, nº23, p.67-88, nov.2000.

HANSEN, João Adolfo. Teatro da Memória: Monumento barroco e Retórica. Revista do IFAC, (2):40-54, dez. 1995.

Padre Antonio Vieira: Sermões. In: Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico. Organização de Lourenço Dantas Mota. 4ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

HERMANN, Jacqueline. Um Rei Indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. Revista Brasileira de História. São Paulo. vol. 30, nº 59, pp. 141-166. 2010.

HESPANHA, António Manuel. “La economia de la gracia”. In:_____. La Gracia del derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna. Madri:Centro de Estudios Constitucionales, 1993. p.p151-176.

_____. As faces de uma "revolução". Revista Penélope. Fazer e desfazer a História. V. 9/10, pp. 7-16, 1993. (IHES).

_____. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M.F.B.; GOUVÊA, M.F.S. (orgs.): O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Depois do Leviathan [on-line]. Almanack Braziliense, São Paulo, nº 5, pp. 55-66, maio 2007.

_____. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. Revista Tempo. Rio de Janeiro, UFF, RJ, v.06, nº17, p.121-143,Abril. 2006.

KRAUSER, Thiago Nascimento. Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ UFF, 2010 (Dissertação Mestrado em História).

LAGE, Celina Figueiredo. Teoria e crítica literária na República de Platão. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2000 (Dissertação de Mestrado em Estudos Literários).

LOPES, Marcos Antônio. ‘Ars Historica’ no Antigo Regime: a História antes da Historiografia. Varia historia, Belo Horizonte, 24 (40): 633-656, jul/dez 2008.

LUZ, Guilherme Amaral. Pero de Magalhães Gândavo e a ética ultramarina portuguesa na Terra de Santa Cruz. História e Perspectivas. Uberlândia (32/33): 67-90, Jan.Jul./Ago.Dez.2005.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A Sociedade”, in:_____(coord.). História de Portugal. v. 3.Lisboa:Editorial Estampa, 1993.

MARTINS, João Paulo. Política e história no reformismo ilustrado pombalino (1750-1777). Belo Horizonte: Departamento de História/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, 2008 (Dissertação de mestrado).

MELLO, Evaldo Cabral de. “Uma Nova Lusitânia”. In: _____. Um imenso Portugal: História e Historiografia. São Paulo: Ed.34, 2002.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”, in: João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa. O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.pp.254-289.

_____. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. Almanack Braziliense, nº 2, 2005, pp. 4- 20. Disponível em <http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf> Acesso em 20 maio, 2010.

MOREIRA, Marcello. As armas e os barões assinalados: poesia laudatória e política em Camões. Camonianiana, Bauru, São Paulo, v. 16, nº03, p. 129-166, 2004.

_____. A carta, o louvor, a lei: A problemática da carta a El-Rei D. João III. Floema, Vitória da Conquista (4): 85-107, jul./dez. 2006

NICOLAZZI, Fernando. Entre letras e armas: a história como disputa. considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII. Almanack Brasiliense, São Paulo, nº11, pp.40-51.2010.

PITT-RIVERS, Julien. A doença da Honra. In: GAUTHERON, Marie (dir.). A honra – imagem de si ou dom de si: um ideal equívoco. Trad. Cascais Franco. Lisboa: Difel, 1992.

ROMEIRO, Adriana. Leituras de um vassalo rebelde: o Portugal Restaurado e o imaginário político do levante emboaba. ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX). São Paulo (SP): Alameda. pp. 463-480. 2009.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Governantes e agentes”, in: BETHENCOURT, Francisco.; CHAUDHURI, Kirti.(orgs) História da Expansão Portuguesa: O Brasil na balança do Império (1697-1808). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, pp. 169-192.

SALTARELLI, Thiago César Viana Lopes. As Poéticas Seiscentistas e a obra de Dom Francisco Manuel de Melo. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2008 (Dissertação de Mestrado em Estudos Literários).

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Comércio, Riqueza e Nobreza: Elites Mercantis e Hierarquização Social no Antigo Regime Português”. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana. (orgs.) Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória:Edufes;Lisboa, 2006. pp.73-96.

SILVA, Ana Cristina Nogueira; HESPANHA, António Manuel. A identidade portuguesa. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 19, vol. 4, p.19-37.

SILVA, Leonardo Dantas da. Prefácio. Duarte Coelho, o fundador de Pernambuco. In: MELLO, José Antônio Gonsalves; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (orgs). Cartas de Duarte Coelho a El Rey. 2ª ed. Recife: Fundaj: Massangana, 1997.p. 3-5.

SILVEIRA, Marco Antonio. Sociedade. In: ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Ângela Viana. Dicionário histórico das Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p..283.

SINKEVISQUE, Eduardo. O Dell'Arte Historica (1636) de Agostino Mascardi. Topoi, Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. n° 13, pp.02-21, 2º semestre de 2006.

SOARES, Lênin Campos. Todas as Letras são oriundas do Rei: Inter Universitas et collegium. AEDOS:Revista do Corpo Discente do Programa de pós Graduação em História da UFRGS. Rio Grande do Sul pp.22-47. 06/05/2009.

TUCCI, Ugo. Atlas. In: Enciclopédia Einaudi. Trad. Maria Luisa Pacheco Fernandes. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. pp. 142-143.

VILLALTA, Luiz Carlos. As imagens e o controle da difusão de idéias em Portugal no ocaso do Antigo Regime. Lisboa, Blogue de História Lusófona, n°06, pp.33-48, març.2006. Disponível em: www2.iict.pt/.../bHL_Ano_VI_04_-_Luiz_Carlos_Villalta__As_imagens_e_o_controle_da_difusao_de_ideias_em_Portugal_no_ocaso_do_Antigo, acessado em 10/04/2011.

XAVIER, Ângela Barreto. HESPANHA, Antônio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 19, vol. 4.

_____; HESPANHA, Antônio Manuel. Redes Clientelares. In: MATTOSO, Jose (coord.). História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa:Estampa, 1998. v. 4:, p. 381-394.

_____; HESPANHA, António Manuel. A concepção corporativa da sociedade. In: MATTOSO, José (org.) História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. Vol. 2. pp. 218-245.

Livros

ALENCASTRO, Luz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras.2000.

ANDERSON, Pierre. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AQUINO, Santo Tomás de. Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

ARIÈS, Philippe. O Tempo da História. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ARISTÓTELES. Retórica. Trad. Manuel Alexandre Junior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1998.

BARBOSA, João Morais; & SOUZA, José Antônio de C. R de. O Reino de Deus e o Reino dos homens: As Relações Entre os Poderes Espiritual e Temporal na Baixa Idade Média, v. 58. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

BARRETO, Luís Filipe. Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar no século XV e XVI. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. 1983.

BARTHES, Roland A aventura semiológica. trad. Maia de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1985.

Bíblia Sagrada Ave Maria: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Editora Ave Maria. 186ª ed. 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BOXER, C.R. Os holandeses no Brasil. Tradução de Olivério Mario de Oliveira Pinto

São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____. O Império Marítimo Português (1415-1825). 2ª ed. Lisboa: Edições 70. 1981.

BUESCU, Ana Isabel. Catarina de Áustria (1507-1578): Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARDIM, Pedro. Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CARVALHO, Joaquim Barradas. Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico? (Uma perspectiva histórica). Lisboa: Livros Horizonte. 1974.

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria. Literatura e senso comum. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2003.

COUTO, Jorge. A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos no início do povoamento a finais de Quinhentos. Lisboa: Cosmos, 1998.

CUESTA, Pilar Vásques. A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes. Lisboa: Publicações Europa América, 1988.

DELUMEAU, Jean. O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos XIII a XVIII). Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: Edusc. 2003.

DIAS, J. S. da Silva. Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI. Coimbra: Universidade de Coimbra. 1973.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO. Tratado da imitação. Trad. Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos das Universidades de Lisboa. 1986.

DUBY, Georges. Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo. Trad. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ERICEIRA, Luis de Meneses. História de Portugal restaurado. Porto: Civilização. 1945.

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes – o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GIUCCI, Guillermo, Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerras e Açúcares. Política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630. Editora Edusc.2007.

GREENE, Jack P. Negotiated Authorities: Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

HANSEN, João Adolfo. A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2ªed.rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

HERMANN, Jacqueline. No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERNANDEZ Ignácio Atienza. Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1987.

HESPANHA, António Manuel. Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal século XVII. Rio do Mouro: Artes Gráficas, 1986.

_____. História das Instituições: Épocas medieval e moderna. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

_____. Panorama histórico da cultura jurídica europeia. 2ª edição. Sintra: Publicações Europa-América, 1998.

JASMIN, Marcelo Gantus. Racionalidade e História na Teoria Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

JAUSS, Hans Robert. A História da Literatura como provocação à Teoria Literária. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática. 1994.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. O Estado Monárquico - França 1460- 1610. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Manuel de Oliveira. Pernambuco, seu desenvolvimento histórico. 2ª ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura. 1975.

LOPEZ, Adriana. Guerra, açúcar e religião no Brasil dos Holandeses. São Paulo: ed.Senac. 2002.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, v. 3.

MEGIANI, Ana Paula Torres. O Jovem Rei Encantado: Expectativas do Messianismo Régio em Portugal, Séculos XIII a XVI. São Paulo: Hucitec, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2ª edição, 1998.

_____. A Ferida de Narciso: ensaio de história regional. São Paulo: Editora Senac. 2001.

_____. A Fronda dos Mazombos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. O Nome e o Sangue: Uma Parábola Familiar no Nordeste Colonial. Rio de Janeiro. Topbooks. 2000.

_____. Olinda Restaurada – Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654. São Paulo: Ed. 34, 2007.

_____. Rubro Veio; O Imaginário da Restauração Pernambucana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MELO, Francisco Manuel de. Epanófaras de vária história portuguesa. 3ª ed., Coimbra, 1931.

MELO, Jose Antônio Gonçalves. Frei Manuel Calado do Salvador. Universidade do Recife, 1954.

_____. .. João Fernandes Vieira. 2 vols.. Recife, 1956.

_____.; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (orgs). Cartas de Duarte Coelho a El Rey. 2ª ed. Recife: Fundaj; Massangana, 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832), Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

_____. Elites no poder: entre o antigo regime e o liberalismo. 2.ed. rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

MOREIRA, Marcello. Critica Textualis in Caelum Revocata?: Prolegômenos para uma Edição Crítica do Corpus Poético Colonial Seiscentista e Setecentista Atribuído a Gregório de Mattos Guerra. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 2001.

MOREAU, Pierre. História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses. São Paulo: Edusp, 1979.

MOSCA.L.L.S.. Retóricas de ontem e de hoje. São Paulo: Humanitas, 1997.

MUHANA, Adma Fadul. A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

OLIVAL, Fernanda. As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

PECORA, Alcyr. Máquina de gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage. São Paulo: Edusp, 2001.

PERELMAN, Chaïm; OLDEBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do Ideário Político. Tradução Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

RAMINELLI, Ronald. Viagens ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda. 2008.

ROMEIRO, Adriana. Um visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

SARAIVA, J. Hermano. História de Portugal. Lisboa: Coleção Extra Alfa. Vol.III.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

_____; PÉCOR, Alcir, (org.). As Excelências do Governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan de Lopes Sierra (Bahia, 1676). Trad. Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SENEILLART, Michel. As Artes de Governar: Do regimem medieval ao conceito moderno. São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A historiografia portuguesa: doutrina e crítica (Século XVII). Vol.2, Lisboa: Verbo, 1973.

_____. Do Brasil filipino ao Brasil de 1640. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

_____. O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668). Lisboa:Colibri, 1994.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ser Nobre na Colônia. São Paulo: editora Unesp, 2005.

SILVA, Ana Paula. Góngora e Gregório de Matos: O gênero epidítico em três pares de sonetos. Dissertação (Mestrado) - USP/FFLCH/Departamento de História. São Paulo. 2009.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Maquiavel. Trad. Maria Lucia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SOUZA, Jose Antônio de C. R (org.). O Reino e o Sacerdócio: o pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. O diabo e a terra de Santa Cruz e em Inferno atlântico: demonologia e colonização (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STEENBERGHEN, F. Van. O tomismo. Trad. J.M. da Cruz Pontes. Lisboa: Gradiva. 1995.

TORGAL, Luís Reis. Ideologia política e teoria do estado na restauração. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1982. 2 v.

VAINFAS, Ronaldo. Traição: um jesuíta a serviço do Brasil processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. (direção). Dicionário do Brasil Colonial. (1500-1808). Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2000.

VALENSI, Lucette. Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VILLALTA, Luiz Carlos. Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

WECKMANN, Luís. La herencia medieval del Brasil. México: Fondo de Cultura Económica. 1993.

XAVIER, Ângela Barreto. “El Rei aonde póde, & não aonde quér”: razões da política no Portugal seiscentista. Lisboa: Colibri, 1998.